



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS
ESCOLAS TÉCNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (BRASIL): AS
PRÁTICAS DE GESTÃO ALIADAS À EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO**

Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz

Asunción, Paraguay

2020

Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz

**O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(BRASIL): AS PRÁTICAS DE GESTÃO ALIADAS À EFETIVAÇÃO
DO CURRÍCULO**

Tese apresentada, defendida e aprovada para curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Ruíz - Diaz Morales

Asunción, Paraguay

2020

Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (BRASIL): AS PRÁTICAS DE GESTÃO ALIADAS À EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dra. Daniela Ruíz - Diaz Morales

Tese de Mestrado em Ciências da Educação, p. 146– UAA,

2020. Palavras Chave:

1. Educação Profissional. 2. Ensino Médio Integrado 3. Políticas públicas. 4. Práticas de gestão.

Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz

**O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
NAS ESCOLAS TÉCNICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(BRASIL): AS PRÁTICAS DE GESTÃO ALIADAS À
EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação,
pela Universidade Autónoma de Asunción- UAA

A Deus, por me permitir galgar mais um degrau na minha vida acadêmica e, consequentemente, profissional. A Ele toda honra e toda glória.

AGRADECIMENTO

Aos meus familiares, pelas palavras e atitudes de incentivo. Em especial ao meu esposo, Moacir Cruz e ao filho, Gustavo Henrique, mais do que um simples agradecimento, as minhas sinceras desculpas pelas vezes que me ausentei do nosso convívio, pelas noites mal dormidas para trabalhar nessa dissertação. Pelo apoio e compreensão, principalmente, nos meus momentos de maiores apuros, tornando mais facilitado o cumprimento desta importante missão;

Ao Grupo de gestores e Coordenadores das Escolas Técnicas Estaduais analisadas neste estudo, pela disponibilidade destinando parte do seu tempo para contribuírem com a pesquisa.

Ao Professor Dr. Frederico Fonseca da Silva pelo incentivo, o carinho, os preciosos conselhos e ensinamentos no decorrer deste trabalho.

A Dr.^a Professora Daniela Ruíz Díaz Morales, minha eterna gratidão, por toda dedicação, paciência e orientação durante a execução dessa pesquisa.

A minha amiga Márcia Lustosa, pela cumplicidade, incentivo e apoio durante todo o percurso desse estudo.

A Universidade Autônoma de Assunção pela oportunidade concedida a realização do meu sonho.

Aos Professores do Curso de Mestrado pelos ensinamentos recebidos nas aulas presenciais.

A Secretaria Executiva de Educação Profissional e Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco pela disponibilização de informações e materiais indispensáveis para realização desta pesquisa.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática”.

Paulo Freire

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	X
LISTA DE FIGURAS	XII
LISTA DE GRÁFICOS.....	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
RESUMEN.....	XV
RESUMO	XVI
ABSTRACT	XVII
INTRODUÇÃO.....	1
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
1. CARATERIZAÇÃO DO CASO DE GESTAO.....	6
1.1 Revisão da literatura	6
1.2 Contexto histórico da educação profissional no Brasil	6
1.3 Legislação e normas nacionais	17
2. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO: CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA NO ESTADO	21
2.1 Reflexos da demanda política no cenário sócio econômico	21
3. MODELO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO	25
3.1 Diretrizes para organização e desenvolvimento curricular na educação profissional ...	33
3.2 Gestão escolar nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco: um olhar para a gestão por resultados.....	41
3.3 Currículo Integrado: a relação entre Ensino Médio e Educação Profissional	45
3.4 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: a realidade de Pernambuco.....	48
4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	53
4.1 Problema da pesquisa	54
4.2 Objetivos geral e específicos:	56
4.2.1 Objetivo geral:	56

4.2.2	Objetivos específicos:	56
4.3	Decisões metodológicas	57
4.4	Unidade de análise e participantes.....	58
4.5	Processo de seleção dos participantes	59
4.6	Coleta e análise dos dados	59
4.7	Contexto da pesquisa	59
4.7.1	Caracterização da região e das escolas em análise	59
4.8	Participantes da pesquisa	68
4.9	Técnicas e instrumentos: construção e validação	69
4.9.1	Validação dos instrumentos	70
4.10	Procedimento da pesquisa	71
4.11	Questões éticas	72
5.	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	73
	CONCLUSÕES	99
	RECOMENDAÇÕES.....	103
	REFERÊNCIAS	105
	ANEXOS.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
EAD	Educação à Distância
ETEs	Escolas Técnicas Estaduais
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEPE	Índice de desenvolvimento da educação de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PE	Pernambuco
PPE	Pacto pela Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROGEPE	Programa de Formação de Gestores de Pernambuco
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PIB	Produto Interno Bruto
SAEBE	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECTMA	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEEP	Secretaria Executiva de Educação Profissional
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIEPE Sistema Informatizado da Educação de Pernambuco
TEAR Tecnologia Empresarial Aplicada a Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Marcos legais da Educação Profissional no Brasil.....	19
FIGURA 2	Marcos legais da Educação Profissional em Pernambuco.....	26
FIGURA 3	Organograma da Secretaria Executiva de Educação Profissional – 2012	28
FIGURA 4	Organograma da Secretaria Executiva de Educação Profissional - 2015	29
FIGURA 5	Organograma da Secretaria Executiva de Educação Profissional - 2019	30
FIGURA 6	Construção das competências no currículo das ETEs.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Os dez países com as maiores economias mundiais.....	23
GRÁFICO 2	Evolução do quantitativo de escolas técnicas estaduais de Pernambuco.....	31
GRÁFICO 3	Evolução das matrículas nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco.....	32
GRÁFICO 4	Evolução do Estado de Pernambuco no SAEPE entre os anos 2008 a 2017.....	39
GRÁFICO 5	Evolução do IDEB do Estado de Pernambuco entre 2007 a 2017.....	40
GRÁFICO 6	Quantitativo de escolas técnicas em Pernambuco.....	61
GRÁFICO 7	Resultado do IDEPE da Escola Técnica Almirante Soares Dutra.....	65
GRÁFICO 8	Resultado do EDEPE da Escola Técnica Miguel Batista.....	68
GRÁFICO 9	Formação acadêmica dos participantes da pesquisa.....	75
GRÁFICO 10	Experiência dos participantes com Educação Profissional.....	76
GRÁFICO 11	Participação dos entrevistados na formação inicial e continuada.....	77
GRÁFICO 12	Opinião dos participantes sobre os documentos ajustados para contemplar à Educação profissional.....	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	As dez maiores economias do mundo em 2017.....	21
TABELA 2	Resultado do IDEPE – 2017.....	39
TABELA 3	Módulos do Programa de Formação do Gestor Escolar – PROGEPE	45
TABELA 4	Cursos disponíveis na rede estadual de educação profissional de Pernambuco.....	61
TABELA 5	Número de estudantes da ETE Almirante Soares Dutra.....	62
TABELA 6	Distribuição dos estudantes por turmas e cursos da ETE Miguel Batista.....	66
TABELA 7	Participantes da pesquisa.....	69
TABELA 8	Relação tempo de atuação na rede estadual de educação x tempo de atuação como gestor escolar.....	74

RESUMEN

El presente trabajo buscó investigar como viene ocurriendo el proceso de implementación de la política pública de Educación Profesional en Pernambuco y verificar como las prácticas de gestión adoptadas en dos escuelas técnicas estaduais: Escuela Técnica Almirante Soares Dutra y Escuela Técnica Miguel Batista, influyen a la ejecución del currículo propuesto para la secundaria integrada a la Educación Profesional. La justificación para la realización de este trabajo es profundizar los estudios sobre la secundaria integrada a la educación profesional desarrolladas en las escuela técnicas estaduais de Pernambuco. Utilizando la metodología no experimental, descriptiva, de corte transversal y de enfoque mixto, fueron realizadas visitas *in locus* para la observación del cotidiano de las escuela y aplicación de encuestas semi-estructuradas a los gestores y coordinadores de las dos ETE's, elegidas para este análisis, para el levantamiento de informaciones que pudieran responder como prácticas de la gestión adoptadas en las dos escuelas influyen en la implementación del currículo de secundaria integrada a la educación profesional, así como verificar el proceso de esa consolidación y de sus avances. Hay sido utilizada, también, la Legislación Básica Nacional y Estadual, y los documentos presentados por la Secretaría Estadual de Educación de Pernambuco sobre la Política Pública de Educación Profesional y los resultados alcanzados. Participaron de esa pesquisa (02) gestores, (02) coordinadores pedagógicos, y (23) coordinadores de Curso de las escuelas analizadas. Los datos obtenidos versan sobre la percepción de los encuestados acerca de la política de Educación Profesional y las prácticas de gestión que están siendo implementadas con los cursos de secundaria integrada. Se concluyó que las informaciones obtenidas a través de los encuestados y de la observación *in locus*, que la oferta del secundario integrado a la educación profesional requiere una atención diferenciada para las particularidades del plano de estudio de cada curso técnico ofrecido por la institución y que deben ser observados los arreglos productivos de la región. Otro factor observado en el discurso de los encuestados como uno de los obstáculos del proceso de implementación del plano de estudio de secundario integrado, habla de la falta de formación pedagógica de los profesionales que coordinan los cursos técnicos y enseñan las asignaturas de formación profesional. También se encontraron otras dificultades para la implementación del plano de estudio, entre ellas, destaca la falta de recursos financieros. En continuidad, las dos escuelas analizadas buscan construir un plano de estudio integrado que busque promover la interdisciplinariedad respaldada por las Pautas del Currículo Nacional (DCN) y el Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Los resultados encontrados subsidiaron la presentación de las principales propuestas para mejorar el currículo integrado y de las prácticas de gestión, tales como: la necesidad de invertir en la formación continuada del grupo gestor y de los coordinadores de curso; Direccionar los recursos financieros específicos para la continuidad de la implementación de la política pública; Creación de un equipo en la Secretaría Ejecutiva de Educación Profesional específica para el trabajo de acompañamiento de implementación del currículo integrado, que actúe en el apoyo a la gestión para superar los desafíos que surgen en este proceso.

Palabras- clave: Educación profesional. Escuela secundaria integrada. Políticas públicas. Prácticas de gestión.

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar como vem ocorrendo o processo de implementação da política pública de Educação Profissional em Pernambuco e verificar como as práticas de gestão adotadas em duas Escolas Técnicas Estaduais: Escola Técnica Almirante Soares Dutra e Escola Técnica Miguel Batista, influenciam a execução do currículo proposto para o ensino médio integrado à Educação Profissional. A justificativa para realização deste trabalho é aprofundar os estudos sobre o ensino médio integrado à educação profissional desenvolvido nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco. Utilizando a metodologia de enfoque misto, foram realizadas visitas *in lócus* para observação do cotidiano escolar e aplicação de entrevistas semiestruturadas aos gestores e coordenadores das duas ETEs, escolhidas nesta análise, para o levantamento de informações que pudesse responder como as práticas de gestão adotadas nas duas escolas influenciam na implementação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional, bem como verificar o processo dessa consolidação e os seus avanços. Foi utilizada, também, a legislação básica nacional e estadual, e os documentos apresentados pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco sobre a Política Pública de Educação Profissional e os resultados alcançados. Participaram dessa pesquisa: (02) Gestores, (2) Coordenadores Pedagógicos, (23) Coordenadores de Curso das escolas analisada. Os dados obtidos versam sobre a percepção dos participantes acerca da política de educação Profissional no estado e as práticas de gestão que estão sendo implementadas com as turmas do ensino médio integrado. Concluiu-se que as informações obtidas através dos entrevistados e da observação em lócus, que a oferta do ensino médio integrado à Educação Profissional exige uma atenção diferenciada para as particularidades do currículo de cada curso técnico oferecido pela instituição e que deve ser observado os arranjos produtivos da região. Outro fator observado nas falas dos participantes como um dos entraves do processo de implementação do currículo do ensino médio integrado, diz respeito à falta de formação pedagógica dos profissionais que coordenam os cursos técnicos e lecionam as disciplinas de formação profissional. Outras dificuldades também foram encontradas, para implementação do currículo, dentre essas, destaca-se, principalmente, a falta de recursos financeiros. Em continuidade, as duas escolas analisadas buscam construir um currículo integrado procurando promover a interdisciplinaridade respaldada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Os resultados encontrados subsidiaram à apresentação das principais propostas para melhoria do currículo integrado e das práticas de gestão, tais como: a necessidade de investimentos na formação continuada da equipe gestora e os Coordenadores de Curso; Direcionamento de recursos financeiros específicos para dar continuidade à implementação da política pública; Criação de uma equipe na Secretaria Executiva de Educação Profissional específica para o trabalho de acompanhamento da implementação do currículo integrado, que atue no apoio à gestão para superação dos desafios que surgem nesse processo.

Palavras-Chave: Educação Profissional. Ensino Médio Integrado. Políticas públicas. Práticas de gestão.

ABSTRACT

The present work aimed to investigate how the process of implementation of the public policy of Professional Education in Pernambuco has been occurring and to verify how the management practices adopted in two State Technical Schools: Almirante Soares Dutra Technical School and Miguel Batista Technical School influence the execution of the curriculum. Proposed for high school integrated with Vocational Education. The justification for this work is to deepen the studies on the high school integrated to the professional education developed in the state technical schools of Pernambuco. Using the mixed focus methodology, in locus visits were made to observe the school routine and to apply semi-structured interviews to the managers and coordinators of the two TEEs, chosen in this analysis, to gather information that could respond as the management practices adopted in the two. Schools influence the implementation of the high school curriculum integrated with vocational education, as well as verify the process of this consolidation and its progress. It was also used the national and state basic legislation, and the documents presented by the Pernambuco State Secretariat of Education on the Public Policy of Professional Education and the results achieved. Participated in this research: two Managers, two Pedagogical Coordinators, and twenty-three Course Coordinators of the analyzed schools. The data obtained are about the participants' perceptions about the vocational education policy in the state and the management practices that are being implemented with the integrated high school classes. It was concluded that the information obtained through the interviewees and the locus observation, that the offer of high school integrated to the Professional Education requires a differentiated attention to the particularities of the curriculum of each technical course offered by the institution and that the productive arrangements must be observed. Of region. Another factor observed in the speeches of the participants as one of the obstacles in the process of implementation of the integrated high school curriculum, concerns the lack of pedagogical training of the professionals who coordinate the technical courses and teach the subjects of vocational training. Other difficulties were also encountered for the implementation of the curriculum, among them; the lack of financial resources stands out. In continuity, the two schools analyzed seek to build an integrated curriculum seeking to promote interdisciplinarity supported by the National Curriculum Guidelines (DCNs) and the National Catalog of Technical Courses. The results supported the presentation of the main proposals for improving the integrated curriculum and management practices, such as: the need for investments in the continuing education of the management team and the Course Coordinators; Targeting specific financial resources to continue the implementation of public policy; Creation of a team in the Executive Secretariat of Vocational Education specifically to follow-up on the implementation of the integrated curriculum, which will support management to overcome the challenges that arise in this process.

Keywords: Professional education. Integrated High School. Public policies. Management practices.

INTRODUÇÃO

O campo dos saberes relacionados à educação vem alargando-se ao longo dos anos. São teorias, propostas metodológicas, conhecimentos cientificamente construídos que abordam a epistemologia do conhecimento e as metodologias que instrumentalizam a prática pedagógica. Assim sendo, essa pesquisa tem por título “O ensino médio integrado à educação profissional nas escolas técnicas do estado de Pernambuco (Brasil): as práticas de gestão aliadas à efetivação do currículo”.

A realidade da organização escolar atual enumera as características que determinam o perfil do gestor na condução de suas práticas, entre as quais, destacam-se: Conhecimento e interpretação das leis que regem o Sistema Educacional Brasileiro (LDB); Disponibilidade para ouvir a escola entendendo suas particularidades; Comunicação formal e informal; Leitura e estudo da realidade (Almeida e Almeida, 2006). E, para que esse profissional exerça seu trabalho com eficiência, torna-se necessário que seja previamente preparado para tal fim, por meio da aquisição de novos conhecimentos e saberes, nas áreas das ciências sociais e da administração, incluindo os métodos e técnicas para minimizar ou erradicar os problemas (Feldmann, 2009, p.226).

Para tal, a configuração do gestor de escola, em breve linhas, pode ser traduzida por um profissional previamente preparado, com uma formação técnica profissional multidisciplinar voltada para a gestão que venha contribuir para a condução de suas práticas.

Essa formação deve ser sólida e continuada. Deve formar um elo entre a teoria e a prática: o pensar e o fazer, o saber fazer e o cobrar; o criar e o exercitar atitudes de cooperação, de integração, de respeito mútuo; atitudes de comunicar e ouvir, de teorizar e construir conhecimentos, de liderar e relacionar-se de forma humana; de mobilizar grupos, evoluindo como pessoa e como profissional (Feldmann, 2009, p.231).

Segundo Luck (2009 p.47), “para que uma escola atenda as expectativas da comunidade se faz necessário uma liderança e, o diretor é o principal profissional a quem compete à liderança e organização do trabalho, de modo a orientar o desenvolvimento do ambiente educacional. Este precisa estar preparado para a superação dos desafios e das situações que vão surgindo, para isso é imprescindível que o gestor possua capacidade conceitual sobre educação, gestão escolar e suas dimensões, o papel educacional da escola e dos profissionais que nela atua, dentre outros aspectos”.

Diante do exposto, percebe-se que o papel da organização e das práticas de gestão da escola são o de propiciar o ambiente social necessário e as condições institucionais, humanas e materiais para a realização do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, diretores, coordenadores pedagógicos e professores têm a responsabilidade profissional e ética de fazerem funcionar na escola práticas de organização e gestão que sejam propulsoras de um determinado tipo de aprendizagem: aquela que promove e amplia o desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento da personalidade integral dos alunos (Libâneo, 2013, p.13). Enfim, um profissional verdadeiramente líder, cuja prática funcional democrática, seja permeada pelo empenho, autonomia, empreendedorismo, eficiência, ética, transformação e comprometimento com a democratização do espaço escolar.

Diante desse quadro é que delinea o objeto desse estudo, na busca de evidências que traduzam o modo de pensar e agir dos gestores das escolas técnicas estaduais de Pernambuco frente a implementação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional. Para tal, esse estudo será desenvolvido utilizando a pesquisa do tipo descritivo de enfoque qualitativo e quantitativo a qual tem como participantes os gestores, os coordenadores pedagógicos e os coordenadores dos cursos técnicos de duas escolas técnicas estaduais de Pernambuco.

Mais precisamente, os dados obtidos serão analisados sob a luz do entendimento de vários autores, fazendo sempre inferências aos ideários das políticas públicas de ensino profissional integral nos contextos educação, trabalho, globalização e ideologia, em busca de respostas que possam vir a respaldar, nortear e elucidar as questões levantadas no presente estudo.

Atualmente, é preciso ressignificar o ensino para sintonizá-lo com as formas contemporâneas de conviver, de relacionar-se com a natureza, de trabalho e de (re)construir conhecimentos em uma sociedade tecnologicamente mutante.

Nesse sentido, a educação profissional integral aponta para um ensino-aprendizagem que contemple os anseios e as carências educacionais dos jovens oriundos da classe trabalhadora e que contribua para que esses jovens tenham a perspectiva de um futuro melhor.

É necessário entender-se que, apesar de todo o legado das ideologias dominantes existentes até os dias atuais, as mudanças na concepção da escola e da relação aluno/professor, emergem da sociedade contemporânea, como uma corrente contrária – dotada de conceitos ideológicos – a repressão autoritária e castradora do referido legado.

Apontam para novas pedagogias que valoriza a maneira de pensar dos jovens, suas expectativas, aspirações e projetos de futuro.

É nessa linha de pensamento que as escolas, na construção das suas práticas pedagógicas, para efetivação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional, terão o grande desafio de trabalhar em cima do “eixo temático da tecnologia” – que assume um caráter transversal -, priorizando os aspectos da cidadania e articulando-se com os conteúdos mínimos das áreas de conhecimento e com questões relacionadas ao foco central do estudo em pauta. No entender de Ramos (2011a p, 69), “para que isso seja possível, é preciso estudar os problemas de uma área profissional em suas múltiplas dimensões, tais como, econômica, social, política, cultural e técnica”. Assim, o que se observa na prática pedagógica para a elucidação de tais problemáticas, é a utilização da interdisciplinaridade como metodologia, a qual aparece como princípio organizador do currículo.

Diante desse cenário, percebe-se que a proposta de integrar a educação profissional a educação básica é parte de uma nova política educacional que visa possibilitar a inserção no mercado de trabalho de profissionais capacitados e conscientes de seus direitos, garantindo a melhoria das condições de vida individual, da família e da sociedade em que ele está inserido. Valorizando o empoderamento, a autonomia e ajudando esse sujeito a reescrever sua trajetória de vida pessoal e profissional (Santos 2012).

No Brasil, o Ensino Médio, que é a última etapa da educação básica, oportuniza aos educandos o ingresso no mercado do trabalho e/ou na vida acadêmica. A proposta do ensino médio integrado à educação profissional é bastante instigante e requer mudanças no fazer pedagógico dos docentes e na práxis dos gestores escolares. Sendo assim, a necessidade da gestão de adotar práticas pedagógicas que na rotina escolar conduzam sua equipe de professores à efetivação do diálogo entre os componentes curriculares, surgiu a seguinte problemática da pesquisa: qual a relevância das práticas de gestão adotadas nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco¹ e sua influência na execução e consolidação do currículo proposto para o ensino médio integrado à educação profissional no ano de 2019?

Desse modo, o presente estudo traz como objetivo geral: Analisar as práticas de gestão adotadas nas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de Pernambuco (Brasil) e sua

¹Estado brasileiro localizado na região Nordeste do Brasil.

influência na execução do currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Na busca de responder ao objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- 1- Verificar a formação acadêmica dos gestores e coordenadores atuantes nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco;
- 2- Descrever o processo de implementação do currículo do Ensino Médio integrado à Educação Profissional;
- 3- Verificar a influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o ensino médio integrado à Educação Profissional em duas Escolas técnicas Estaduais
- 4- Identificar os avanços de consolidação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco.

A justificativa para realização deste estudo está ancorada no interesse da primeira autora em aprofundar os estudos sobre o ensino médio integrado à educação profissional.

Outro motivo que justifica a dedicação por esta pesquisa foi o de investigar como acontece, na prática, o viés do Ensino Médio integrado à Educação Profissional ofertado pelas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco, que vai desde a influência das práticas de gestão para a implementação do currículo até a identificação dos avanços do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco com a formação de mão de obra qualificada para atender as exigências do mundo do trabalho e/ou o ingresso em curso superior.

Sabendo-se que a proposta do ensino médio integrado tem como premissa a associação das disciplinas de cunho profissional e as propedêuticas, possibilitando aos educandos do ensino médio que estão terminando o terceiro ano a perspectiva de seguir a vida acadêmica ou ingressar no mundo do trabalho, faz-se necessário a transformação do fazer pedagógico de todos os profissionais envolvidos na rotina escolar, especialmente ao gestor no que tange à organização da práxis dos docentes e a interlocução entre os componentes curriculares de forma dialógica e interdisciplinar.

O presente estudo será organizado em 5 (cinco) capítulos: Nos Capítulos I, II e III retratarão, através da teoria, a caracterização do caso de gestão com apresentação do contexto histórico da educação profissional no Brasil e da legislação que a rege, com recorte específico para a trajetória da educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de Pernambuco enquanto política pública. Ainda nesses capítulos, retratamos o modelo de gestão da educação profissional adotado na rede pública estadual

de Pernambuco, bem como será relatado o processo de consolidação do ensino médio integrado à educação profissional nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco.

Nos capítulos IV e V, versará sobre o Marco Metodológico, em que será relatado as etapas, a análise dos dados e os resultados da investigação. Os dados quantitativos coletados, serão apresentados em gráficos e os dados qualitativos em categorias. Após analisar o percurso do processo das leituras, embasamento teórico, entrevistas, serão apresentadas as considerações finais procurando sintetizar os principais achados da pesquisa, levantando questionamentos e proposições que sejam propulsores de novas discussões e perspectivas para ampliação de estudos futuros.

CAPÍTULO 1 **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

1. CARACTERIZAÇÃO DO CASO DE GESTÃO

Este capítulo destina-se à caracterização do caso de gestão, fazendo uma retomada histórica da formação do trabalhador no Brasil e da análise da Política Pública de Educação Profissional em Pernambuco. Ele ressalta, ainda, as ponderações acerca do currículo do ensino médio e a proposta do ensino médio integrado à educação profissional, que oportuniza aos jovens, ao término da última etapa da educação básica, a inserção no mundo do trabalho. Tem-se a experiência de Pernambuco e como o currículo integrado vem sendo trabalhado nas Escolas Técnicas Estaduais em análise.

1.1 Revisão da literatura

Este estudo foi desenvolvido à luz das reflexões de teóricos, tais como: Ramos (2011), Saviani (2008) e Manfredi (2002), que tratam do tema Educação Profissional e Tecnológica sob vários aspectos; Frigotto (2010), Ciavata e Ramos (2010), abordam o Ensino médio Integrado à Educação Profissional; Dutra (2014), aborda o tema referente a Educação Profissional: Implantação e funcionamento das Escolas Técnicas do Estado de Pernambuco; Sobre as Práticas Pedagógicas e Currículo são abordados por Brandalise (2007) e Libâneo (2013); em relação ao profissional gestor esse tema é tratado por Heloisa Luck (2009), e Andreotti (2010); Campoy (2018), aborda sobre Metodologia da Pesquisa. Foi utilizada, também, a legislação básica nacional e estadual que dispõe sobre a Educação Profissional.

1.2 Contexto histórico da educação profissional no Brasil

Compreendendo a importância da Educação Profissional no contexto mundial globalizado e altamente tecnológico, faz-se necessário um recorte histórico da sua trajetória no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, como forma de

entendermos essa construção desse modelo de educação válido para um país sul-americano e, quiçá, possa servir de modelo para outros países desse mesmo continente.

No período colonial brasileiro, onde a mão de obra escrava era responsável pelas atividades que necessitasse do uso da força física, e aos homens livres concernia aprender os ofícios, que eram oferecidos por meio de instituições com essa finalidade e com regras rigorosas que não permitiam o acesso de escravos e mulatos. Configurando assim, para educação profissional brasileira um início extremamente discriminatório e excludente (Garcia, 2000).

A Coroa Portuguesa não queria que fosse implantada na colônia nem um estabelecimento industrial, sendo do seu interesse manter modelo econômico agroexportador, exigindo o fechamento de alguns como tipografia, oficinas de ourives e fundições e acabando assim, com a estrutura industrial que existia na época (Santos, 2000). O primórdio da Educação Profissional no Brasil data de 1809, com a implantação pelo Príncipe Regente D. João do Colégio das Fábricas, devido à necessidade de mão de obra treinada, já que havia sido suspensa a proibição das indústrias manufatureiras funcionarem em território brasileiro. De acordo com Garcia (2000), estes órfãos eram enviados aos locais onde recebiam formação básica e aprendiam diversos ofícios de alfaiataria, sapataria tipografia, carpintaria, encadernação e muitos outros.

Nessa perspectiva que foram criados os Liceus de Artes e Ofícios, com o objetivo de formar trabalhadores para os ofícios da área industrial. Sendo os padres jesuítas os fundadores das Escola-Oficinas que ensinavam os diversos ofícios aos indígenas, escravos e desvalidos que se interessassem em aprender e assim melhorar sua situação social. Nos dias atuais a Educação Profissional ainda carrega este estigma social do assistencialismo destinado às pessoas de baixa renda e sem grandes perspectivas de ascensão social (Cunha, 2000).

Segundo Azevedo (2004), com o decreto de abertura dos portos brasileiros as nações amigas por D. João VI, foram criados vários Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil para suprir as necessidades do mercado emergente. Eram importados diretamente de Portugal operários especializados que seriam os mestres do ofício, os alunos eram selecionados aleatoriamente pelas ruas e também os prisioneiros que estivessem alguma condição de trabalhar. Com a criação da Casa da Moeda e as Casas de Fundição por conta da descoberta de ouro em Minas Gerais, os próprios funcionários na sua maioria brancos ensinavam a seus filhos o ofício especializado, eles estudavam de

cinco a seis anos e se submetiam a uma banca examinadora onde eram avaliados e se aprovados eram certificados e aptos para trabalhar.

Refletindo acerca do caminho percorrido pela Educação Profissional na Primeira República, percebe-se o delinear das primeiras políticas públicas orientadas para o trabalhador, porém, o aspecto assistencialista permanecia, com a inauguração de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, onde só estudavam alunos de no mínimo 10 e no máximo 13 anos todos órfãos ou desvalidos, em diferentes unidades da Federação por meio do Decreto n.º. 7.566 de 23 de setembro de 1909 (Kuenzer, 2007).

Acompanhando essa nova demanda política e econômica, houve a criação das escolas agrícolas para suprir a necessidade dos novos trabalhadores rurais como, agricultores, capatazes, administradores e chefes de culturas. Com a chegada das ferrovias, fez-se necessário a formação de ferroviários através das Escolas-oficinas, dando início a transformação da Educação Profissional e sua legislação, plantando a semente do que seria hoje a rede dos institutos federais de educação tecnológica, estabelecendo assim, uma política pública educacional de fortalecimento do ensino industrial, comercial e agrícola (Ramos, 2011).

O presidente Afonso Pena em novembro 1906 aumenta a dotação orçamentária para os Estados fundarem Escolas Técnicas e Profissionais Elementares, criando a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, para atender a Estrada de Ferro Central do Brasil. Com o Decreto nº 7.566 do presidente do Brasil Nilo Peçanha assinado em setembro de 1909, foram instituídas dezenove Escolas de Aprendizes de Artífices direcionadas ao ensino profissional, primário gratuito, sob o domínio do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (Norsella, 1998).

Romanelli (1998), afirma que tendo como cenário a Câmara dos Deputados, onde aconteceu um grande debate a respeito da expansão do ensino profissional e sua formatação assistencialista no ano de 1920. A partir deste debate foi criada a comissão especial denominada Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional e Técnico, que só concluiu seu trabalho na década seguinte 1930, contribuindo de sobremaneira com a Reforma Ministro Francisco Campos em 1931 que veio a regulamentar e organizar as universidades, o ensino profissional comercial e o ensino secundário.

A Constituição promulgada 1934 elencou as competências necessárias da união para consolidar o Plano Nacional de Educação e planejar as Diretrizes da Educação Nacional. Na década de 1937, a Constituição dedicada especificamente ao ensino profissional e industrial e em seu artigo 29 versou sobre o ensino vocacional e pré-

vocacional profissional, atribuído às classes menos favorecidas e ratificando que sua oferta é dever do Estado em parceria com as empresas e as associações de classe, e/ou a fundação de institutos de ensino profissional, dando subsídio os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Brasil, 2007).

Diante da relevância do tema segue-se uma linha cronológica dos eventos e da legislação relacionada com a Educação Profissional onde foi instituído um conjunto de Leis Orgânicas da Educação Nacional, conhecida como Reforma Capanema de 1942 a 1943 e teve como diretriz a convenção da concepção de “aprendiz” na legislação trabalhista e a sistematização da rede federal de instituições de ensino industrial, bem como o ingresso no ensino superior dos alunos egressos dos cursos profissionais através da Lei nº 1.076/1950, que comprovassem “possuir o nível de conhecimento indispensável à realização dos aludidos estudos”, após concluírem os exames necessários. Entretanto, esta mesma reforma estabelece a participação das empresas e sindicatos na formação profissional, contribuindo para a criação dos dois primeiros Serviços Nacionais de Aprendizagem, o Industrial em 1942 (SENAI), criado pelo Decreto - lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, o Comercial em 1946 (SENAC) e a transformação em Escolas Técnicas Federais das antigas escolas de aprendizes artífices. Consolidando definitivamente o ensino profissional no Brasil e distanciando do ensino secundário e o normal, o primeiro objetivava oferecer formação profissional aos filhos do proletariado e a segunda forma as elites do país, esta dicotomia só veio a diminuir na próxima década com a equivalência entre as duas modalidades até então distintas (Saviani, 2007).

A Lei Orgânica do Ensino técnico e Industrial (Decreto-lei nº 4.073, de janeiro de 1945), propicia a aproximação entre o sistema propedêutico e o profissional. Contudo, só com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, permitiu-se a equivalência plena do ensino profissional e do acadêmico, encerrando finalmente a dualidade existente na educação brasileira (Canali, 2013).

Durante o governo militar (1964 - 1985), foi promulgada a LDB 5.692/1971, que promove uma profunda reforma na educação básica, alicerçando diretrizes e bases para o então chamado ensino de primeiro e de segundo graus, originando a partir de então, uma escola única de 1º e 2º graus, voltada para a educação básica geral juntamente com a preparação para o trabalho, tornando obrigatória a profissionalização para o segundo grau (atual ensino médio), garantido a inserção no mercado de trabalho através da habilitação profissional (Manfredi, 2002). No ano seguinte foi regulamentada a profissionalização no nível técnico, através do Parecer CFE nº 45/1972 (Brasil, 1992), do Conselho Federal de

Educação, em que as partes diversificadas dos cursos seriam compostas pelos mínimos curriculares, oferecendo currículos mistos com disciplinas propedêuticas e disciplinas de formação profissionalizante.

Após o longo período da ditadura militar, José Sarney assume como o primeiro governo civil em 1985 e fortalece o processo de redemocratização, tendo como perspectiva uma forte crise econômica internacional com graves reflexos no nosso país, acarretando debates acerca de uma reestruturação do 2º grau e da Educação Profissional, lançando a “semente” para as bases da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 (Ramos, 2011).

Após ser fechado o ciclo da ditadura militar, a comunidade educacional iniciou a luta pela aprovação de uma nova LDB - Lei de Diretrizes e bases da Educação - que propiciasse um tratamento unitário à educação sob a compreensão da ideia de politécnica. De acordo com Ramos (2011, p.33):

O ideário de politécnica buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana na sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

A Lei nº. 9.394/96, também denominada “Lei Darcy Ribeiro”, que configura o ensino médio como etapa final da educação básica, estabelece ainda que no final do ensino médio, o educando deve demonstrar domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna. No seu o artigo 36, parágrafo 2º, seção IV, é permitido que após terminada a formação geral o aluno ingresse no curso técnico-profissional, permitindo que o mesmo escolha entre o Ensino Médio de caráter propedêutico como aprofundamento de Ensino Fundamental, ou pelo Ensino Médio Técnico Profissionalizante (Moll, 2010).

De acordo com Rua (2005), o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, no artigo 3º, I, II e III, regulamentou a Educação profissional objetivando o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral, passando a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia. Como os seguintes níveis:

- a) Básico, que se destinou à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores independente de escolaridade prévia;
- b) Técnico, destinado à habilitação profissional para alunos egressos do Ensino Médio; e,

c)Tecnológico, correspondente aos cursos de nível superior na área tecnológica, destinado aos alunos oriundos do Ensino Médio Técnico.

Com esta nova regulamentação, o aluno é quem decide se realiza a parte específica da formação técnica sob duas modalidades: Concomitante ao Ensino Médio (formação geral) em escolas diferentes, ou na mesma escola, porém com matrículas e currículos distintos; ou Subsequente, ou seja, após a conclusão da educação básica, iniciar a educação técnica. Quanto à certificação para esses cursos técnicos, só seriam expedidas após a conclusão do Ensino Médio de formação geral(Manfredi, 2002).

Para Manfredi (2002), a LDB nº 9.394/96, possibilita a reflexão e algumas reformas na educação brasileira, mais especificamente no ensino profissionalizante de acordo com § 1º do art. 4º do Decreto nº 2.208/97 o qual ressaltava que:

[As] instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo poder público, que ministram educação profissional, deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como os trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.

Sendo assim, a lei impõe às instituições públicas de educação profissional tanto no âmbito estadual, municipal e federal a receberem além dos seus estudantes adolescentes, outros estudantes com maior idade e também trabalhadores que tem acesso garantido, com o intuito de atender as novas demandas econômicas e sociais do mundo do trabalho conectado na esfera global em relação à competitividade, produtividade e empregabilidade, tendo como premissa o desenvolvimento da educação profissional como suporte deste novo paradigma econômico e tecnológico e sua política de geração de emprego e renda (Canali, 2013).

De acordo com Manfredi (2002, p. 12),o artigo 39 a 42 do Decreto Federal nº208/97, estabelece novos propósitos específicos da educação profissional:

- Formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia;
- Especializar e aperfeiçoar (o trabalhador em) seus conhecimentos Tecnológicos;
- Qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Segundo Cury (2017), as instituições de ensino continuada, bem como instituições especializadas e inclusive oportunamente em local de trabalho, podem oferecer esta modalidade de ensino profissional.

A consolidação atrelada à ampliação da educação profissional e tecnológica se intensificaram na década de 2000, tendo como eixo norteador a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, complementados pelos convênios com os estados e municípios para a construção ou reformas das unidades escolares, adequação dos laboratórios, melhorias estruturais nas bibliotecas e aquisição de novos livros, impulsionara formação continuada de toda equipe escolar, oportunizando o acesso em cursos de pós-graduação *stricto sensu e lato sensu*, tudo permeado pela reestruturação na legislação educacional (Zibas, 2006).

Dando continuidade a este investimento na educação profissional o Decreto nº 5.154/2004 (Brasil, 2004), intensifica a articulação com o ensino médio que se dará, no nível técnico, por uma das seguintes formas:

- Integrada (em curso na mesma instituição de ensino, com matrícula única pelo aluno e com ampliação de carga horária);
- Concomitante (na mesma instituição ou em instituições distintas, com e ou sem convênios de Intercomplementaridade para o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados);
- Subsequente após o ensino médio, quando este é pré-requisito de matrícula
- Continuada(não constituindo a “parte diversificada” do currículo do ensino médio).

As instituições de ensino podem optar por uma ou outra das três modalidades dos seus cursos técnicos acima apresentados, inseridos nos seus projetos políticos pedagógicos, através de convênios de Intercomplementaridade e respeitando sua autonomia (Wittaczik, 2008).

O perfil do novo trabalhador tem mudado bastante desde o final do século XX, o mundo conectado e globalizado exige competências e habilidades cada vez mais específica e atualizada, buscando instituições que ofereçam a integração do ensino profissional e tecnológico nos seus currículos, evidenciando as transformações do mercado produtivo e a geração de novos conhecimentos (Ramos, 2011).

Diante desse contexto, é primordial evidenciar o Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, que através da implementação do Programa Brasil Profissionalizado fortaleceu as redes estaduais de Educação Profissional e tecnológica, tendo como norte o

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que visava a ampliação do ensino médio integrado na rede federal e o PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a educação básica na modalidade de Jovens e Adultos, contemplando cursos de formação inicial, continuada e técnica de nível médio profissionalizante, oferecidos a estudantes jovens e adultos. Conforme Ramos (2011, p. 16-17), a mesma organiza-se da seguinte maneira:

- Educação Profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
- Educação Profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.

Diante desse cenário, percebe-se que a proposta de integrar a educação profissional à educação básica é parte de uma nova política educacional que visa possibilitar a inserção no mercado de trabalho de profissionais capacitados e conscientes de seus direitos, garantindo a melhoria das condições de vida individual, da família e da sociedade em que ele está inserido, valorizando o empoderamento, a autonomia e ajudando esse sujeito a reescrever sua trajetória de vida pessoal e profissional (Santos, 2012).

Em continuidade, no Brasil, a reforma no ensino de 1971, pautada na Lei nº. 5.692 perdurou por mais de duas décadas, promovendo mudanças impactantes e significativas que nortearam a educação básica e profissional (Frigotto, 2010, p.33). Entretanto, apesar dessa lei trazer na sua gênese a proposta de hegemonia entre o ensino profissionalizante e o propedêutico ao ensino superior, na prática, essas mudanças continuaram a provocar polêmicas nas esferas sociais (alunos e pais) e políticas, pois o ensino profissional, atrelado ao ensino médio, apresentava um currículo que atendia a formação de uma educação profissional e se distanciava de ser propedêutico da preparação ao ensino superior, uma vez que este ainda era de apropriação quase que exclusiva das classes sociais dominantes desse país.

Com a abertura no processo do ensino profissional permitida pela Lei n. 7.044/82, no ano de 1986, e com a criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), surgiram as escolas técnicas federais de ensino descentralizado (vinculadas ao CEFET) (Ramos, 2011). Entretanto, essas voltaram a ser valorizadas porque no contexto social existente na época, elas eram as instituições mais adequadas para formar profissionais com habilitações específicas.

No ano de 1994, a Lei n.º. 8.948 transforma as escolas técnicas federais descentralizadas em CEFET's (Ramos, 2011). Em 1996, sob a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de autoria do senador Darcy Ribeiro, sendo reprovada na Câmara, a reforma educacional deu-se por meio do Decreto n.º. 2.208/97, cujo teor fragmentou a educação integrada e deu ênfase à educação profissional (Ramos, 2011).

Segundo Manfredi (2002, p.119):

O Projeto de reforma do ensino médio e profissional acabou por configurar um desenho de ensino médio que separa a formação acadêmica da educação profissional, aproximando muito mais dos interesses imediatos dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais do que das perspectivas democratizantes inerentes aos projetos defendidos pelas entidades da sociedade civil.

Na opinião de Frigotto, *et al.*, (2010,p.25), não só o Decreto n.º. 2.208/97, outros instrumentos legais como a Portaria n. 646/97, vem:

não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado o que ocorreu também por iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de sua política de formação profissional.

A educação profissional no Brasil de acordo com a ideologia do neoliberalismo, começou a ser tratada nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco. E teve sua maior ênfase no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses governos foram pautados pela fragilidade das relações trabalhistas, pela redução do poder aquisitivo e pela qualidade de vida da população. Na realidade, sob a égide dessa ideologia, o Estado apresentava-se concomitantemente “regulador e assistencialista” (Niskier, 1995).

Apesar dos possíveis avanços na educação profissional do governo Fernando Henrique Cardoso como por exemplo, a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério Nacional (FUNDEF), regulamentado pela Lei

9.424/96, no entender de Ramos (2011), a política neoliberal do governo FHC – aberta aos interesses internacionais (BIRD², BID³) e pautada por um capitalismo imperialista que visava apenas o crescimento econômico em benefício dos interesses das classes dominantes, provocou a privatização de empresas e de serviços públicos, a desregulamentação das relações de trabalho, a dualidade da economia e o aumento significativo do desemprego e do subemprego.

Embora Ramos (2011), considere a LDB um marco da educação profissional brasileira, essa Lei, na opinião de (Lima⁴ apud Saviani, 2008, p.102), ainda apresenta várias lacunas:

[...] não há na Lei uma palavra sob a formação da mão de obra de que necessita o país para o seu desenvolvimento; não cogita da criação dos quadros de cientistas; não há qualquer ênfase aos técnicos de nível médio; o curso secundário desinteressado e acadêmico continua a ser o ponto nevrálgico das condições; não faz referência ao magno e crucial problema do analfabetismo; na área do curso primário, não aflora a questão do preparo para o trabalho; não contém elementos para uma política permanente de investimento educacional [...]. Quanto ao planejamento da educação – função altamente, especializada de equipes técnicas -, é atribuído aos conselhos sem, contudo, fornecer a tais órgãos real e efetiva autonomia de manipulação dos numerários, que ficam no controle do poder legislativo transformando em eufemismo a atribuição fundamental delegada aos colegiados.

Nesse cenário, o ensino médio desvinculado da educação profissional, deixou lacunas que acentuaram, significativamente, a dualidade do sistema educacional ao priorizar a qualificação para o trabalho tendo por base o experimentalismo, em detrimento de uma formação sócio política e epistemológica⁵.

Em uma nova fase, buscando retomar a dinamização da economia produtiva no Brasil, o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, adotou políticas com vistas à efetivação das condições sociais necessárias à produção e ao controle de crises. Foi nesse

² BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

³ BID – Banco Internacional de Desenvolvimento.

⁴ Lauro de Oliveira Lima, Tecnologia, Educação, Democracia, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p.40.

⁵ Ramos, M.N. Educação Profissional: história e Legislação. Paraná: Instituto Federal, 2011. P.77

cenário de desenvolvimento ainda incerto que começaram a surgir as políticas de expansão da educação tecnológica sustentada pelo Estado (Ramos, 2011).

De certo que a revogação do decreto nº. 2.208/97 objetivou restabelecer a articulação entre a educação básica (abrangendo também o ensino médio) e a educação profissional. Contudo, na tentativa de corrigir falhas no sistema educacional e, dessa forma, possibilitar a participação ativa de todos os segmentos da sociedade civil e política, por meio do diálogo e da transparência das ações de governo, referentes as políticas inerentes à educação profissional, foi elaborada, com a participação dos vários segmentos da sociedade, uma minuta em substituição ao Decreto n.º. 2.208/97. Esta, continha, em sua essência, concepção emancipatória do indivíduo, ou seja, segundo Ramos (2011, p.87), deveria formar “sujeito autônomos, tecnicamente capazes de responder às demandas da base científica, digital-molecular da produção, mas politicamente protagonista de cidadania ativa na construção de novas relações sociais”.

Entretanto, na prática, o que se observou foi um processo gradativo de fragmentação do sistema educacional. De acordo com Ramos (2011), somente após o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva é que se pode vislumbrar em associação entre a educação profissional e o ensino médio com base nas seguintes ações:

- Publicação do Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, com conteúdo que orienta os sistemas de ensino para essa integração, tendo por base o trabalho, a ciência e a cultura;
- Incorporação na LDB dos termos do Decreto nº. 5.154/2004. Neste, a Educação Profissional em relação ao EJA ocorreu mediante a implantação do PROEJA;
- Expansão da rede federal de educação tecnológica para o ensino superior, integrado com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico, conforme Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008; e,
- Enfocando os sistemas estaduais, e com vistas a implantação da educação da educação profissional integrada ao ensino médio, houve o lançamento do Programa Brasil Profissionalizado, por meio do Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

Sob o ponto de vista de Ramos (2011), as ações acima citadas interagem dentro de uma política pública de educação tecnológica e se caracterizam por atingirem os sistemas públicos de ensino estadual e federal; pela transparência no que se refere as metas físicas e

financeiras, como também por estarem respaldadas em um documento que retrata os princípios e diretrizes que regem as ações políticas e pedagógicas sob a égide do governo.

Observa-se, com o exposto acima, que as redes públicas de ensino estão articuladas na promoção da educação profissional, o que tanto para o indivíduo, como ser autônomo e pensante, ou seja, no exercício do seu direito como pessoa, quanto para o país, a correção das distorções contidas no Decreto nº 2.208/97, apesar de todas as controvérsias existentes, foi importante para o avanço da educação profissional integrada no país, não somente na vigência do governo Luis Inácio Lula da Silva, mas até os dias atuais.

Sem sombra de dúvidas todo este processo educativo foi respaldado por Leis e decretos vigentes como suporte legal para que essas mudanças da política de integração do ensino médio com a educação profissional ocorressem. Procedeu-se ao levantamento da legislação nacional em vigor, bem como das normas referentes à educação profissional e ao ensino médio, editadas nas últimas décadas.

1.3 Legislação e normas nacionais

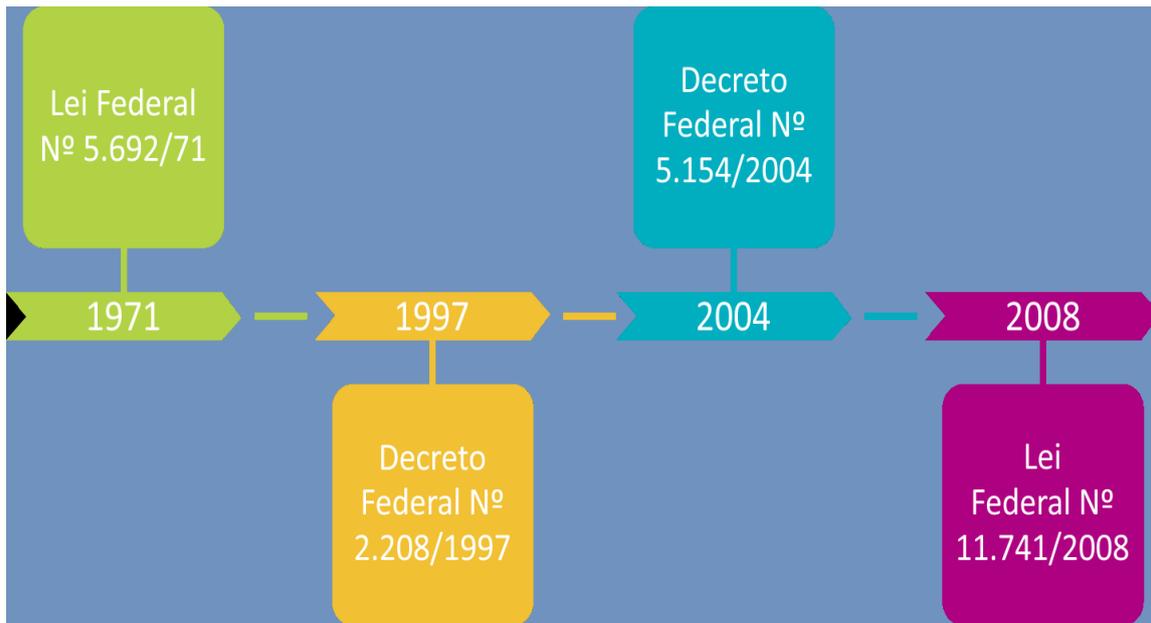
A seguir, será apresentado um levantamento básico referente à legislação e normas concernentes à contextualização histórica da educação profissional no nível do ensino médio, suas disposições constitucionais, com foco nas leis e decretos federais emanados das políticas do Ministério da Educação - particularmente da antiga Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), atual Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Como também, as resoluções e pareceres do antigo Conselho Federal de Educação (CFE), no regime da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), e do atual Conselho Nacional de Educação (CNE), listados em ordem cronológica abaixo, Brasil (2006):

- Lei nº 5.692/1971 (revogada pela Lei nº 9.394/1996);
- Parecer CFE nº 45/1972 (revogado pela Resolução CNE/CEB nº4/1999);
- Constituição Federal de 1988, especialmente o Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, e sua Seção I – Da educação, artigos 205 a 214;
- Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente a Seção IV - Do ensino médio, artigos 35 e 36, e o Capítulo III - Da educação profissional, artigos 39 a 42;

- Lei nº 10.172/2001, que aprovou e instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente os itens 3 - Ensino médio, 5 - Educação de jovens e adultos, e 7 - Educação tecnológica e formação profissional;
- Decreto nº 2.208/1997, que regulamentava o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e foi revogado pelo Decreto nº 5.154/2004;
- Parecer CNE/CEB nº 15/1998, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 3/1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 16/1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Resolução CNE/CEB nº 4/1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta atualmente o § 2º do art.36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), revogando o Decreto nº 2.208/1997;
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004, que trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 à educação profissional técnica de nível médio e ao ensino médio;

A Figura 1 apresenta um resumo dos marcos legais da Educação Profissional no Brasil.

FIGURA 1: Marcos legais da Educação Profissional no Brasil.

Fonte: Brasil (2006).

Conforme descrito em Dutra (2014), ao fazer uma retrospectiva do itinerário da legislação nacional, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º. 9394/96, é possível observar mudanças de concepções educacionais, que abriram novos caminhos para o Ensino Médio no Brasil, como a nova ideia de educação, presente no artigo 1º, parágrafo 2º, que altera a identidade do Ensino Médio, oferecendo-o de forma articulada, o que antes não era possível. A partir desses documentos normativos, verifica-se a necessidade de uma visão do educando na sua totalidade, não apenas uma educação para o desenvolvimento de conhecimentos cognitivos, mas para uma vida mais harmônica em sociedade, inserida em um contexto familiar, com perspectiva para uma preparação para o mundo do trabalho. Segundo Kuenzer (1996, p. 77),

[...] é esta dupla função — preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho — que lhe confere ambiguidade, uma vez que essa não é uma questão apenas pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação.

Diante de tais concepções, pressupõe, portanto, que as mudanças ocorridas no *Brasil de hoje* são decorrentes de um longo processo na busca de uma educação de qualidade para todos, e que esta supere a lógica das partes e atinja o *todo*, promovendo assim, a formação dos indivíduos em todos os níveis sociais e de escolaridade, tornando-os

capazes de escrever a sua própria história e de nela intervir quando necessário (grifo pessoal). Tal assertiva, corrobora o pensamento de Freire (2008), que tem a Educação como instrumento prioritário para a formação do homem inteiro, integral, sujeito autônomo, ciente do seu espaço e de que pode mudá-lo.

CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO: CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA NO ESTADO

Neste capítulo, apresenta-se um recorte acerca da trajetória da Educação profissional especificamente no estado de Pernambuco. No primeiro momento, será feita uma explanação a partir do cenário sócio econômico e o desenvolvimento nas últimas décadas, o impacto na política educacional do estado na implementação e expansão da educação profissional técnica de nível médio.

2.1 Reflexos da demanda política no cenário sócio econômico

O Brasil é um país que apresenta uma economia sólida, é exportador de uma grande variedade de produtos, fato que fortalece sua economia. As atividades de agropecuária, indústria e serviços são bem atuantes e contribuem para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

A grande extensão territorial do Brasil proporciona possibilidades para a execução de várias atividades econômicas. Além da existência de riquezas minerais, a sua grande extensão territorial pode ser destinada à atividade agropecuária.

O País está no ranking das dez maiores economias do mundo, ganhando importância nos últimos anos com o maior ritmo de crescimento em décadas, conquistando posição no chamado grupo dos BRICS de países emergentes, junto de Rússia, Índia, China e África do Sul, conforme explicitado na Tabela 1.

TABELA 1: As dez maiores economias do mundo em 2017

Ordem	Países	PIB (ppp) em trilhões US\$	Participação no PIB mundial (%)
1	China	23,194	18,3
2	EUA	19,417	15,3
3	Índia	9,489	7,5
4	Japão	5,420	4,3
5	Alemanha	4,135	3,3
6	Rússia	3,938	3,1
7	Indonésia	3,257	2,6
8	Brasil	3,216	2,5
9	França	2,905	2,2
10	Reino Unido (UK)	2,833	2,3

Fonte: FMI.WEO,abr. 2017. <http://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>

O país possui vocação natural para ser uma potência agrícola e é líder mundial nas produções e exportações de café, açúcar, suco de laranja, carne bovina, e carne de frango e soja. Pioneiro no uso de biocombustíveis, o Brasil é o maior exportador de etanol oriundo de cana de açúcar. Descobertas recentes de grandes reservas submarinas de petróleo na costa sudeste devem dobrar a produção de petróleo do Brasil para quatro milhões de barris por dia até 2020, o que colocaria o país entre os dez maiores exportadores de petróleo do mundo, (AD Diper⁶, 2017).

O Estado de Pernambuco, segundo dados da Agência CONDEPE/FIDEM (2017), possui o décimo maior PIB (Produto Interno Bruto) do país, está localizado no centro-leste da região Nordeste e ocupa uma área de 98.312 km², sendo o sétimo estado mais populoso da União com uma população de 9.473 milhões de habitantes (IBGE, 2017). Possui 185 municípios incluindo em seu território o Arquipélago de Fernando de Noronha, sua capital é a cidade do Recife com 1,5 milhão de habitantes, é sede da concentração urbana mais rica e populosa do Norte-Nordeste.

Pernambuco foi o primeiro núcleo econômico do Brasil, uma vez que se destacou na extração do pau-brasil (ou pau-de-pernambuco) e na cultura canavieira (AD Diper, 2017).

A indústria tem apresentado desenvolvimento em razão dos constantes investimentos nos segmentos de transformação de minerais, confecções, químico, petroquímico, farmacêutico, mobiliário, transporte e de energia.

O estado se destaca por sua ativa participação em diversos episódios históricos do Brasil, entre eles vale ressaltar que foi palco das Batalhas dos Guararapes, com combates decisivos na Insurreição Pernambucana que originou o Exército Brasileiro (Bento, 1971). Foi o berço de movimentos de caráter nativista e de ideais libertários, como a Guerra dos Mascates, a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira (Rosty, 2002).

Mantendo esta tradição de engajamento sociopolítico e cultural, o estado tornou-se um polo de educação com cinco universidades de reconhecimento nacional: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Estadual de Pernambuco UPE) e Universidade Católica, um Centro Universitário privado denominado Maurício de Nassau e diversas faculdades e instituições de pesquisa.

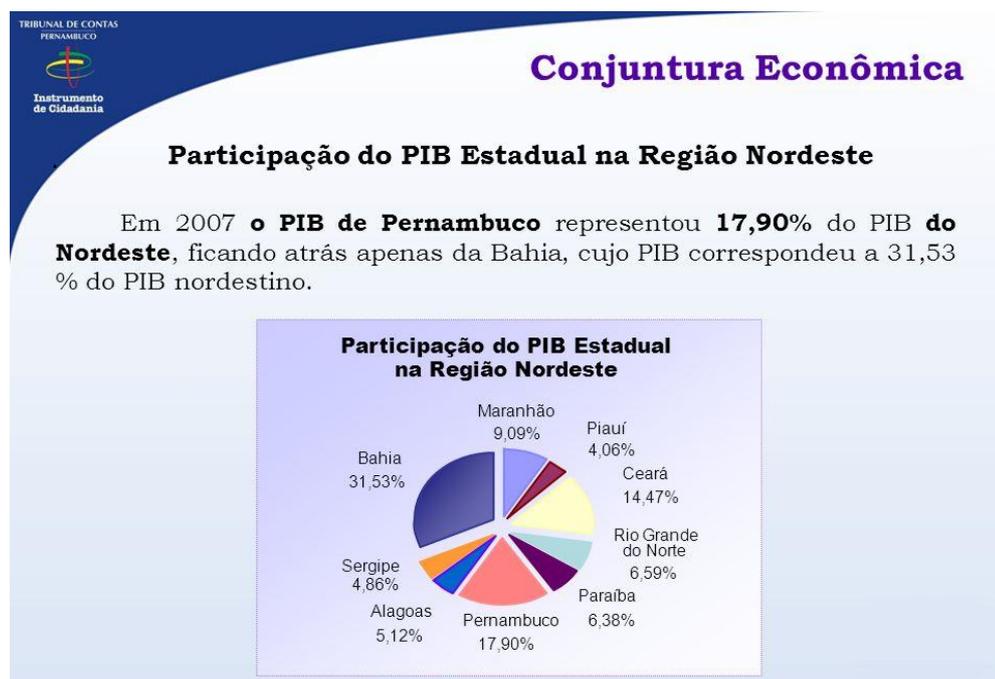
⁶ - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) órgão público integrante do poder Executivo.

Recife, atualmente, é conhecida como o Vale do Silício brasileiro. Em 1996 foi criado o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R.), tornando-se berço de importantes centros de inovação e do maior parque tecnológico do País Porto Digital criado em 2000 para fomentar a área de tecnologia de informação no Nordeste (Lima, *et al.*, 2007).

A partir do início do segundo milênio aproximadamente no ano 2000, década em que o estado de Pernambuco tem um grande destaque nacional através do seu crescimento econômico, adotando o modelo de gestão governamental-gerencial com foco em resultados e em parcerias público-privadas firmadas para efetivação dos programas e políticas direcionadas à educação, bem como da captação de recursos federais, culminando com grandes obras estruturadoras, dos investimentos em diversos setores, como as instalações de empresas dos segmentos alimentícios, naval, petróleo e gás, automobilístico, farmacêutico, dentre outros, possibilitando o aquecimento econômico não só do estado, mas, também, da região nordeste, dados disponibilizados como parte dos estudos desenvolvidos pela Consultoria Econômica e de Planejamento (CEPLAN, 2017).

O estado de Pernambuco tem um crescimento econômico consolidado, apresentando o segundo maior PIB do nordeste, conforme o Gráfico 1.

GRÁFICO 1: Taxa (%) de crescimento do PIB de Pernambuco em relação ao Nordeste.



Fonte: IBGE (2017).

Diante do panorama de desenvolvimento exposto acima, percebe-se que as diretrizes políticas que privilegiam o crescimento econômico do estado e relevância dos empreendimentos empresariais conduzem as políticas públicas objetivando a inclusão produtiva. Tendo como realidade uma situação de baixos índices e de evasão nos resultados educacionais bem como, na qualificação profissional (SEEP⁷, 2016).

Vale destacar, ainda, um esclarecimento acerca do que será considerado nesse estudo como Políticas Públicas. De acordo com Fagundes (2009): “as políticas públicas são decisões e ações revestidas da autoridade suprema do poder público, fica subentendido que para o atendimento das demandas sociais é necessário o envolvimento de setores da sociedade de forma abrangente ou em pequenos grupos”. Já para a pesquisadora Maria Ozanira Silva e Silva (2005), toda política pública é uma forma de alterar a sociedade, congregando diversos interesses a sujeitos com diversas expectativas, resultando no aglomerado de ações ou omissões do estado, originadas de decisões e interesses aliados aos processos políticos, sociais e econômicos. Ainda segundo Silva e Silva (2005, p. 38).

a política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente (...). São respostas institucionalizadas a situações consideradas problemáticas, materializadas mediante programas, projetos e serviços. Ainda, toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social.

De acordo com o Documento “Balanço da Educação 2015/2018”, em 2009, diante da oferta do mercado de trabalho e necessidade de mão de obra especializada, o estado definiu como uma das suas prioridades a valorização, ampliação e estruturação da Rede Estadual de Educação Profissional e tecnológica. Hoje, Pernambuco dispõe de uma ampla rede de instituições que oferecem educação profissional gratuita em diversas habilitações. São 44 Escolas Técnicas estaduais (ETEs) espalhadas por todas as regiões, beneficiando cerca de 45 mil estudantes (Pernambuco, 2018).

⁷Secretaria Executiva de Educação Profissional

CAPÍTULO 3: MODELO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Nesta perspectiva inovadora com avanços no campo socioeconômico, torna-se imprescindível atender à crescente demanda por mão de obra qualificada. Possibilitando dessa forma que no Brasil, o estado de Pernambuco, seja o pioneiro a ter gestão compartilhada entre o setor público e o privado nas escolas (Pernambuco, 2012).

Dispondo como ponto de partida a implementação do programa PROCENTRO, pelo Decreto nº 25.389 (Pernambuco, 2003), fortalecendo o programa da Secretaria de Educação de Pernambuco formatado e executado em parceria com a representação direta dos empresários, legitimando assim, a gestão compartilhada nas escolas de ensino médio em tempo integral. Tendo o estado de Pernambuco passado a ser o primeiro a dispor do modelo de escolas charter⁸ no país (Lima, 2017).

Portanto, considerando a urgência em atender as demandas educacionais em Pernambuco, destaca-se o projeto piloto denominado de Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), uma parceria público privado com investimentos da iniciativa privada que atendia as reformas prediais e a compra de equipamentos. Iniciando assim, uma bem sucedida parceria, originando outros Centros de Ensino Experimental no Estado de Pernambuco, seguindo os passos do gerenciamento privado e recursos públicos ocorrido no CEEGP, tornando-se um sucesso a ser seguido (Canali, 2013).

Tendo como foco o fortalecimento da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, o Estado de Pernambuco de acordo com seu Plano de Ação de 2007 – 2008 criou um grupo de trabalho responsável pela concepção da política pública que iria fundamentar Educação Profissional de Pernambuco.

Às discussões foram orientadas pela necessidade urgente de se modernizar os equipamentos de Educação Profissional existentes no estado e construir novas unidades educacionais, ampliando a oferta de cursos profissionais, melhorando a qualidade da mão de obra pernambucana para atender aos

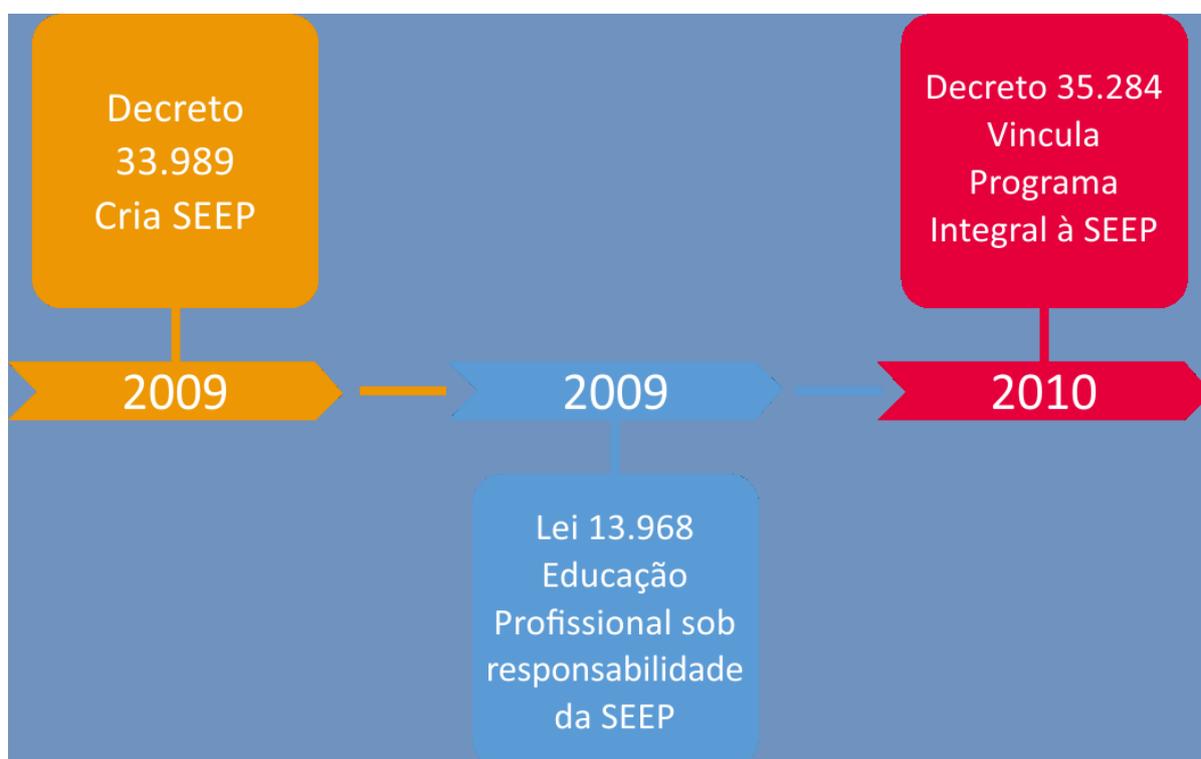
⁸Escolas charter: Escola pública com maior autonomia, cuja gestão é compartilhada entre os setores público e privado.

Arranjos Produtivos Locais (APL's) e formar o cidadão participativo, crítico e competente em sua área de atuação (Pernambuco, 2007).

Inicialmente o órgão responsável pelas atribuições concernentes a esta modalidade de ensino era a Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), outorgada pela Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003 e pelo Decreto Estadual nº 25.389, de 14 de abril de 2003, até o ano de 2009 (Moll, 2010).

Houve uma mudança na designação e na competência dos órgãos e entidades do Poder Executivo. A partir de 2009, a Secretaria Estadual de Educação mediante a Lei nº 13.968, de 15 de dezembro de 2009, volta a responder pela política de Educação Profissional no estado. Com a premissa de formular, programar, acompanhar e avaliar as políticas estaduais de Educação Profissional de nível técnico, bem como, articular e interagir com outros órgãos e entidades envolvidos com Educação Profissional (Pernambuco, 2009).

FIGURA 2: Marcos legais da Educação Profissional em Pernambuco.



Fonte: SEE-PE (2009).

Neste contexto e tendo a necessidade de normatizar e acompanhar as Escolas de Referência em Ensino Médio e Escolas Técnicas Estaduais é aprovada a Lei Estadual Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, cria o Programa de Educação Integral, e no

Art. 1º afirma que o Programa é vinculado à Secretaria de Educação, com o objetivo de desenvolver políticas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2008).

Para a execução e monitoramento do programa foi criada a Secretaria Executiva de Educação Profissional – SEEP, vinculada ao gabinete de seu titular, a Unidade Técnica de Coordenação do Programa de Educação Integral, dotada de autonomia técnica e financeira no Art. 3º (Pernambuco/SEEP, 2010).

Com o objetivo de desenvolver políticas educacionais voltadas ao fortalecimento da qualidade do ensino médio técnico e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública do Estado de Pernambuco, a Educação Profissional e Tecnológica é identificada como uma construção social no campo educacional e pluridisciplinar e reconhecida como Política Pública de formação sócio profissional, tendo como missão “Fortalecer o Ensino Médio e Técnico no Estado de Pernambuco e difundir a modalidade integrada e subsequente, com foco na interiorização das ações do governo” (SEEP, 2010). Evidenciando ainda, tem como visão, “consolidar-se como referência nacional em Ensino médio integral e Educação Profissional de qualidade social até 2014” (SEEP, 2012, p.3). Apresentando o seguinte escopo abaixo, de acordo com o documento (Pernambuco, 2008, p. 1):

I – executar a Política Estadual de Ensino Médio, em consonância com as diretrizes das políticas educacionais fixadas pela Secretaria de Educação;

...

III – difundir o modelo de educação integral no Estado, com foco na interiorização das ações do governo e na adequação da capacitação de mão de obra, conforme a vocação econômica da região;

...

V – promover e apoiar a expansão do ensino médio integral para todas as microrregiões do Estado;

...

IX – integrar o ensino médio à Educação Profissional de qualidade como direito à cidadania, componente essencial de trabalho digno e do desenvolvimento sustentável.

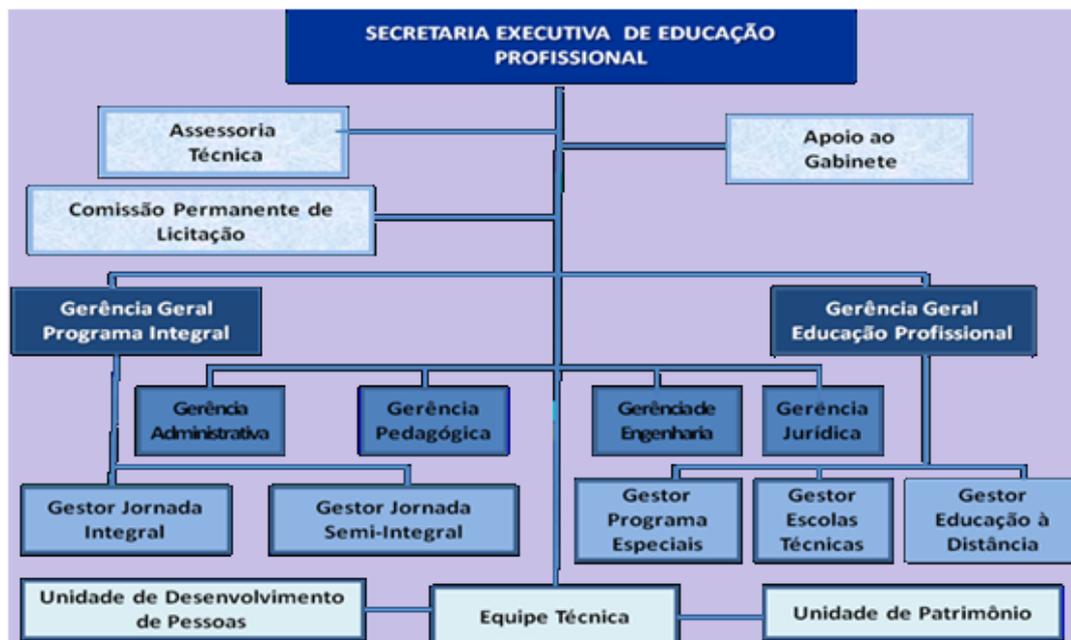
Considerando a realidade do processo de implantação da Política de Educação Profissional, frente aos desafios do alcance de metas para a educação profissional, no que

se refere à interiorização das ações mediante ampliação do número de escolas técnicas (ETE's), assim como, constituição de uma rede de escolas interligadas, e juntamente com a meta de implantação de um número crescente de Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM's), através do Decreto nº 33.989, de 02 de outubro de 2009, o governo do Estado de Pernambuco modifica a denominação e a competência dos órgãos e entidades do Poder Executivo, e na Secretaria de Educação criam-se os seguintes cargos para atuação na educação profissional, abaixo especificados:

- a) Secretário Executivo de Educação Profissional.
- b) Gerente Geral de Educação Profissional.
- c) Gestor de Educação a distância.
- d) Gestor de Escolas Técnicas.
- e) Gestor de Projetos Especiais.

Na Figura 3 mostra-se a apresentação do organograma da SEEP, com o objetivo de identificar os cargos existentes na mesma.

FIGURA 3: Organograma da Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco



Fonte: Pernambuco/SEEP -2012.

Em 14 de outubro de 2010, publica-se no Diário Oficial do Estado de Pernambuco o Decreto 35.681, de 13 de outubro de 2010, que aprova o regulamento da Secretaria de Educação e dar outras providências. Em seu capítulo III, define as competências de órgãos

de atuação direta, e, em seu inciso IV, as competências da Secretaria Executiva de Educação Profissional:

Participar da elaboração, implantação e implementação do Plano Estadual de Educação; elaborar implantar e implementar a Política de Educação Profissional e de Educação Integral, de acordo com a legislação vigente e normas do Sistema Estadual e do Conselho estadual de Educação, nas diversas formas e na modalidade presencial e a distância visando ao atendimento das demandas sociais por educação e trabalho, em consonância com as políticas de governo; acompanhar e avaliar a oferta de Educação Profissional e de Educação Integral no Sistema Estadual de Ensino; assegurar a expansão da Educação Integral e da Educação Profissional para todas as microrregiões do Estado, atendendo as especificidades dos arranjos produtivos locais, regionais e nacionais; coordenar os processos, programas, projetos, procedimentos e ações desenvolvidas na política de Educação Profissional e Integral (Pernambuco, 2010).

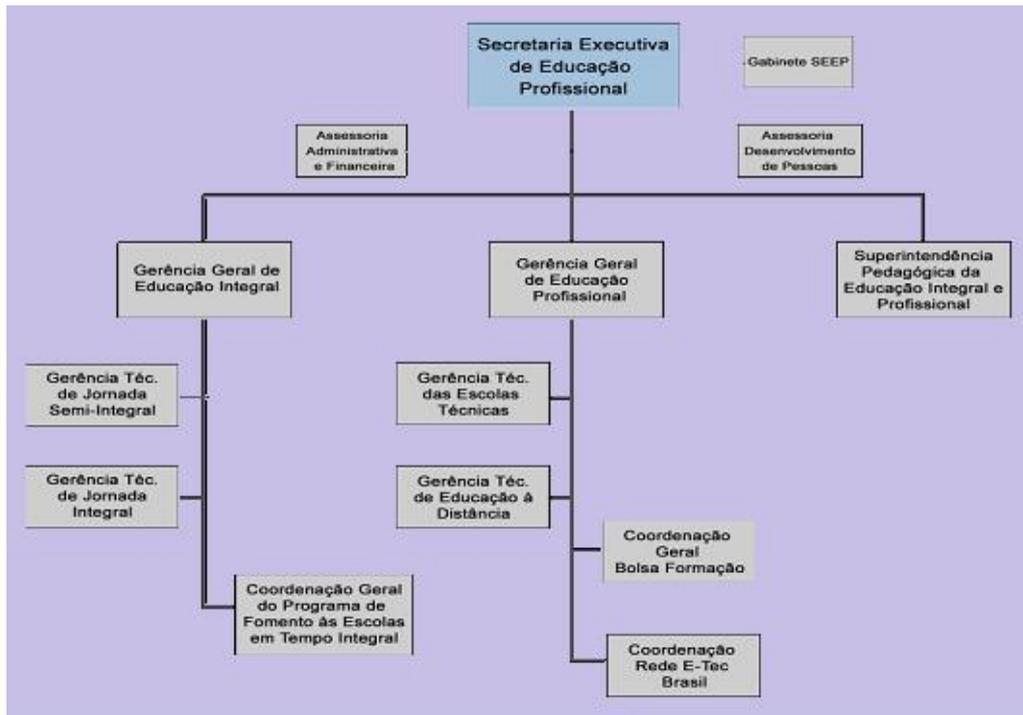
A partir de 2015, com a reestruturação da Secretaria de Educação, a SEEP também teve a sua estrutura organização modificada, conforme organograma que podemos observar na Figura 4.

FIGURA 4: Organograma da Secretaria Executiva de Educação Profissional – 2015



Fonte: SEE - PE (2015)

Em um movimento de atualização do organograma, a equipe técnica da SEEP redefiniu papéis e atribuições, chegando em 2019, ao formato exposto na Figura 5:

FIGURA 5 - Organograma da Secretaria Executiva de Educação Profissional – 2019

Fonte: SEE- PE (2019).

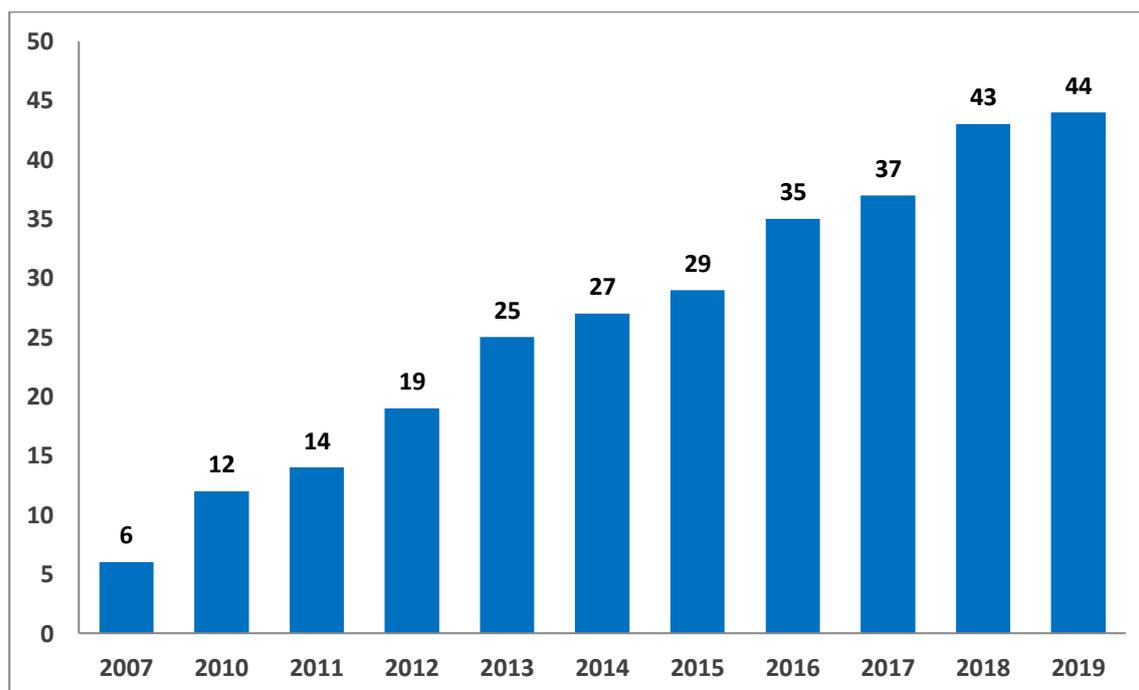
A Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP) é um órgão que entre suas várias atribuições é responsável pelo reordenamento das redes pública e privada de educação profissional técnica de nível médio em Pernambuco, bem como, a coordenação do Programa de Educação Integral do Estado. Onde é primordial o acompanhamento sistemático das escolas que estão sob sua jurisdição, através de visitas realizadas por técnicos educacionais, que monitoram vários aspectos como as condições seguintes:

Estrutura física; Acompanhar a construção das Escolas Técnicas a partir do padrão arquitetônico disponibilizado pelo Ministério de Educação, através do Programa Brasil Profissionalizado, todas as escolas construídas, apresentam o padrão básico especificado com, 12 salas de aulas e cinco laboratórios (Química/Biologia, Física, Matemática e Informática) e dois laboratórios especiais por curso, além de quadra poliesportiva (coberta e com vestiário), refeitório, biblioteca, auditório e área de convivência. Bem como, a reforma de cinco antigas escolas que já ofereciam Educação Profissional no estado, para se enquadrarem no padrão exigido pelo MEC e atender as possíveis necessidades de mobiliários e equipamentos, de todas as escolas; âmbito administrativo; existência de pendências nas prestações de contas; funcionamento dos laboratórios e da biblioteca, fornecimento da alimentação, aprovisionamento de material didático; monitoramento psicopedagógico: acompanhamento dos resultados da aprendizagem, a cada bimestre e por

disciplina, feito por duplas compostas por gestor e educador de apoio (educadores monitores) da Gerência Pedagógica da SEEP, que visitam, em média, três unidades escolares para se reunirem com o grupo de docentes e equipe gestora (educadores monitorados). Em todos os níveis de monitoramento existem instrumentos normativos que os norteiam, e são atualizados através de planilhas alimentadas pelos técnicos educacionais no final de cada monitoramento e a cada bimestre são realinhados, discutidos e replanejados.

No tocante à evolução da implantação das Escolas Técnicas Estaduais em Pernambuco, verifica-se que, no ano de 2008, foram inauguradas seis instituições, construídas a partir do padrão arquitetônico disponibilizado pelo Ministério da Educação, através do Programa Brasil Profissionalizado, no ano de 2012 existiam 19 ETE's funcionando. No ano de 2017 já existia 37 escolas técnicas. Atualmente, especificamente no ano de 2017, totaliza 37 ETE's em funcionamento com uma previsão do ano de 2018, chegue a um total de 40 unidades escolares para atender à população pernambucana do sertão ao litoral. O Gráfico 2 representa a evolução do quantitativo de Escolas Técnicas Estaduais no Estado de Pernambuco de 2007 a 2019.

GRÁFICO 2: Evolução do quantitativo de Escolas Técnicas Estaduais em Pernambuco



Fonte: SEE-PE – (2018)

A oferta dos cursos oferecidos são planejados para atender a demanda de acordo com o arranjo produtivo local de cada região, em que estão inseridas as ETE's, proporcionando aos educandos a possibilidade de permanecerem em suas cidades natais, sem a necessidade de deslocarem-se para a capital do estado com o propósito de terminarem o ensino médio e ingressarem no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, existe um edital anual referente ao processo seletivo para o ingresso no ensino médio integrado, nas escolas técnicas estaduais, onde os interessados se submetem a provas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo garantida as vagas para 80% dos estudantes oriundos da rede pública Estadual, e só 20% restantes para alunos da rede particular de ensino (Pernambuco/SIEPE, 2018). Vale destacar que as escolas técnicas estaduais também oferecem cursos técnicos à distância – EAD, atendendo estudantes, jovens e adultos na modalidade concomitante e subsequente, por intermédio do uso de tecnologias na sala de aula, onde professores e alunos tem o contato mediado por interfaces (SEEP, 2017).

O Gráfico 3, demonstra a evolução de matrículas na educação profissional em Pernambuco, de forma presencial e a distância entre os anos de 2008 e 2019. É importante destacar que o progressivo aumento de matrículas ocorreu concomitante ao crescimento no número de unidades escolares. Entre 2006 e 2009, em Pernambuco, estavam em funcionamento cinco escolas técnicas. Em 2010, com inauguração simultânea de sete novas ETEs, esse número subiu para 12 unidades e, em 2019, o estado já contabiliza 44 escolas técnicas, conforme apresentação do gráfico anterior.

GRÁFICO: 3 - Evolução das matrículas nas Escolas Técnicas Estaduais entre os anos de 2008 a 2019.



Fonte: SEEP – (2019).

Os números apresentados correspondem apenas à soma das matrículas nos cursos técnicos ofertados nas formas médio integrado e EAD.

3.1 Diretrizes para organização e desenvolvimento curricular na educação profissional

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCN's têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União “estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”. Mesmo depois que o Brasil elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares: as Diretrizes dão a estrutura; a Base, o detalhamento de conteúdos (Documento, Todos Pela Educação, 2018).

Ao conceituar DCN's, torna-se necessário também frisar que essas Diretrizes consideram a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a montar seu currículo, para a educação integrada, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que estão explicitadas nas diretrizes curriculares. Dessa forma, a escola deve trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando o tipo de clientela que atende, a região em que está inserida e outros aspectos locais relevantes.

Os cursos da educação profissional técnica de nível médio ofertados nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco, são organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou em uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

As formas de ofertas da Educação Profissional em Pernambuco são: médio integrado em horário integral, oferecida aos que concluíram o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, vivenciando uma matriz curricular única com formação geral e profissional na mesma unidade escolar, concomitante, ofertada nos cursos de educação à distância e subsequente, apenas a quem já tenha concluído o ensino médio.

Uma característica importante das Escolas Técnicas Estaduais, além de atuarem especificamente no Ensino Médio, é a integração entre o ensino propedêutico (formação geral) e a formação técnica profissional, com matrícula única e currículo distribuído em três anos, com professores e estudantes em horário integral.

Hoje, as Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco oferecem ao educando uma educação diferenciada: durante o dia, há oferta de cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio, em horário integral, e, à noite, na forma subsequente, para estudantes que já tenham concluído essa etapa da educação básica. Assim, desencadeia-se um processo de reflexão voltada para a transformação da realidade, tudo isso tendo em vista a formação do cidadão capaz de interagir na sociedade em que vivemos.

A proposta de formação integral do ser humano pressupõe o respeito ao indivíduo, às suas características, à cultura e às necessidades, resgatando sua consciência reflexiva e com aspiração ao valor transcendente, capaz de superar-se, compreendendo a sua importância no coletivo (Costa, 2010).

A perspectiva da Inter dimensionalidade requer uma convivência intercomplementar, solidária e sinérgica entre educandos, familiares, educadores e comunidade. Na Educação Interdimensional, o educador é constantemente convocado e incentivado a produzir conhecimento através da constante conceituação de sua prática.

O protagonismo juvenil é compreendido, aceito e praticado enquanto laboratório de educação e valores. O aluno será o ator principal no processo de seu desenvolvimento, ampliando seu repertório interativo de forma ativa e construtiva, tanto no contexto escolar quanto no comunitário (Costa, 2010).

No aspecto da educação para o trabalho, a educação integral compreende que a melhor profissionalização que se pode oferecer ao educando é uma educação que garanta o domínio dos princípios científicos aliados à prática profissional.

A cultura da trabalhabilidade, conforme Costa (2010), é um método que prepara o jovem para a sua inserção produtiva no mundo do trabalho como profissional competente. É um novo modo de compreender, sentir e agir diante do novo mundo do trabalho. O desenvolvimento da trabalhabilidade do educando compreende três estratégias formativas:

- A educação para o trabalho - o educando primeiro aprende, para depois trabalhar, colocar em prática os conhecimentos assimilados e as competências, habilidades e capacidades desenvolvidas.
- Educação pelo trabalho – o educando trabalha para depois aprender.
- A educação no trabalho - o educando aprende trabalhando.

A promoção da trabalhabilidade e a educação profissional têm em comum o fato de ambas estarem ligadas ao pilar da educação aprender a fazer, ou seja, as competências produtivas. Entretanto, enquanto a educação profissional de nível técnico, que corresponde, no plano da educação geral, ao Ensino Médio, capacita e habilita o educando para atuar profissionalmente em um determinado ramo de atividade, a cultura da trabalhabilidade prepara o jovem para desempenhar-se frente ao mundo do trabalho como um todo, desenvolvendo habilidades básicas e habilidades de gestão (autogestão, cogestão e heterogestão) e atitudes básicas diante da vida produtiva, como, por exemplo, o empreendedorismo.

Em síntese, enquanto a trabalhabilidade dirige-se à construção de planos de carreira, que possibilitem ao jovem atuar integrado a uma organização ou até mesmo abrir seu próprio negócio, a educação profissional volta-se mais diretamente para a empregabilidade.

Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Quando se fala em formação integrada ou no Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em quaisquer das suas formas de oferta, o que se quer dizer com essa concepção é que a formação geral do aluno deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá essa preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, demonstrativos e práticas contextualizadas, bem como de projetos voltados para o desenvolvimento da capacidade de solução de problemas. (Parecer CNE/CEB 11/2012).

Diante de tal argumentação, é válido considerar a composição de um currículo voltado para educação e o trabalho na perspectiva da formação dos indivíduos qualificados e habilitados para atuarem, por meio do trabalho, em todas as dimensões da vida.

Na concepção de Brandalise (2007, p.20):

Currículo é a expressão da função socializadora da escola. É um ponto central de referência na melhoria da qualidade do ensino, na mudança das condições da prática, no aperfeiçoamento dos professores, na renovação da instituição escola em geral e nos projetos de inovação dos centros escolares.

Ainda se tratando de currículo, Ramos (2011, p.6) diz que:

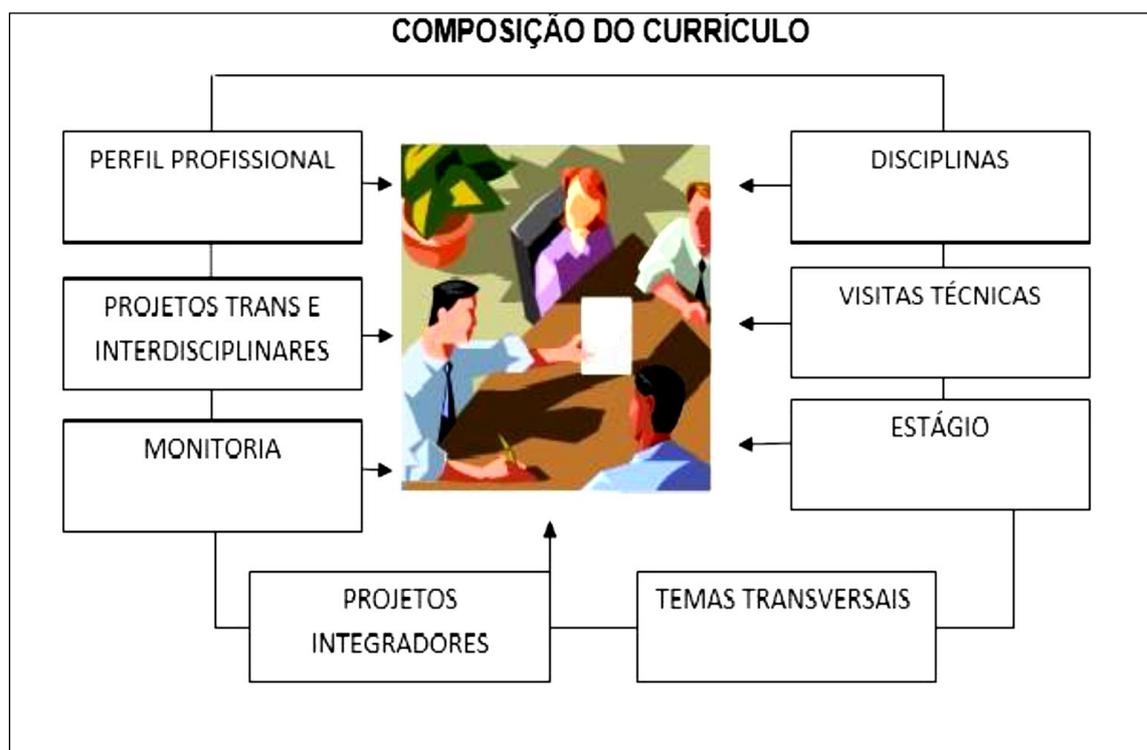
O currículo assim pensado é uma relação entre partes e totalidade. Ele organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem

de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações históricas e dialética que constituem em uma realidade concreta.

Esta concepção compreende que as disciplinas escolares são responsáveis por permitir apreender os conhecimentos já construídos em sua especificidade conceitual e histórica; ou seja, como as determinações mais particulares dos fenômenos que, relacionadas entre si, permitem compreendê-los.

A Figura 6 demonstra a construção das competências no currículo das escolas técnicas estaduais de Pernambuco.

FIGURA 6: Construção das Competências no Currículo das ETE's



Fonte: SEEP/SEE –PE

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica define-se uma nova concepção de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, superando o modelo antes utilizado, que apresentava um caráter assistencialista. Agora então, passa a considerar as reais necessidades dos sujeitos, priorizando a formação de cidadãos plenos, com competência e autonomia intelectual a fim de identificarem problemas vislumbrando soluções e aptos a tomadas de decisões.

A proposta adotada tanto para as Escolas de Referência quanto para as ETEs de Pernambuco, tem como base os estudos do Pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da

Costa sobre Educação Interdimensional que consideram quatro dimensões constitutivas do indivíduo: afetividade (pathos), racionalidade (logos), espiritualidade (mythos) e corporeidade (eros). Segundo Costa (2010, p. 13- 14):

Um itinerário formativo interdimensional deve contemplar, além das enteléquias (conteúdos relacionados a logos), atividades que envolvam a corporeidade (esportes, dança) a sensibilidade (teatro, canto, artes visuais, literatura) e a espiritualidade, no sentido de relação com a dimensão transcendente da vida: crenças, princípios e valores, que se constituem em fontes de significado e sentido para a existência humana.

É nessa perspectiva, que a escola deve dar oportunidade para que o educando desenvolva em sua integralidade. Portanto, a escola tem seu papel, histórica e culturalmente, ligados basicamente aos atos de ensinar e aprender. A proposta de educação interdimensional não descaracteriza esse entendimento, e sim, o amplia ao abrir a possibilidade de que, no cotidiano escolar, o educador perceba a importância do trabalho que leva em consideração a totalidade do ser, sem privilégios de uma dimensão em detrimento da outra.

Com a implementação das avaliações em larga escala como um instrumento de mensuração da qualidade dos sistemas educacionais, a partir da década de 1990, no Brasil, as cobranças por resultados e melhoria no desempenho dos estudantes nas redes de ensino podem, de maneira equivocada, ter acentuado o caráter da formação voltada ao cognitivo. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -, por exemplo, foi aplicado pela primeira vez em 1990 e, para Pestana (2012, p.1):

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é a primeira iniciativa, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional brasileiro em profundidade (...) fornece dados sobre a qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e dos estados.

Dessa forma, Pernambuco cria o seu próprio sistema de avaliação externa, no ano de 2008, como o SAEPE⁹ Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco e o IDEPE – Índice de desenvolvimento da Educação em Pernambuco. O IDEPE¹⁰ é

⁹ SAEPE – Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco.

calculado a partir da correlação entre a avaliação externa das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e o fluxo escolar.

O SAEPE disponibiliza informações diagnósticas sobre o contexto em que se realiza o processo pedagógico, as habilidades básicas por estudantes e o agrupamento destes de acordo com o nível de proficiência definido para a rede estadual de ensino (Elementar I, Elementar II, Básico e Desejável). Isso proporciona informações para a tomada de decisões referentes ao encaminhamento de estudantes para programas alternativos de ensino e também para novas formas de intervenção pedagógica com o objetivo de assegurar que todos os estudantes alcancem o nível básico e o desejável.

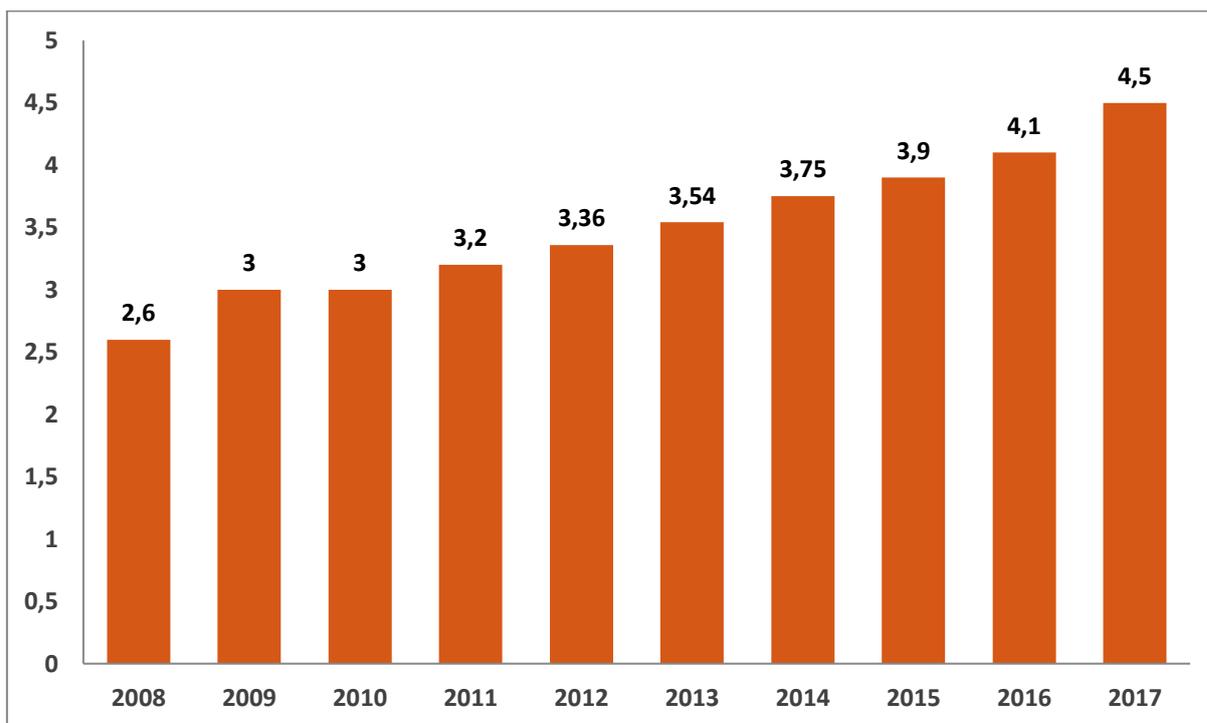
Também é considerada uma prestação de contas em que o governo informa à comunidade escolar, pais e sociedade civil os resultados de suas escolas e as políticas públicas educacionais implementadas para melhorar a qualidade do ensino.

Outro indicador avaliado é o IDEB¹¹ – Índice de desenvolvimento da educação Básica.

Deve-se destacar que essas avaliações têm como características, entre outras, a definição de uma matriz de avaliação na qual são especificados o objeto de avaliação e o emprego de provas padronizadas (Língua Portuguesa e Matemática) condição para que sejam obtidos resultados mais objetivos e efetuadas comparações entre redes e escolas, tanto transversal quanto longitudinalmente. Os Gráficos apresentados a seguir, demonstram os resultados alcançados pelos estudantes em avaliações externas:

¹⁰IDEPE- É um indicador de qualidade da educação pública estadual, criado no ano de 2008, que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano. Para o cálculo de IDEPE, são utilizados os exames das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de acordo com a nota da avaliação externa e o fluxo escolar.

¹¹ IDEBE - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. É um indicador de qualidade da educação pública nacional que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada estado, pois para o Ensino Médio é calculado de forma amostral. Possibilita a implementação de medidas corretivas e um acompanhamento por parte dos sistemas das secretarias de educação com possibilidade de uma intervenção mais rápida no processo. Para o cálculo do IDEBE, são utilizados os exames das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com a nota da avaliação externa e o fluxo escolar. Este indicador foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP

GRÁFICO 4: Evolução do estado de Pernambuco no SAEPE entre 2008 a 2017.

Fonte: Pernambuco (2018)

A Tabela 2 traz o resultado das escolas de Referência em Ensino Médio e Escolas Técnicas Estaduais no IDEPE 2017.

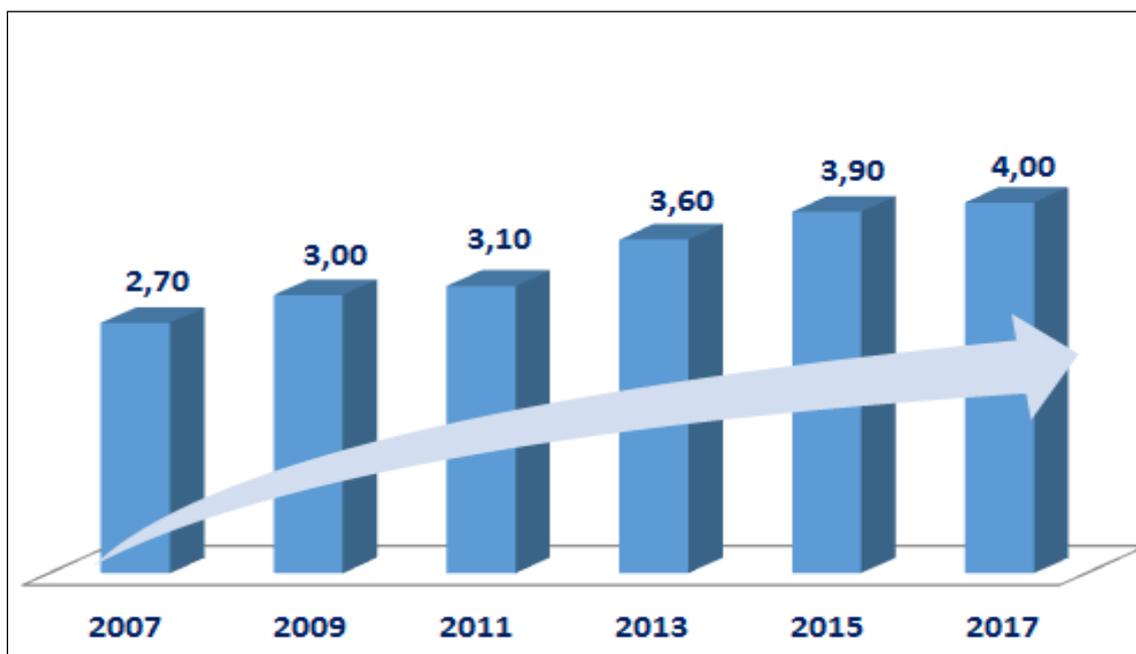
TABELA 2: Resultado do IDEPE - 2017

MÉDIA IDEPE 2017			
	MÉDIA		QUANTIDADE
EREM INTEGRAL	5,3		160
EREM SEMI- INTEGRAL	4,6		172
ETE	5,6		37
ANÁLISE DE NOTAS			
FAIXA DE NOTA	EREM	ETE	TOTAL
Escolas entre 6,99 E 5,0	133	26	159
Escolas entre 4,99 e 3,9	177	1	178
Escolas abaixo de 3,9	21	0	21
Escolas sem nota (ciclo incompleto)	1	10	11
TOTAL	332	37	369

Fonte: Secretaria de Educação PE

Outro indicador quantitativo, alcançados pela rede estadual de Pernambuco, demonstrado no Gráfico abaixo, é o IDEB. Pernambuco passou da 21ª posição, em 2007, para 1ª posição, em 2015, comprovando que a oferta de educação integral e profissional se constitui uma alternativa para a melhoria da qualidade do ensino, contribuindo, conseqüentemente, para o aumento da possibilidade de alcance da meta estabelecida.

GRÁFICO 5: Evolução do IDEB do Estado de Pernambuco entre 2007 a 2017



Fonte: INEP/MEC (2017)

Vale destacar que os resultados obtidos nas avaliações devem servir como instrumento norteador para as ações, dos programas e das políticas, na perspectiva da oferta de uma educação com qualidade em estados e municípios nos diferentes níveis e modalidades da educação básica, sem, contudo, sobrecarregar a dimensão cognitiva dos estudantes com o objetivo único de obter um aumento nos números dos índices da educação do estado.

Outra característica da educação integral ofertada nas Escolas Técnicas em Pernambuco refere-se ao tipo de escola que se pretende criar. Segundo Costa (2003), a resposta para isso, é uma escola que promova inovação em conteúdo, método e gestão.

A revolução de conteúdo responderia por profundas mudanças no que se ensina e no que se aprende. A revolução de método reinventaria inteiramente o como aprender e ensinar. E, finalmente, a revolução de

gestão subverteria o uso do espaço, do tempo, das relações entre as pessoas e do uso dos recursos físicos, técnicos e materiais disponíveis (Costa, 2003, p.1).

As transformações sociais existentes no Brasil, desde o final do século XX, tem exercido considerável influência na atual forma de gestão da educação. Enxergar uma escola que inove nas suas práticas de organização e gestão e que forme cidadãos aptos, conscientes, pensantes, preparados para agir, interagir e quando necessário modificar o contexto social no qual está inserido, passa pela construção de uma escola que rompa com os paradigmas do passado de um currículo meramente conteudista, fragmentado, descontextualizado e com uma gestão escolar envolvida apenas com as questões burocráticas, administrativo –financeiras.

No caso do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, referindo-se ao currículo, remete aos desafios apresentados a necessidade de ruptura com o caráter reducionista e excludente que marcaram a formação do trabalhador de nível médio no país, através da associação efetiva entre as disciplinas propedêuticas e de formação técnica com o trabalho, a ciência, e a tecnologia.

Para se desenvolver uma formação integral, portanto, é necessário um currículo que atenda às necessidades de formação dos indivíduos, por meio de um ensino contextualizado, globalizado, que contemple diferentes redes de conhecimentos existentes e necessários na sociedade atual. Assim, os líderes escolares das escolas que oferecem Educação Profissional, precisam centrar suas práticas na dimensão pedagógica da gestão, sustentada por uma ideia de formação que não esteja voltada apenas para atender ao imediatismo tecnicista e produtivista, mas que vá ao encontro das perspectivas de futuro dos indivíduos para que os mesmos possam ocupar um espaço importantíssimo no olhar para o futuro, no falar em esperança, no vislumbrar de um ideal de vida, no crer no futuro e, principalmente, em si mesmo e na sua capacidade intelectual de interagir e de intervir, com sucesso, nas diversas esferas da vida (grifo pessoal).

3.2 Gestão escolar nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco: um olhar para a gestão por resultados

Considerando que a gestão escolar tem importância fundamental na condução da política pública educacional, em março de 2008, foi implantado, em Pernambuco, um modelo de gestão com foco em resultados.

A Gestão por Resultados é um ciclo que tem início com o estabelecimento dos resultados desejados, a partir da tradução dos objetivos traçados. Além disso, prescreve o monitoramento e a avaliação do desempenho da organização ou da política pública com o objetivo de alcançar esses resultados e retroalimenta o sistema de gestão, propiciando ações corretivas decorrentes dessa avaliação (Gomes, 2009).

Em 2011, o modelo de Gestão por Resultados que estava sendo implantado nas Secretarias de Saúde e Segurança, foi aperfeiçoado e expandido para outras secretarias estaduais dentre as quais merece destaque a Secretaria Estadual de Educação, com a implantação do Pacto pela Educação (PPE). O PPE busca alinhar as ações estratégicas do Governo para obter melhorias nos serviços ofertados, através dos indicadores de resultados e de processo, estabelecendo uma rotina de pactuação de metas, de medição e acompanhamento periódico dos resultados por escola, elaboração de ações corretivas e acompanhamento de Bônus por Desempenho Educacional- BDE¹²(Pernambuco, 2018).

Apesar de, na prática, o Estado de Pernambuco vir adotando a política de Gestão por resultados desde 2007, a oficialização ocorreu em 25 de abril de 2013 com a edição do Decreto nº 39.336, que estabeleceu Valor Público como objetivo dos Programas de Estado; fixa diretrizes para a Gestão por Resultados; e estabelece a execução dos Pactos de Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual. Estabeleceu ainda que a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) seria o órgão competente para o desenvolvimento de modelos e conceitos relacionados à Gestão por Resultados no Poder Executivo Estadual, oferecendo apoio consultivo às Secretarias Executoras dos Programas de Gestão por Resultados.

O PPE, por ser uma política de gestão por resultados, utiliza indicadores de processo e de resultado como mecanismos para avaliar e mensurar objetivamente o desempenho das ações educacionais desenvolvidas pelo Estado de Pernambuco. Como principais indicadores do PPE, têm-se o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), (mencionados anteriormente), que são medidos periodicamente para o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio (Pernambuco, 2013).

¹²O BDE (Bônus de Desempenho da Educação) é considerado o 14º salário dos funcionários da educação e é pago a todos os funcionários das escolas que atingirem as metas pré estabelecidas pela Secretaria de Educação.

Nesse sentido, as ações estratégicas do governo, as estruturas das organizações públicas e o aperfeiçoamento dos funcionários precisaram ser reajustados com o objetivo de atender às demandas da sociedade pernambucana através dos esforços para o cumprimento dos prazos e das metas definidos nos planejamentos estratégicos das diferentes áreas de atuação do governo. Essas mudanças no modelo de gestão do estado foram também identificadas nas escolas, que passaram a se responsabilizar e responder mais efetivamente pelos resultados dos seus estudantes.

Com a implantação do Pacto Pela Educação (PPE), política pública que tem seu foco voltado para melhoria da qualidade da educação, para todos e com equidade, as escolas passaram a ser monitoradas bimestralmente. O monitoramento do PPE é realizado a partir da análise dos dados gerados por meio do Sistema de Informações Educacionais de Pernambuco – SIEPE -, que fornece relatórios sobre o planejamento, situação didática, frequência dos estudantes, notas por disciplina, horário de aulas, cumprimento dos conteúdos curriculares, estudantes abaixo da média, frequência dos professores, etc. Outro instrumento utilizado para o acompanhamento dos resultados educacionais em Pernambuco, como já mencionado anteriormente, é o SAEPE.

Com o novo modelo de Gestão por Resultados, adotado em Pernambuco, o trabalho do gestor escolar, das escolas técnicas estaduais, sofreu um repensar de suas práticas, uma vez que de posse dos resultados levantados pelos seus diversos sistemas de avaliação e monitoramento, a equipe gestora deve traçar estratégias, para implementação de ações que venham impactar na melhoria dos resultados da aprendizagem dos estudantes e na elevação dos indicadores da escola.

O trabalho dos gestores das ETEs é norteado pelo instrumento de gestão e planejamento denominado Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: gestão e resultados – TEAR. O referido instrumento aborda o planejamento estratégico aplicado às escolas tendo sido modelado e adaptado, de acordo com Lima (2011, p, 23), “espelhando-se nas concepções filosóficas da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), e nos quatro pilares da educação ou aprendizagens fundamentais contidas no relatório de Jacques Delors”¹³.

Ao concluir a formação na TEAR, os gestores constroem um plano de ação anual no qual estão explícitos os seguintes tópicos: introdução, valores, visão de futuro, missão

¹³Educação: um tesouro a descobrir, relatório para UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI.

premissas, objetivos, prioridades e resultados esperados. Segundo Lima (2009), "sua função é colaborar para a construção de uma escola que prepare líderes e liderados para assumir uma postura empresarial, sendo capazes de planejar, executar, avaliar e corrigir desvios".

A partir de 2012, de acordo com o Decreto nº 38.103 de 25 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial do estado no dia 19 de maio de 2012, os gestores das ETES participaram do Programa de Formação de Gestor Escolar – PROGEPE-, composto por duas etapas: etapa seletiva e formativa. A etapa seletiva é composta por um curso de aperfeiçoamento de 180 horas sendo 96 horas presenciais e 84 horas à distância por meio da utilização de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), seguido de prova para certificação dos conhecimentos. A etapa formativa oferece curso de especialização para os gestores com as melhores notas na certificação, além de vagas no curso de mestrado profissional.

Após essas etapas, os candidatos a gestor das Escolas Técnicas Estaduais passaram pela análise do currículo, construção do plano de ação nos moldes do instrumento TEAR (mencionado anteriormente) e entrevista.

Cada uma dessas etapas tem um peso específico. A equipe da seleção é composta por integrantes da Secretaria de Educação do Estado, das Gerências Regionais de Educação e por representantes de Universidades Públicas.

Em 2019, através do mesmo decreto (38.103) e a portaria nº 190 de 14 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 15 de janeiro de 2019, a Secretaria de Educação retoma o Programa de Formação de Gestores Educacionais de Pernambuco – o PROGEPE. Nesta edição, o Programa ofereceu um curso de aperfeiçoamento em gestão escolar, disponibilizado em plataforma de educação à distância (EAD), com 12 módulos, mais a realização de uma prova de certificação. O PROGEPE é destinado a todos os professores efetivos da Rede Estadual que queiram participar do processo. Os módulos foram estruturados com as temáticas apresentadas na tabela 3: a seguir:

TABELA 3 : Módulos do programa de formação do gestor escolar – PROGEPE.

MÓDULOS	TEMÁTICAS
Módulo I	Gestão Pública
Módulo II	Planejamento Orçamentário
Módulo III	Gestão de Pessoas e Liderança
Módulo IV	Gestão Financeira
Módulo V	Gestão por Resultados na Educação
Módulo VI	Gestão de Patrimônio e de Materiais
Módulo VII	Planejamento Estratégico
Módulo VIII	Legislação Educacional
Módulo IX	Educação Integral e Profissional
Módulo X	Monitoramento e Avaliação na Educação
Módulo XI	Gestão Escolar e o Desempenho de Gestão Escolar
Módulo XII	Relações Institucionais
Módulo XIII	Pedagógico

Fonte: Elaboração da própria pesquisadora (2019). Dados da Secretaria Estadual de Educação – PE. (2019).

Portanto, o trabalho do gestor escolar, desenvolvido nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco, é complexo, desafiador e se manifesta pela organização, pelo planejamento, pelo clima de convivência e pelos resultados. O Plano de Ação a ser implementado deve estar antenado com as Políticas Públicas de ensino, na perspectiva de preparar os estudantes para as avaliações externas, para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. A escola deve ofertar uma educação profissional integrada transformadora, onde a ciência, a cultura e o trabalho se integram, numa formatação de educação para o trabalho e para a vida possibilitando aos Pernambucanos fazer escolhas alinhadas aos seus projetos de vida.

3.3 Currículo Integrado: a relação entre Ensino Médio e Educação Profissional

No momento histórico atual, após um longo período de debates, investimentos e formulações de políticas públicas educacionais voltadas à universalização do ensino fundamental, vê-se desenhar no quadro de políticas de ensino brasileiro, um perfil de

educação que prioriza a integração entre educação profissional e o ensino médio. A educação profissional integrada assume um papel estratégico, não só para atender às necessidades do modo de produção capitalista, mas, sobretudo, na promoção de uma educação mais democrática, com mais oportunidades de estudo, emprego e de formação humana para todas as classes sociais, buscando a superação da dicotomia educacional histórica existente no Brasil. A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB – em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF – reforça essa compreensão.

Segundo Ramos (2011, p. 53), a criação do fundo para a educação profissional tem sido uma das maiores reivindicações dos sistemas públicos de ensino. A autora reconhece o avanço representado pelo FUNDEB, mas acredita ser fundamental a revisão do processo de financiamento do sistema S e a implantação de um fundo de financiamento para a educação profissional. Dessa forma, a distribuição de recursos direcionados a este setor, devem ser prioritariamente e rapidamente definidos, antecipadamente garantidos e devidamente aplicados.

A educação profissional técnica de nível médio assumiu uma nova dimensão e adquiriu um caráter institucional e integralizado que traz o pressuposto de uma formação integral do indivíduo. É necessário frisar que se pressupõe que as políticas públicas se constituem em instituições que agem em prol das necessidades de um povo.

Para Ciavatta *et al* (2010, p. 85), a ideia de formação integrada sugere.

Superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar redução da preparação para o trabalho ao seu espectro operacional simplificado escoimado dos conhecimentos que estão em sua gênese científico-tecnológico e na sua apropriação histórico social.

Sabe-se que as DCN's¹⁴(Diretrizes Curriculares Nacionais) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Tem origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União “estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios,

¹⁴As DCN's do Ensino Médio são originárias do Parecer nº 15/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Este, além de reafirmar a existência da dualidade educacional propõe, em conjunto com a Resolução nº 3/98, um acordo de ações para este tipo de ensino.

competências e diretrizes para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”¹⁵.

Partindo desse entendimento, as DCN’s incentivam a autonomia das escolas, a elaboração coletiva de suas propostas pedagógicas e do currículo para a educação integrada.

Reorganizar o currículo pensando na formação dos jovens com competências e habilidades dando-lhes a oportunidade de ingresso na vida acadêmica e, também, de inserção produtiva no mercado de trabalho, pressupõe que o indivíduo assim formado adquira um preparo para o mundo e para o trabalho, não se restringindo apenas para o que o capital lhe oferece, mas que seja um cidadão capaz de interagir social e civicamente, e esteja preparado para a flexibilização permanente do mundo globalizado.

Com efeito, tais entendimentos trazem à luz da educação, a necessidade das escolas, enquanto detentoras da “memória” e da própria gestão – que deve ser entendida como democrática – repensem o currículo e a construção do Projeto Político Pedagógico de forma participativa e interativa com todos os segmentos que compõem a comunidade escolar.

Tal preposição, valoriza o trabalho coletivo, a experiência extraescolar e interescolar dos estudantes, as relações e práticas sociais dos membros que a compõem, compreensão coletiva na tomada das decisões, assim como, a equidade de direitos e deveres de estudantes e professores.

Dessa forma, a construção das propostas pedagógicas, do Projeto Político Pedagógico (PPP), na perspectiva do currículo, pressupõe uma elaboração que compartilhe coletivamente, princípios, responsabilidades, planejamento e desenvolvimento das suas ações pedagógicas, pautadas, segundo Ramos (2011c), “pela coerência entre princípios, finalidade, objetivos e métodos de ação”.

Dentro dessa mesma perspectiva de elaboração do PPP, é preciso ter como foco a educação integrada, e como premissa o aprofundamento do caráter humanista da educação, o que de certa forma, em se efetivando, vem a materializar a luta histórica a favor da superação da dualidade excludente dos nossos sistemas de ensino.

¹⁵ Menezes, E. T.; Santos, T.H. “DCN’s (Diretrizes Curriculares Nacionais)” (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionário.asp?id=96>, visitado em: 15-05-19.

As Diretrizes para a educação de que hoje dispõe nosso sistema de ensino, deixam clara uma concepção de organização pedagógica das distintas etapas de escolarização e de materiais para dar apoio à construção ou reconstrução curricular.

Considerando as modalidades de ensino, o currículo deve ser pensado de forma coletiva para que ele atenda aos objetivos educacionais propostos pelas unidades de ensino. De acordo com Ferrazo (2006, p.10).

Pensar os currículos de uma escola pressupõe, então, viver seu cotidiano que inclui, além do que é formal e tradicionalmente estudado, toda uma dinâmica das relações estabelecidas, ou seja, para se poder falar dos currículos praticados nas escolas, é necessário estudar os hibridismos culturais vividos nos cotidianos.

Portanto, é a oportunidade de escolha durante o processo formativo que o ensino médio integrado à educação profissional deve atender. No entanto, o desafio de integração do currículo está atrelado à formação permanente dos educadores para atuarem com qualidade, competência e com uma dinâmica interativa nas diversas áreas que estruturam essa “nova” face da educação profissional integrada. Devem ser profundos conhecedores do processo de aprendizagem e atuarem, conjuntamente, com os profissionais da área de produção (quem faz alguma coisa por ofício), formulando um planejamento conjunto, sistemático e articulado.

A efetiva materialização de uma política pública de ensino médio integrado à educação profissional requer a mobilização, a participação e o compromisso dos vários setores que atuam, direta e indiretamente, nas políticas públicas, inclusive da sociedade civil em geral, levando-se em consideração as diferenças regionais, sociais, culturais e políticas do país, bem como as necessidades e fragilidades pertinentes a cada região.

A execução do currículo integrado à educação profissional é algo que exige um esforço coletivo para formação de cidadãos capazes de atender as demandas por competências e qualificação profissional, da moderna industrialização do país, adequando-os as várias facetas das atuais transformações do mundo do trabalho.

3.4 Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: a realidade de Pernambuco

A atual legislação, embasada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, em vigor no Brasil, confere às escolas que operam com educação profissional a devida autonomia para a elaboração e organização de currículos e a oferta de cursos técnicos.

No processo “educação”, o indivíduo interioriza as normas, valores comportamentos e a cultura do contexto social no qual está inserido. Os debates sobre formação de professores, a infraestrutura das escolas, a gestão democrática e participativa e os mecanismos de financiamento, fomentam a discussão do currículo mínimo na perspectiva de responder as seguintes indagações: que tipo de indivíduo se pretende formar? Para que sociedade o estamos formando?

Considerando a Educação Profissional e tecnológica, não se pode iniciar essa reflexão sem antes esclarecer a abrangência dessa modalidade de ensino em pauta. O artigo 2º da resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, diz que:

A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

I – formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III – Educação Profissional tecnológica, de graduação e de pós graduação. (Brasil, 2012).

Na formação do futuro cidadão, a escola é o palco onde se dá todo o processo de educação sistematizada. Detém o papel de repasse dos conhecimentos científicos, do desenvolvimento cognitivo, afetivo e dos princípios éticos, morais, culturais e políticos que são pertinentes, a uma dada época da sociedade, promovendo tanto a socialização formal do educando, quanto à formação individual ou socialização informal do mesmo.

Portanto, formar cidadão com esse perfil, é necessário que o currículo seja pensado de maneira interdisciplinar, flexível e contextualizado com os arranjos produtivos locais e com as especificidades de cada região. A educação profissional integral aponta para uma aprendizagem que contempla os anseios, carências educacionais e que contribui para que os jovens tenham a perspectiva de um futuro melhor.

Especificamente em Pernambuco, as ETs se organizam a partir de um currículo específico para Educação Profissional, com habilitação técnica de nível médio nos diversos cursos dos eixos tecnológicos. Ofertam a Educação Profissional nas formas médio integrado, atendendo em sala de aula convencional estudantes egressos do ensino fundamental, preferencialmente, de faixa etária de 14 aos 18 anos, no ensino médio integrado em horário integral e estudantes ou trabalhadores, egressos do ensino médio, maiores de 18 anos, na forma de oferta subsequente. As escolas dessa rede funcionam

também polos de Educação à Distância (EAD), com oferta na forma concomitante, em turmas durante o dia e à noite (Pernambuco, (2018).

O currículo é discutido, em reuniões anuais, pela Superintendência Pedagógica, pela Gerência Geral de Educação Profissional, pelos gestores das escolas e suas equipes, e pelos coordenadores de cursos.

No momento das discussões é imprescindível que os planos dos cursos técnicos sejam revisitados, atualizados e adaptados tendo em vista as constantes mudanças nos perfis dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho.

Trabalhar as perspectivas de futuro dos jovens, frente à educação profissional integrada, se constitui em um grande desafio para todos que compõem as políticas públicas de ensino de Pernambuco e ao mesmo tempo, dada a importância que a juventude brasileira representa para o futuro do país, a educação profissional integrada é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Dessa forma, a dimensão da importância da perspectiva de futuro dos jovens, frente à educação profissional, pode ser perfeitamente compreendida através do entendimento de Lombardi *et al.* (2005), ao explicar:

[...] a educação e a escola, nas suas diferentes modalidades institucionais, constituem sim uma esfera de formação para o mundo do trabalho. [...] o indivíduo é um consumidor de conhecimentos que o habilitam a uma competição produtiva e eficiente no mercado de trabalho. A possibilidade de obter uma inserção efetiva no mercado depende da capacidade do indivíduo em “consumir” aqueles conhecimentos que lhe garantam essa inserção.

Nas reuniões para estudo do currículo do ensino médio integrado à educação profissional, a ser implementado nas escolas técnicas de Pernambuco, os grupos de trabalhos são organizados por eixo tecnológico, no sentido de facilitar o diálogo e oportunizar uma comunicação entre profissionais com diferentes olhares acerca do perfil profissional dos estudantes e do itinerário formativo mais adequado, priorizando os aspectos de cidadania dos indivíduos e articulando esse eixo temático com os conteúdos das áreas de conhecimento e com questões relacionadas ao foco central do estudo profissional, ou seja, o contexto da profissão escolhida.

A tecnologia como eixo temático na educação profissional, assume um caráter transversal, já que na atualidade ela perpassa por todas as dimensões e esferas de

conhecimentos inerentes a cada profissão hoje existente. É impossível apreender esse ou aquele conhecimento profissional, ou não, sem passar práticas e preceitos das tecnologias.

Entretanto, para os estudos sobre a composição do currículo, das ETE's, são utilizadas pesquisas de agências estaduais tais como: a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE – FIDEM – e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD Diper, que disponibilizam o cenário econômico do estado, as tendências do mercado, as obras estruturadoras, os empreendimentos em andamento e os que estão por vir. Essas pesquisas são importantes pois irão impactar sobre a proposição dos cursos técnicos profissionais ofertados pela ETEs de Pernambuco, respeitando as diferenças regionais e a diversidade social e cultural onde cada escola está inserida.

Contextualizar e atualizar o currículo, seguindo o itinerário formativo, são práticas consolidadas nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco. Para tanto, a instituição de ensino profissional exige do gestor e dos demais profissionais, além de uma atualização administrativa pedagógica concomitante ao processo de ensino, a ciência de que para o aprimoramento do currículo na perspectiva de um aprendizado eficiente, as práticas educativas e administrativas devem caminhar em consonância com o uso das tecnologias. É imprescindível voltar o olhar e os investimentos para a formação em serviço do professor e da equipe gestora, bem como a criação de uma rotina de planejamento coletivo, articulado e de um acompanhamento pedagógico permanente. Pretende-se, com isso, uma organização curricular comprometida com os resultados e a formação do indivíduo autônomo, solidário e competente para sua inserção no mundo do trabalho.

A matriz curricular para as turmas do médio integrado é organizada em séries anuais, reunindo um conjunto didático pedagógico sistematicamente organizado para contemplar o desenvolvimento de competências profissionais alinhadas ao perfil profissional de conclusão do curso, sendo constituída pelos componentes curriculares da Base Nacional Comum, englobando as áreas de conhecimento do ensino médio (Linguagens, e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio), da parte diversificada integrada à Base Nacional Comum, por contextualização e por complementação e de formação profissional específica da habilitação, contemplando as temáticas sugeridas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A duração dos cursos do ensino médio integrado à educação profissional é de três anos e o aluno, ao concluir o ensino médio, receberá diploma do ensino médio e do curso técnico. Após se formar, o aluno pode escolher seguir para o mercado de trabalho ou cursar o nível superior.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Considerando o processo e a importância dessa investigação, a pesquisa científica é a aplicação prática de um conjunto de processos e métodos para o desenvolvimento de um estudo que acontece de forma contínua e sequencial. Conforme Campoy (2018 p.34) “O que distingue a pesquisa científica de outras formas de conhecimento é o modo de proceder e o tipo de conhecimento buscado. O procedimento de ação utilizado na pesquisa científica é o método científico.” Assim sendo, de acordo com Campoy (2018, p. 41), método, “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão”. O método, é portanto, um processo complexo que requer uma visão maior dos caminhos a serem percorridos na busca do conhecimento”.

Para o cumprimento dessa etapa, Campoy (2018, p.39), estabelece que “a investigação deve ter em conta uma série de características como: controlada, rigorosa, sistemática, válida e verificável, empírica e ter sentido crítico”.

Portanto, o método científico é concretizado pela pesquisa, que segundo Gil (2007, p. 17), é definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Desse modo, a pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados na perspectiva de responder aos questionamentos propostos pela investigação.

É importante destacar que “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica” (Fonseca, 2002).

De acordo com a linha definida por ambos os autores, a investigação é caracterizada como algo sistemático que possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real na perspectiva de responder aos problemas propostos na pesquisa.

Portanto, a investigação científica é entendida, em todos os casos, como algo que proporciona ao investigador, meios para se chegar às respostas dos questionamentos que surgiram ao longo da investigação.

Para uma boa investigação, Campoy (2018, p. 40), apresenta alguns critérios que são:

- Deve estar claramente definida e estar baseadas em conceitos comuns;
- O procedimento de investigação deve descrever com o suficiente de detalhes, como forma de outro investigador possa repetir a investigação para seguir avançando em meio ao conhecimento;
- O procedimento de investigação deve ser planejado cuidadosamente para obter resultados mais objetivos possíveis;
- A validade e a viabilidade dos dados devem ser comprovados cuidadosamente.

Esses critérios apresentados por Campoy são imprescindíveis para uma boa investigação científica, pautada pela coerência e objetividade.

Assim sendo, os conceitos estabelecidos por esses autores, foi possível compreender as etapas a serem seguidas para obter um resultado satisfatório dessa investigação e as devidas respostas para as perguntas que surgiram no decorrer dessa pesquisa.

4.1 Problema da pesquisa

A problemática que norteia esse estudo visa entender de que forma as práticas de gestão adotadas em duas escolas técnicas estaduais de Pernambuco, Brasil, podem influenciar na implementação do currículo proposto para o ensino médio integrado à educação profissional.

Outro motivo que justifica o interesse por essa problemática está ancorado também, em investigar se as nuances da práxis dos gestores escolares e dos coordenadores de cursos técnicos estão contribuindo ou não para implementação de um currículo integrado.

Diante dessa perspectiva que baseia essa problemática, pressupõe que os gestores e os coordenadores de cursos das escolas técnicas estaduais estejam preparados pedagogicamente para atuarem de forma democrática, compartilhada e interativa tanto nos campos pedagógico, quanto no tecnológico e administrativo na perspectiva de preparar os

jovens do ensino médio integrado para atuarem, com competência, no mundo do trabalho ou em curso superior.

Considerando esses desafios, diante da investigação *in loco*, surgiram os seguintes questionamentos:

- ✓ O currículo do ensino médio integrado é discutido, na prática, na perspectiva de sua implementação?
- ✓ As práticas de gestão adotadas pelas escolas técnicas estão alinhadas à implementação do currículo proposto para o ensino médio integrado à educação profissional?
- ✓ Os cursos técnicos oferecidos pelas escolas técnicas estaduais de Pernambuco estão atendendo às demandas do mercado de trabalho da região a qual a escola está inserida?
- ✓ As escolas técnicas têm contribuído para os avanços e consolidação do ensino médio integrado à educação profissional?

Esses questionamentos que norteiam a investigação em pauta, permitiram a discussão do problema que visa saber: de que forma as práticas de gestão adotadas em duas escolas técnicas estaduais de Pernambuco influenciam na implementação do currículo proposto para o ensino médio integrado à educação profissional e como se dar o processo de consolidação desse currículo? Portanto, mediante a situação em tela, direciona ao problema de investigação, considerando que segundo Silva (1997): “O Problema é a ideia central que norteia o relacionamento e interpretação dos fatos. É o objeto de análise e é algo para qual vai buscar respostas, via pesquisa”.

E ainda, Gil (2008, p.33), nos define que:

Quando se diz que toda pesquisa tem início com algum tipo de problema, torna-se conveniente esclarecer o significado deste termo. Uma acepção bastante corrente identifica problema com questões que dá margem a hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou resolver. Outra acepção identifica problema com algo que provoca desequilíbrio, mal-estar, sofrimento ou constrangimento às pessoas. Contudo, na acepção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento.

Os investimentos em capital humano resultam na melhoria das oportunidades, aumentando a produtividade, atraindo investimentos de capital, elevando a capacidade de alcançar o crescimento econômico e o bem estar familiar. Destaca-se, portanto, que a

proposta de investimento em educação básica e na educação profissional se faz necessário para a preparação de profissionais mais competentes para assumirem as novas formas de organização requeridas pelo mercado de trabalho, exigindo políticas educacionais voltadas para atendê-las.

Diante desse contexto, o governo de Pernambuco, em parceria com o governo federal, tem envidado esforços para ampliação de escolas técnicas na perspectiva de preparar os jovens com a oferta do ensino médio integrado à educação profissional objetivando atender as demandas e exigências do mercado de trabalho, com a formação de mão de obra qualificada que venha atender aos empreendimentos implantados no estado.

Ofertar o ensino médio em tempo integral, tornou-se Política Pública do Estado de Pernambuco tendo como uma das metas a ampliação de matrículas no Ensino Médio Integral. Contou com o reordenamento da Rede Estadual, criando as Escolas de Referências em Ensino Médio e as Escolas Técnicas Estaduais, exclusivas de Ensino Médio.

A implantação da Política Pública de Educação Integral para o Ensino Médio do Estado de Pernambuco visa investir não apenas no aumento do tempo pedagógico, mas na valorização da gestão das escolas, do professor, da metodologia, do conteúdo e do currículo.

Assim sendo, a gestão escolar das escolas técnicas tem o desafio de trabalhar a integração curricular na perspectiva da inserção dos jovens no mundo do trabalho.

4.2 Objetivos geral e específicos:

4.2.1 Objetivo geral:

Analisar as práticas de gestão adotadas nas Escolas Técnicas estaduais do estado de Pernambuco, Brasil, e sua influência na execução do currículo proposto para o ensino Médio Integrado à Educação Profissional no ano de 2019.

4.2.2 Objetivos específicos:

1. Verificar a Formação acadêmica dos gestores e coordenadores atuantes nas duas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco;
2. Descrever o processo de implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

3. Descrever a influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o Ensino Médio integrado à Educação Profissional em duas Escolas Técnicas Estaduais;
4. Identificar os avanços do processo de consolidação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco.

4.3 Decisões metodológicas

O desenho metodológico é não experimental, de alcance descritivo, de enfoque misto e corte transversal.

É não transversal porque não há manipulação de variáveis.

Para essa pesquisa, foi apresentada uma investigação de alcance descritivo porque tem como abordagem buscar descrever o registro a análise e a interpretação dos dados sem interferência da pesquisadora, (Hernández Sampieri, *et.al.* 2006, p. 100). Com esta pesquisa, foi possível responder aos questionamentos propostos pelos objetivos como também responder o problema principal da pesquisa.

Utilizou-se como enfoque a pesquisa mista, que, de acordo com Campoy, (2005, p.14) “É um tipo de pesquisa em que o pesquisador ou um grupo de pesquisadores combina elementos de abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa com o objetivo de ampliar e aprofundar o conhecimento”. Com essa abordagem permitiu a compreensão e interpretação dos fenômenos em estudo, proporcionando um entendimento múltiplo da realidade sobre a importância das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o ensino médio integrado à educação profissional, bem como a compreensão do processo de implementação e dos avanços para consolidação do ensino médio integrado à educação profissional.

Conforme Creswell (2007, p.27), a pesquisa de métodos mistos “é uma abordagem de investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa”. Como são duas abordagens com características antagônicas, elas se combinam de forma que uma prevalecerá sobre a outra ao mesmo tempo em que podem se complementar na apresentação de resultados.

Segundo Gil(2008, p.89):

Pesquisa Descritiva: descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas

padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

Portanto, por se tratar de uma pesquisa mista, a análise dos dados coletados foram analisados da seguinte forma: os dados quantitativos obtidos em gráficos e os dados qualitativos em categorias.

Assim sendo, o tipo descritivo deu suporte para descrever sobre os objetos em questão, como também relatar fatos que respondam à pergunta central dessa investigação.

Outro ponto importante destacado do tipo descritivo foi a parte em que permitiu a descrição minuciosa das características do fenômeno relacionado a importância das práticas de gestão adotadas nas escolas técnicas estaduais em análise, para implementação e consolidação do ensino médio integrado à educação profissional.

No entanto, por se tratar de uma abordagem descritiva em realizar o registro, na análise e na interpretação dos dados, não houve nenhuma interferência ou tipo de avaliação da pesquisadora sobre o objeto de estudo. A abordagem da pesquisa descritiva corresponde a descrição do fenômeno em estudo, não nos cabe explicá-lo. O objetivo principal foi apenas descrever a realidade das práticas de gestão adotadas nas escolas técnicas estaduais e sua influência na execução do currículo do ensino médio integrado à educação profissional.

O estudo é de corte transversal porque fator e efeito são observados num mesmo momento histórico.

4.4 Unidade de análise e participantes

A pesquisa foi realizada em duas escolas técnicas que ofertam o ensino médio integrado à educação profissional em tempo integral: Escola Técnica Almirante Soares Dutra e Escola Técnica Miguel Batista, localizadas no município do Recife do estado de Pernambuco, Brasil. Ambas as escolas (assim como as demais) foram construídas obedecendo o padrão exigido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC e que a oferta de Educação Profissional – ensino médio integrado e subsequente e a organização administrativa e pedagógica estão presentes nas duas escolas. As instituições foram selecionadas porque possui critérios coerentes com o problema, em que se buscava investigar gestores e coordenadores de duas escolas técnicas estaduais. Além disso, ambas estão jurisdicionadas à Gerência Regional de Educação Recife Norte, viabilizando a praticidade de acesso aos dados e aos sujeitos.

Tendo como pressuposto as semelhanças e dicotomias entre as escolas, favoreceu os parâmetros para uma análise mais apurada dos dados coletados.

Para a escolha das amostras, utilizou-se, como critério, a população atuante nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco que são os sujeitos responsáveis pela coordenação acompanhamento e viabilização da implementação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional, conforme especificados a seguir

A população da pesquisa foi constituída por 27 participantes, sendo: 02 gestores, 02 coordenadores pedagógicos e 23 coordenadores de cursos técnicos. A amostra foi constituída por toda a população, pelo motivo de a quantidade ser considerada finita por não exceder 100.000 participantes, pela praticidade da coleta dos dados, já que todos os sujeitos são das mesmas escolas, o que viabilizou a logística, bem como o custo da pesquisa (Gil, 2002).

4.5 Processo de seleção dos participantes

A escolha dos participantes foi feita de forma não aleatória. A escolha foi intencional ou por conveniência, considerando as características particulares do grupo em estudo ou ainda o conhecimento que a pesquisadora tem daquilo que está investigando.

4.6 Coleta e análise dos dados

Para a coleta dos dados, foi utilizada a técnica da pesquisa descritiva e como instrumento, um questionário com perguntas abertas e fechadas direcionado aos 2 (dois) Gestores, 2 (dois) Coordenadores Pedagógicos, e 23 (vinte e três) Coordenadores dos Cursos técnicos das duas escolas analisadas.

No momento da pesquisa, o questionário foi distribuído com os participantes de cada ETE para que fosse respondido e posteriormente recolhido para análise dos dados.

A análise dos resultados coletados na pesquisa, foram descritos da seguinte forma: os dados quantitativos obtidos em gráficos e os dados qualitativos em categorias.

4.7 Contexto da pesquisa

4.7.1 Caracterização da região e das escolas em análise

As escolas em análise estão situadas na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018, ao todo, o Estado de Pernambuco tem 9.496.294 habitantes, que vivem em 184 cidades e no distrito de Fernando de Noronha. O território pernambucano possui 187 quilômetros de praia de areia fina e água esverdeada, com destaque para Tamandaré e Porto de Galinhas. A extensão territorial de Pernambuco é de 98.146,315 quilômetros quadrados. Devido à sua localização geográfica diferenciada, beneficia-se de uma rede de conexões viárias, aéreas e marítimas que o liga às diferentes regiões brasileiras e ao exterior. O crescimento demográfico é de 1,1% ao ano, a densidade demográfica é de aproximadamente 89,6 hab./km².

Pernambuco abriga empreendimento como as montadoras Jeep (automóveis - município de Goiana) e Shineray (motocicletas - município de Ipojuca), a Refinaria Abreu e Lima, a Petroquímica Suape, o Estaleiro Atlântico Sul, a Hemobrás, a Novartis, dentre diversos outros investimentos. O principal empreendimento da indústria naval pernambucana é o Estaleiro Atlântico Sul, maior estaleiro do Hemisfério Sul.

O Gráfico 6 representa o quantitativo de escolas técnicas implantadas no estado, bem como o número de escolas técnicas da região (Recife), onde estão localizadas as escolas em análise.

GRÁFICO 6: Quantitativo de escolas técnicas implantadas no estado e na região



Fonte: elaboração da própria pesquisadora mediante dados fornecidos pela Secretaria de Educação e Esportes.

Em se tratando do Ensino Técnico Profissional, objeto desse estudo, a Secretaria Executiva de Educação Profissional - SEEP, de acordo com a Lei 13.968, de 15 de dezembro de 2009, tem a responsabilidade de: formular, implementar, acompanhar e avaliar as políticas estaduais de educação profissional de nível técnico, articulado ao projeto de desenvolvimento regional e local; bem como, articular e interagir com outros órgãos e entidades envolvidos com educação profissional. A Tabela 4 apresenta os cursos disponíveis na rede estadual de Educação Profissional de Pernambuco.

TABELA 4: Cursos disponíveis na rede estadual de Educação Profissional de Pernambuco.

ADMINISTRAÇÃO	AGROECOLOGIA	GROPECUÁRIA	ANÁLISES CLÍNICAS	BIBLIOTECA	COMÉRCIO
COMUNICAÇÃO VISUAL	DESIGN DE INTERIORES	EDIFICAÇÕES	ELETROTÉCNICA	ENFERMAGEM	EVENTOS
HOSPEDAGEM	INFORMÁTICA	INFORMÁTICA PARA INTERNET	INSTRUMENTOS MUSICAIS	LOGÍSTICA	MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA
MECÂNICA	MECATRÔNICA	MEIO AMBIENTE	MULTIMEIOS DIDÁTICOS	MULTIMÍDIA	NUTRIÇÃO E DIETÉTICA
PROGRAMA DE JOGOS DIGITAIS	PRÓTESE DENTÁRIA	QUÍMICA	RECURSOS HUMANOS	REDES DE COMPUTADORES	REGISTRO E INFORMAÇÕES DE SAÚDE
SAÚDE BUCAL	SECRETARIA ESCOLAR	SEGURANÇA DO TRABALHO	SERVIÇOS DE RESTAURANTE E BAR	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Fonte: elaboração da própria pesquisadora com dados fornecidos pela Secretaria Executiva de Educação Profissional.

Cada escola técnica oferta os cursos de acordo com a demanda de mão de obra da região a qual a escola está inserida.

Para delimitar o estudo dessa investigação e responder, satisfatoriamente, os objetivos dessa temática, foram selecionadas duas escolas técnicas estaduais: A ETE Almirante Soares Dutra e a ETE Miguel Batista. O interesse para escolha dessas duas escolas foi devido ao fato de pertencerem à mesma Gerência Regional de Educação, também estarem localizadas na mesma cidade, Recife, Capital de Pernambuco. E, principalmente, pelo fato de as duas escolas estarem localizadas em bairros distintos: a

ETE Almirante Soares Dutra está inserida no Centro da cidade e a ETE Miguel Batista está localizada na periferia da cidade. Ambas as escolas ofertam o ensino médio integrado, subsequente, bem como, são polos de EAD - Educação a Distância.

Outro fator que contribuiu para a escolha das escolas foi o de que ambas ofertam cursos técnicos diferenciados com o objetivo de atender a formação de mão de obra necessária para subsidiar a demanda dos empreendimentos e investimentos da região.

Para uma melhor compreensão da investigação dessa pesquisa, caracterizamos as duas escolas separadamente:

A ETE Almirante Soares Dutra está localizada na Praça General Abreu e Lima, S/N, no Bairro de Santo Amaro na cidade do Recife – PE.

A ETEASD, atende estudantes com faixa etária entre 14 e mais de 60 anos, de classes socioeconômicas diversas, assim como de vários municípios da Grande Recife, sendo uma escola especializada em educação profissional e, portanto, de perfil regional.

A escola possui 962 estudantes distribuídos em vinte e nove turmas e oito cursos, conforme Tabela 5:

TABELA 5: número de turmas/cursos e de estudantes da ETE Almirante Soares Dutra.

CURSO	TURMAS	TOTAL DE ESTUDANTES
Análises Clínicas	3	91
Enfermagem	4	137
Meio Ambiente	6	220
Nutrição e Dietética	6	247
Prótese Dentária	1	30
Saúde Bucal	4	122
Segurança do Trabalho	2	41
Tradução e Interpretação em Libras	3	74

Fonte: elaboração própria com base na observação em lócus.

A Educação Profissional é ofertada nas formas médio integrado em horário integral e subsequente. Ao contrário do ensino médio integrado oferecido nos Institutos Federais (IFs), que têm duração de quatro anos, a ampliação da jornada escolar propiciou que, nessas escolas técnicas, o curso fosse concluído em três anos, correspondendo ao tempo de ensino médio na rede regular de ensino. Os cursos da forma de oferta subsequente duram

entre um ano e meio e dois anos, de acordo com a carga horária prevista nas matrizes curriculares.

Os cursos que fazem parte do Médio integrado nesta ETE são: Meio Ambiente, Nutrição e dietética, distribuídos em doze turmas. A escolha dos cursos baseia-se na oferta de trabalho da região e de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnico.

As matrizes curriculares dos cursos do Ensino Médio Integrado, foco principal dessa pesquisa, são assim representadas: Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, Componentes Curriculares da Formação Técnica Profissional, Parte Diversificada e Atividades Complementares, conforme exemplo abaixo.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA – 2019:

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.

Habilitação: Técnico em Nutrição e Dietética.

Curso: Técnico em Nutrição e Dietética Médio Integrado.

Carga Horária: 5.400

Carga Horária do Estágio Projeto Supervisionado (não obrigatório): 240.

Componentes Curriculares da Base Nacional Comum

Componentes Curriculares da Formação Técnica Profissional

Parte Diversificada

Atividades Complementares.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE – 2019:

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.

Habilitação: Técnico em Meio Ambiente.

Curso: Técnico em Meio Ambiente Médio Integrado.

Carga Horária: 5.400

Carga Horária do Estágio Projeto Supervisionado (não obrigatório): 240.

Componentes Curriculares da Base Nacional Comum

Componentes Curriculares da Formação Técnica Profissional

Parte Diversificada

Atividades Complementares.

Na sua estrutura física a ETEASD, possui:16 (dezesesseis) salas de aula, 13 (treze) laboratórios, 1 (um) auditório, 1 (um) refeitório, 1 (uma) sala dos professores, 4 (quatro)

salas de coordenação, 1 (uma) secretaria, banheiros, 1 (um) consultório odontológico, 1 (uma) biblioteca, depósitos e almoxarifados, estacionamento, pátios, e área verde.

A escola possui 56 (cinquenta e seis professores) distribuídos no ensino médio integrado e nos demais cursos técnicos ofertados pela escola. A maioria tem cursos de Pós Graduação e Mestrado. Os docentes que atuam no Ensino Médio integrado trabalham em horário integral.

Os educadores são comprometidos com o processo de formação permanente com ênfase na educação integral como eixo norteador das práticas pedagógicas do projeto escolar.

A equipe gestora é composta por: 1 (um) gestor, 1 (um) Assistente Educacional, 1 (uma) Coordenadora Pedagógica, 1 (uma) Analista Educacional e 1 (uma) secretária. Toda a equipe tem como missão: assegurar uma educação pública de qualidade com foco na qualificação profissional, contribuindo na formação de cidadãos autônomos, solidários, produtivos e empreendedores. Tem, também, como objetivo monitorar, avaliar continuamente as ações implementadas na escola redirecionando as práticas que não foram bem sucedidas e conjugando esforços para a efetivação do Plano de Ação.

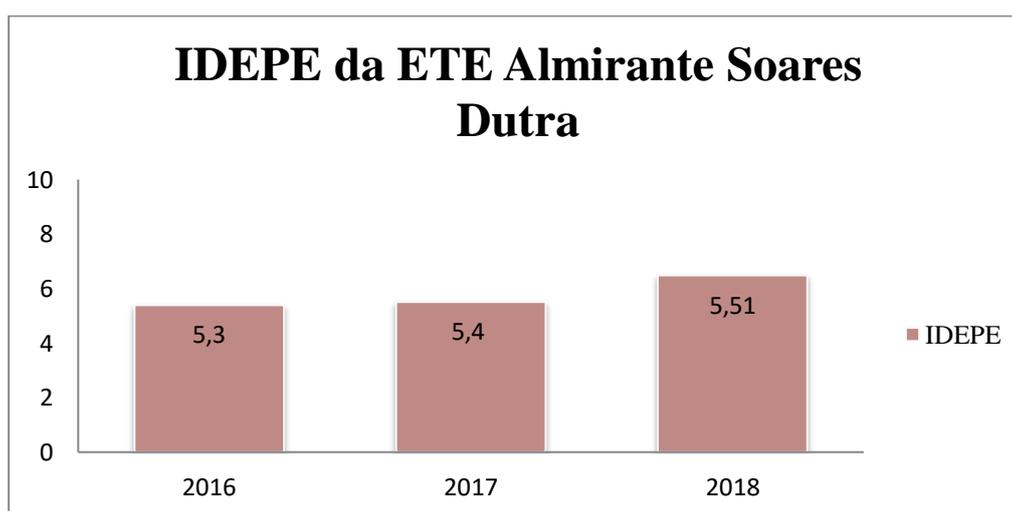
A proposta pedagógica está norteada pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) e pelo Regimento Interno, definindo coletivamente as diretrizes, as prioridades e as metas da escola, apontando sempre caminhos e alternativas viáveis para garantir um trabalho que possibilite a efetivação de uma educação pública de qualidade. Para tanto, a escola desenvolve vários projetos integradores. Tais como: Mini Empresa JR Achievement, Programa Ganhe o Mundo, Tertúlia Dialógica, Conselho de Líderes, Núcleo de Gênero, Grupo Interativo, Projeto de Vida, Mostra Gastronômica, Dia do Profissional Técnico, Setembro Azul, Feira de Profissões, Mostra Técnica, Metodologia Educação 3.0, Palestras de Empregabilidade, Workshops, Visitas Técnicas, Estágios, Aulões Integrados.

A ETEASD, tem como valores: Equidade na garantia da universalização da educação profissional pela oferta de uma educação visando o bem estar social de toda comunidade escolar, através do protagonismo juvenil; Compromisso na garantia de uma educação pública de qualidade e formação profissional, consolidando uma gestão corresponsável, otimizando os investimentos e valorizando sua equipe e comunidade; Responsabilidade Social enquanto valor fundamental ao desenvolvimento do ser humano e da sociedade.

Tem como visão de futuro: ser reconhecida enquanto polo de qualificação profissional de excelência em âmbito global.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, as escolas da rede estadual do estado de Pernambuco e as turmas concluintes do ensino médio integrado à Educação Profissional participam, anualmente, do Sistema de Avaliação da Educação básica de Pernambuco – SAEPE – que, associado ao fluxo escolar, compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco – IDEPE. O Gráfico 7 apresenta o resultado do IDEPE da EASD, nos últimos três anos.

GRÁFICO 7: Resultado do IDEPE da Escola Técnica Almirante Soares Dutra nos últimos três anos.



Fonte: elaboração da própria pesquisadora mediante informações obtidas da SEE-PE.

O resultado apresentado no gráfico 7 demonstra uma evolução significativa da escola no IDEPE, nos últimos três anos.

A segunda escola selecionada para esta investigação, foi a ETE Miguel Batista.

Como forma de enfatizar o contexto da investigação, foram apresentados dados importantes desta instituição.

A ETEMB, está localizada no Parque Urbano da Macaxeira, na Av. Norte Miguel Arraes de Alencar, Nº 7487 no bairro da Macaxeira, zona norte do Recife.

A unidade, que ocupa o prédio principal de uma antiga indústria, possui quadra poliesportiva coberta, refeitório, área de convivência, doze salas de aula, biblioteca, auditório, seis laboratórios de disciplinas como: informática, biologia e química, e outros dois reservados aos cursos técnicos.

Diferentemente da ETE Almirante Soares Dutra que já tem mais de quarenta anos de funcionamento, a ETE Miguel Batista, foi inaugurada no ano de 2014, sendo, portanto, a escola técnica mais nova da cidade com apenas cinco anos de funcionamento.

A ETEMB atende 445 estudantes do Médio Integrado distribuídos em 11 turmas e 03 cursos: Comunicação Visual:125, Desenvolvimento de Sistemas:160, Design de Interiores:160. Esses cursos fazem parte do ensino médio integrado à educação profissional.

A escola atende também 42 alunos do subsequente, conforme demonstrado na tabela 6.

TABELA 6: Distribuição dos estudantes da ETE Miguel Batista, por turmas e cursos.

CURSO	TURMAS	TOTALDE ESTUDANTES
Comunicação Visual	3	125
Design de interiores	4	160
Desenvolvimento de sistemas	4	160
Subsequente; Comunicação Visual	2	42

Fonte: elaboração da própria pesquisadora com dados coletados em lócus.

A equipe gestora é constituída de: 01 Gestor, 01 Assistente de Gestão, 01 secretária, e 01 Coordenadora Pedagógica. A equipe gestora, por sua vez, é responsável por definir, coletivamente, as diretrizes, as prioridades e as metas da escola, apontando sempre caminhos e alternativas viáveis para garantir um trabalho que possibilite a efetivação de uma educação pública de qualidade. É também responsável pela formação dos educandos, tanto nas competências técnicas, quanto no desenvolvimento da ética, responsabilidade social e empreendedorismo. O Projeto Político Pedagógico, constituiu como um eixo orientador da ação coletiva da escola, na gestão do processo permanente de construção de identidade e autonomia escolar. Dessa forma, a proposta pedagógica da ETEMB vem consolidar o interesse da comunidade escolar (já que é fundamentada na realidade e nos seus anseios) e a política da educação da Secretaria Executiva de Educação Profissional - SEEP e da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco – SEE-PE. A escola tem como Missão: oferecer educação de qualidade, pautada em valores éticos e morais, de modo a criar condições para a formação integral dos estudantes e o desenvolvimento dos mesmos no que diz respeito à construção de sua Autonomia,

Cidadania e Competência para atuarem ativamente na sociedade. A ETEMB tem como valores: Compromisso Educacional; Respeito e Autodisciplina.

A escola prioriza o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com vistas a uma inserção e participação na construção da cidadania. A gestão tem como uma das características marcantes o incentivo a realização de pesquisas por educadores e estudantes. O Projeto Político Pedagógico é construído de forma participativa e atualizado sempre que se fizer necessário, de modo a ajustá-lo às novas necessidades e demandas da comunidade escolar.

A equipe docente é composta de 31 professores distribuídos em regência de classe, incluindo um coordenador empresa X escola e três coordenadores de cursos. Esses profissionais priorizam o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com vistas a uma inserção e participação na construção da cidadania e sua inserção no mercado de trabalho.

As matrizes curriculares dos cursos do ensino médio integrado, são assim representadas: Componentes Curriculares da Base Nacional Comum, Componentes Curriculares da Formação Técnica Profissional, Parte Diversificada e Atividades Complementares.

A partir da análise do contexto das escolas selecionadas para este estudo, foram identificados o alinhamento dos cursos propostos em cada uma das duas unidades escolares com a região em que se localizam e até que ponto as demandas mercadológicas afetam a oferta dos cursos técnicos e o currículo escolar.

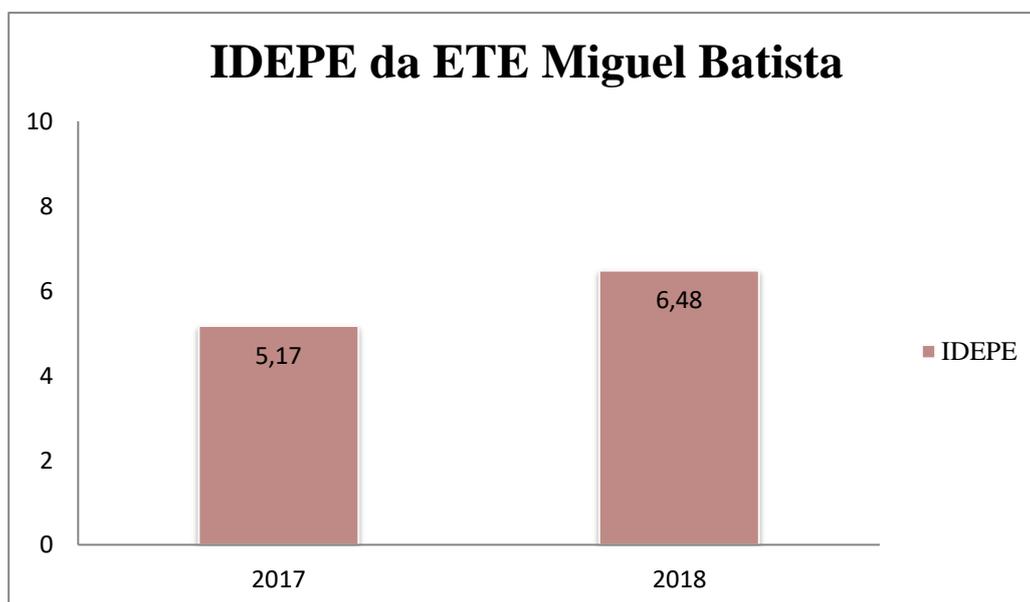
Assim sendo, os currículos observados nas duas ETEs têm sua carga horária distribuídas em 5.400 horas de aulas teóricas e práticas mais 200 horas de estágio não obrigatório. O horário é integral, das 7h:30min às 17:00h, sendo a carga horária do estudante correspondente a 9/aula/dia e do professor a 40h semanais.

O quadro de docentes é composto por professores efetivos da rede estadual de ensino que lecionam as disciplinas da base nacional comum e profissionais liberais que ministram aulas das disciplinas de formação profissional. Nesse contexto, a gestão escolar tem o desafio adicional de trabalhar com a heterogeneidade da formação acadêmica do grupo de docentes, levando em consideração a falta de preparo pedagógico daqueles que vêm da iniciativa privada, com conhecimentos técnicos, mas sem a base pedagógica presente na formação dos licenciados.

A ETEMB também participa das avaliações do SAEPE que, associado ao fluxo escolar, gera o IDEPE, como explicado nos capítulos anteriores, o IDEPE é calculado a partir da correlação entre a avaliação de língua Portuguesa e Matemática e o fluxo escolar.

O Gráfico 8 apresenta o resultado do IDEPE da ETE Miguel Batista nos últimos dois anos.

GRÁFICO 8: Resultado do IDEPE da Escola Técnica Miguel Batista.



Fonte: elaboração da própria pesquisadora

Vale destacar que no ano de 2016 a ETE Miguel Batista não foi avaliada pelo SAEPE por não existir turmas concluintes (a escola passou a funcionar em 2015).

4.8 Participantes da pesquisa

A escolha dos participantes da pesquisa é imprescindível numa investigação. É através da interação dos participantes com o pesquisador que encontraremos as respostas para os objetivos de uma investigação. Contudo, é necessário que haja uma ligação entre a temática abordada e os participantes para que os mesmos sejam capazes de disponibilizar respostas significativas para o estudo em foco.

Todos os participantes lotados nas duas ETes em análise, mostraram-se disponíveis em responder os instrumentos aplicados, com muita coerência e objetividade contribuindo, assim, para o êxito da pesquisa.

Os participantes da pesquisa estão identificados na Tabela 7.

TABELA 7: Participantes da Pesquisa

GRUPO	QUANTIDADE
Gestor	02
Coordenador Pedagógico	02
Coordenador Empresa X Escola	02
Coordenador de Curso	21

Fonte: elaboração da própria pesquisadora

4.9 Técnicas e instrumentos: construção e validação

Considerando que os instrumentos de pesquisa são fundamentais para que o pesquisador levante dados iniciais e avalie o alcance das ações de intervenção realizadas, a sua escolha, segundo Marconi e Lakatos, (2003, p.33) “dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação”. Assim sendo, a definição do instrumento desta pesquisa foi cautelosa no sentido de manter o foco no objetivo na perspectiva de promover a igualdade com o método e viabilizar as respostas ao problema em questão. Portanto, com o intuito de responder aos questionamentos, aos objetivos, e, principalmente, ao problema dessa investigação foram utilizados, para o processo da coleta de dados: a técnica da pesquisa tendo como instrumento um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Houve também, o trabalho de observação direta da dinâmica de funcionamento das escolas analisadas e a observação e leitura dos Projetos Políticos Pedagógicos e dos Planos de cursos.

A observação direta. Segundo Lakatos & Marconi (1992), é um tipo de atividade que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

O questionário semiestruturado permitiu compreender como as práticas de gestão adotadas nas duas ETEs influenciam a implementação da proposta curricular do ensino médio integrado à educação profissional.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações sobre determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Realiza-se de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas. O entrevistador segue um roteiro estabelecido previamente, as perguntas feitas são predeterminadas (Marconi; Lakatos (2007).

A observação e a leitura dos Projetos Políticos Pedagógicos e dos Planos de curso apresentaram, como princípios educacionais, a contextualização e a interdisciplinaridade que, em linhas gerais, podem nortear as práticas dos gestores escolares para a busca da vivência do currículo integrado. Campoy (2016, p. 380), afirma que:

A importância da análise documental reside no fato de que, além de construir o quadro de referencial teórico, é necessário conhecer aspectos históricos, contextuais, normativos, organizacionais, de opinião pública, entre outros, relacionados ao tema de pesquisa.

Assim sendo, as técnicas apresentadas para análise dessa investigação são elementos importantes na realização de uma pesquisa de caráter descritivo, com enfoque misto, em que as informações obtidas intentam revelar as práticas de gestão que oportunizam a execução de um currículo integrado. Para tanto, as inferências de autores especialistas nesse enfoque tais como: Marconi e Lakatos, Gil e Campoy contribuíram de forma significativa nessa abordagem metodológica das técnicas de investigação.

4.9.1 Validação dos instrumentos

Para o alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, em todo seu percurso, seguiu-se regras importantes para a construção de um estudo confiável. Para tanto, uma das partes mais significativas de uma investigação, refere-se a validação das técnicas utilizadas nesse estudo.

Segundo (Dantas, 2007), validação é um processo de coletar e avaliar as proeminências da validade de um instrumento. Tanto o pesquisador quanto o sujeito/respondente desempenham papéis importantes nesse processo, cabendo ao primeiro coletar as evidências que confirmam ou não a validade do instrumento.

Para que essa pesquisa fosse concretizada foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas. O instrumento de pesquisa foi encaminhado a três doutores, da UAA - Universidade Autônoma de Assunção, especialistas na área, para que fosse analisado, entre outros itens, a objetividade, coerência, clareza das questões. Caso necessário, os doutores poderiam sugerir itens necessários que por ventura estivessem ausentes ou sugerir a eliminação de algum item, bem como tecer comentários e sugestões a fim de que os instrumentos fossem respondidos de forma a apresentar resultados significativos da investigação.

O instrumento da pesquisa encontra-se no (**Anexo 01**) onde são apresentados os critérios para validação.

4.10 Procedimento da pesquisa

Esta pesquisa tem como foco de estudo a análise das práticas de gestão adotadas nas Escolas Técnicas: Almirante Soares Dutra e Miguel Batista, da cidade do Recife - PE e suas influências na execução do currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Em se tratando do procedimento da pesquisa foram determinados lugar e tempo para a investigação.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

Portanto, o procedimento para a coleta de dados deu-se através do levantamento de teóricos que abordam a temática em estudo, como também, análise de tésis, legislação, artigos, documentos.

Após a escolha dos instrumentos de coleta e validação dos mesmos, informou-se à direção escolar das duas Escolas Técnicas, assim como à Gerência Regional de Educação Recife Norte, para apresentar os objetivos da pesquisa e solicitar a autorização através da apresentação de uma carta de anuência encaminhada pela Universidad Autónoma de Asunción (Anexo 2). Feito isto, iniciou-se a pesquisa de campo com os gestores, coordenadores pedagógicos e os coordenadores de cursos técnicos das escolas em análise. Houve também, a observação e a leitura dos Projetos Políticos Pedagógicos e dos Planos de Curso, sem caráter analítico, apenas como forma de respaldar o estudo em foco.

Após a conclusão da aplicação das técnicas, iniciou-se a análise e interpretação dos resultados. Para tanto, os participantes da pesquisa foram identificados por códigos como forma de garantir total anonimato aos participantes dessa investigação. Assim sendo, as escolas foram identificadas como Escola A e Escola B, os Gestores foram identificados como G1 e G2, e os Coordenadores como C1 ao C 25. A identificação das escolas serviu como parâmetro para a coleta dos dados.

4.11 Questões éticas

Refletir sobre as práticas de gestão no âmbito escolar, exige o entendimento dos processos específicos de organização e de gestão das unidades analisadas. Para que esta pesquisa fosse realizada com a maior transparência possível, apresentamos, nesse item, as regras éticas em que esse estudo foi desenvolvido. Assim sendo, antes de iniciar a pesquisa, foram apresentados aos participantes, individualmente, a temática e os objetivos de forma que eles conhecessem o teor da investigação e, assim, demonstrassem suas intenções em participar, espontaneamente, do estudo em pauta, sem nenhum tipo de comprometimento pessoal, pois ficou acordado que seus nomes seriam mantidos em sigilo e identificados por códigos.

Desse modo, como já foi citado anteriormente, o tema e os objetivos da pesquisa foram apresentados aos participantes por meio de uma carta de autorização apresentada pela Universidad Autónoma de Asunción. Após a leitura da carta todos os participantes demonstraram interesse em participar da investigação.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão expostas as vozes daqueles que são líderes da implementação da política pública de Educação Profissional do Estado de Pernambuco: os gestores escolares e os coordenadores.

A expectativa é que se obtenha, a partir das análises desses dados, informações que instrumentalizem a proposição de ações de intervenção com base na realidade observada e descrita.

Mesmo pertencentes a uma rede, as escolas em análise, possuem particularidades vinculadas à realidade social, econômica e cultural da comunidade onde está inserida, que devem ser consideradas. No caso das escolas que oferecem a modalidade em estudo, além das questões anteriormente elencadas, se faz necessário observar as práticas de gestão adotadas pelos gestores e coordenadores na perspectiva da implementação do currículo integrado (foco deste estudo), bem como as características dos cursos técnicos em execução.

Antes da análise das respostas dada pelos gestores, coordenadores pedagógicos, e os coordenadores de curso, é fundamental uma breve apresentação do perfil profissional e de formação do grupo escolhido: Os dois gestores das escolas em análise, são homens, professores efetivos da rede estadual de ensino, têm formação superior em cursos de Licenciatura, além de curso de pós graduação *lato sensu* relacionado a carreira do magistério. Para atuarem como gestores das escolas técnicas, os dois passaram pelo processo de seleção e de formação através do Curso de Aperfeiçoamento do Programa de Formação de Gestor Escolar de Pernambuco (PROGEPE), ofertado pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. Houve também a análise do currículo, apresentação de um Plano de Ação para a escola pretendida e entrevista sobre o plano de ação apresentado.

Os gestores possuem uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Em se tratando da relação entre o tempo de atuação na rede estadual de educação e o tempo específico de atuação como gestor escolar, verifica-se o apresentado na tabela 8.

Lembramos que as escolas/gestores estão identificados por códigos: A e B/G1 e G2, conforme Tabela 08.

TABELA 08: Relação tempo de atuação na rede estadual de educação x tempo de atuação como gestor escolar.

Escola/Gestor	Tempo de atuação na rede estadual de educação	Tempo de atuação como gestor da unidade escolar
A/G1	14 anos	7 anos
B/G2	11 anos	1 ano

Fonte: elaboração da própria pesquisadora

Os dois gestores tiveram sua primeira experiência em gestão na escola onde atuam no momento desta pesquisa. Vale destacar que a escola B, apesar de ser a escola mais nova da cidade, já passou por três gestores. O gestor atual está apenas a um ano à frente da gestão. Contudo, pelo que foi observado, o tempo de atuação como gestor escolar não influencia no desempenho de suas funções. No entanto, a necessidade de formação continuada em temas gerais, em assuntos como gestão administrativa, pedagógica e financeira e nas bases norteadoras do trabalho com educação profissional, mostra-se, então, fundamental ao desenvolvimento com qualidade das atividades inerentes ao cargo de gestor escolar.

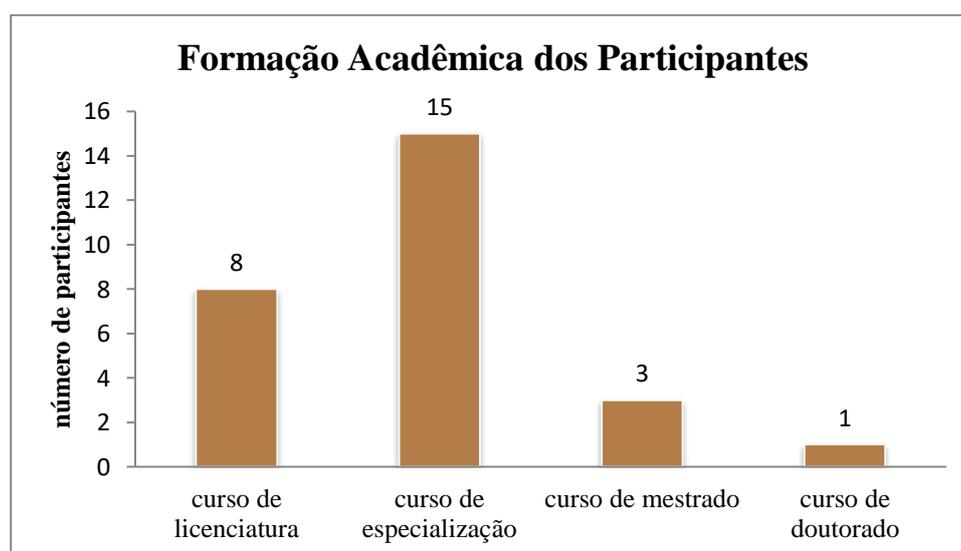
Em relação ao perfil dos coordenadores pedagógicos, tem-se o seguinte: os dois são do sexo feminino, professores efetivos de rede estadual de ensino, têm formação superior em cursos de Licenciatura, são especialistas em gestão escolar, passaram, também, pelo processo de seleção interna e Curso de Formação para Coordenadores Pedagógicos. Ambos os coordenadores têm, entre outras competências, coordenar a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico; promover junto com o gestor a integração dos professores de diferentes disciplinas e segmentos, garantido a interdisciplinaridade e a articulação entre diferentes séries e níveis da educação.

Em se tratando dos Coordenadores de Curso, atuantes nas duas escolas em análise, observou-se que todos são do sexo masculino, são profissionais liberais com experiência profissional em empresas públicas e privadas, empreendedores individuais da área de tecnologia e com formações específicas relacionadas aos cursos técnicos pelos quais respondem. Todos os coordenadores são contratados temporariamente, passaram por uma seleção simplificada para ocuparem as vagas ociosas que se multiplicam pelas unidades educacionais, graças a alta rotatividade desses profissionais.

A alta rotatividade desses profissionais, é um gargalo que mais preocupam os gestores escolares, devido ao perigo iminente de ficar sem um profissional liberal, a depender da oferta salarial do mercado de trabalho, em alguns casos, aquecido, migra para outras instituições e/ou empresas. Nesse contexto, um fator relevante a ser considerado pelo seu forte potencial para colocar em risco a continuidade de política pública é a falta de professores para ministrarem as aulas das disciplinas de formação técnica.

O Gráfico 9 apresenta a formação acadêmica dos participantes da pesquisa lotados nas duas escolas em análise.

GRÁFICO 9: Formação acadêmica dos participantes.



Fonte: elaboração da própria pesquisadora

A formação acadêmica dos participantes da pesquisa, apresentada no gráfico 9, demonstra a preparação desses profissionais para atuarem com qualidade, competência e com uma dinâmica interativa nas diversas áreas que estruturam essa “nova” face da educação profissional integrada.

A experiência com educação profissional dos que estão responsáveis pela formação dos educandos tanto nas competências técnicas, quanto no desenvolvimento da formação integral dos jovens é um ponto relevante que merece ser questionado.

Continuando com a análise dos resultados, os participantes foram questionados sobre a experiência com educação profissional cujas respostas estão apresentadas no Gráfico 10.

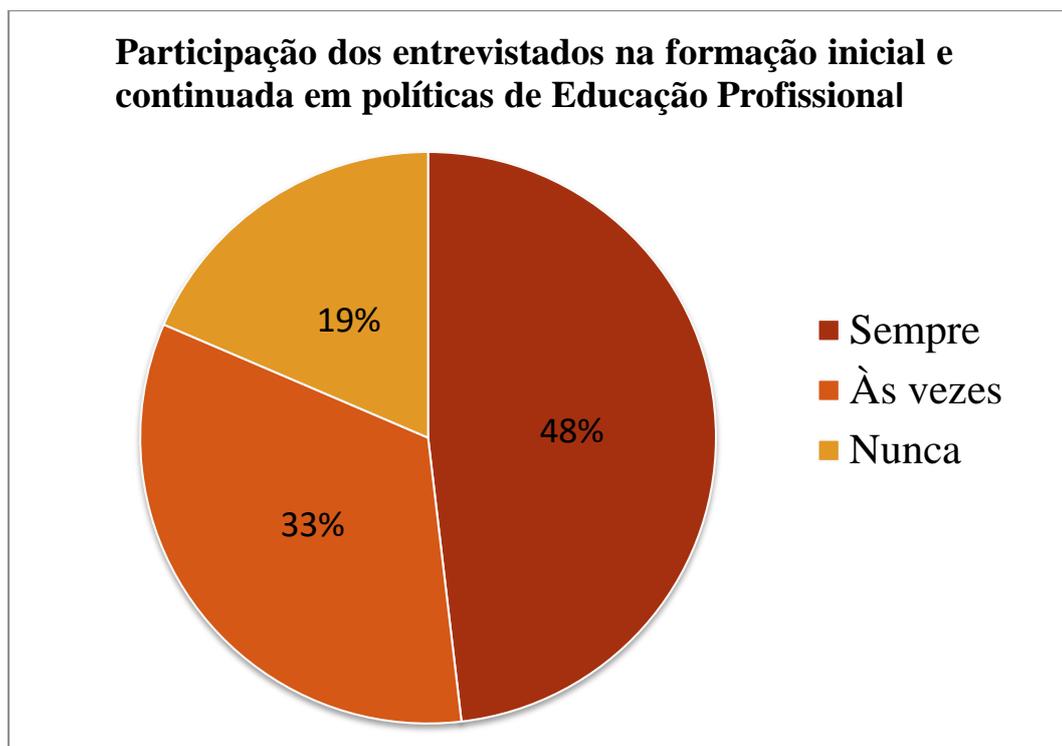
Gráfico 10: Experiência dos participantes com Educação Profissional.

Fonte: elaboração da própria pesquisadora.

A experiência com educação profissional, demonstrada por 59 % dos participantes, tem ajudado no tocante ao desenvolvimento de suas atribuições e de suas práticas no sentido de coordenar, acompanhar e executar com mais eficiência a Política de Educação Profissional e a implementação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional, no âmbito escolar.

Os participantes foram questionados sobre a participação em momentos específicos de formação inicial e continuada para responder ao entendimento da política de Educação Profissional e do modelo de gestão adotados pelas Escolas Técnicas na perspectiva da implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. O resultado desse questionamento está demonstrado no Gráfico 11:

GRÁFICO 11: Participação dos entrevistados na formação inicial e continuada em políticas de Educação Profissional

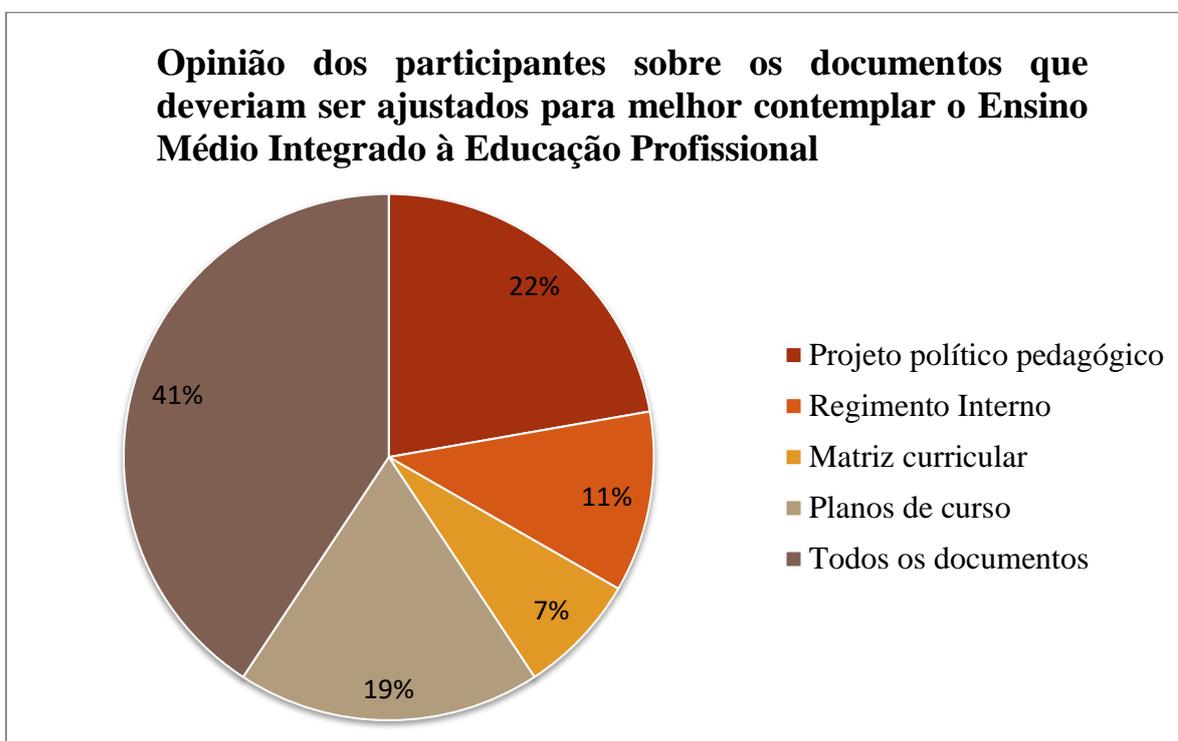


Fonte: elaboração da própria pesquisadora.

Diante desse resultado, observou-se que apenas 48% dos participantes da pesquisa, responderam que sempre participaram dessas formações. Esse resultado demonstra a fragilidade da equipe no tocante ao entendimento das Políticas Públicas e do Modelo de Gestão a ser adotado nas escolas técnicas estaduais. Como já foi explicitado nos capítulos anteriores, essas formações foram acompanhadas, inicialmente, por uma consultoria no tocante ao Modelo de Gestão a ser implementado nas escolas. As formações referentes ao TEAR – Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação teve como objetivo orientar os gestores e os coordenadores na construção do Plano de Ação da escola, dos Planos de Cursos e do Programa de Ação da gestão, através de encontros periódicos em grupos e individualmente. Percebemos, pelas respostas dos participantes, que 33% às vezes participam das formações e 19% nunca participaram. Diante desse resultado, a Secretaria Estadual de Educação deve continuar investindo nessas formações, para que toda a equipe escolar tenha a compreensão das Políticas Públicas de Educação Profissional e do Modelo de Gestão adotados pelas Escolas Técnicas na perspectiva da implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Perguntados sobre quais os documentos e procedimentos deveriam ser ajustados para melhor contemplar o Ensino Médio integrado à Educação Profissional, dos vinte e sete participantes, obtivemos o seguinte resultado, demonstrado no gráfico 12:

GRÁFICO 12: Opinião dos participantes sobre os documentos que deveriam ser ajustados para melhor contemplar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional



Fonte: elaboração da própria pesquisadora

Pelo resultado apresentado no Gráfico 12, observamos que a maioria dos participantes, 41%, responderam que todos os documentos devem ser ajustados para que as ações implementadas na escola estejam em consonância com os documentos oficiais e como sendo documentos norteadores para implementação de um currículo integrado. Esses documentos devem direcionar o trabalho administrativo e pedagógico da organização curricular.

Em relação à frequência da atualização sistemática dos documentos norteadores da prática escolar como o Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar e os Planos de Cursos, obtivemos o seguinte resultado: 100% dos participantes responderam que esses documentos são atualizados anualmente. Esse resultado demonstra a importância dessa atualização para que, efetivamente, as práticas de gestão estejam norteadas e respaldadas por esses documentos.

Dando sequência a análise dos resultados, foi realizada uma pesquisa com os Gestores e os Coordenadores, a fim de compreender como as práticas de gestão adotadas nas duas ETEs influenciam a implementação da proposta curricular do ensino médio integrado à Educação Profissional. Bem como, compreender o processo e os avanços da implementação do currículo integrado, cujos resultados foram estruturados em categorias de forma a unificá-los, denominados eixos comuns, e, assim, apresentar dados concisos e compatíveis com as perspectivas desse estudo de modo que venham responder aos objetivos e ao problema que nortearam essa investigação.

Portanto, para selecionar as categorias, nos apropriamos das respostas dos participantes de modo a construir eixos que correspondessem a cada item categoricamente. Criando, portanto, as categorias de análise assim representadas:

1ª Categoria: Como é discutida a construção e a implementação do currículo do ensino médio integrado à Educação Profissional no âmbito escolar.

2ª Categoria: percepção dos participantes sobre o alinhamento dos documentos norteadores da prática escolar como: Planejamento Estratégico, Projeto Político Pedagógico, Regimento escolar e os Planos de Curso para atender a realidade da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

3ª Categoria: Percepção dos gestores e coordenadores em relação aos impedimentos que dificultam o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

4ª Categoria: Percepção dos participantes sobre as práticas pedagógicas e/ou procedimentos adotados, como rotina, com vistas a comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional;

5ª Categoria: Percepção dos gestores em relação as práticas de gestão que estão relacionadas a implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;

6ª Categoria: Compreensão dos gestores e dos coordenadores sobre o alinhamento do currículo e dos cursos técnicos para atender as demandas de trabalho da região.

7ª Categoria: Como a Unidade Escolar tem trabalhado com as turmas do Ensino Médio Integrado o viés da Formação para o mundo do trabalho.

8ª Categoria: Percepção dos participantes acerca da relevância da proposta de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco e os seus avanços;

9ª Categoria: Dificuldades encontradas pelos gestores e coordenadores em relação a implementação do Ensino Médio Integrado na sua escola;

10ª Categoria: Sugestões dos participantes para melhoria do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na sua escola e no Estado de Pernambuco.

1ª Categoria: Como é discutida a construção e a implementação do currículo do ensino médio integrado à Educação Profissional no âmbito escolar.

A análise de temas relacionados à educação demanda a compreensão de que para bem fazê-la é preciso considerar os cenários políticos e econômicos em cada período da história do Brasil. Em se tratando do ensino médio, pelo seu caráter de terminalidade, a dualidade é marca registrada: preparar o estudante para o mercado do trabalho ou para o ingresso na vida acadêmica?

Para que essa escolha seja efetivada com eficiência, faz-se necessário que o currículo seja discutido, entendido, bem elaborado e estruturado de forma que venha atender aos anseios da comunidade escolar. Nesse sentido, questionamos os gestores de como é discutida a construção do currículo integrado na perspectiva de sua implementação. O Gestor da Escola A, disse o seguinte: “organizamos formações pedagógicas e discutimos intensamente acerca da construção do currículo integrado. Além disso, mobilizamos muitas ações, com destaque especial ao Projeto Integrador, com vista a essa valorização na formação profissional e propedêutica do estudante”. Para o gestor da escola B, tem-se o seguinte: “entendo que a proposta do ensino médio integrado é uma proposta interessante nos diversos aspectos que a compõe. No entanto, temos encontrado dificuldades no interior da escola para discutir e construir o currículo integrado, junto aos professores e coordenadores, como por exemplo: o currículo do ensino médio integrado possui dois eixos bem distintos: o primeiro é a matriz curricular do ensino médio e o segundo é o do ensino técnico. Embora algumas disciplinas possam compartilhar alguns princípios básicos, é um fator complicador a união dos componentes em virtude de alguns professores do ensino médio não possuírem o conhecimento das disciplinas do curso técnico”.

Resumo final da 1ª categoria: Como é discutida a construção e a implementação do currículo do ensino médio integrado à Educação Profissional no âmbito escolar.

Nessa categoria, houve a participação apenas do grupo gestor, por entendermos que, frente aos inúmeros desafios para execução do currículo, que perpassam não apenas questões estritamente pedagógicas, o gestor escolar precisa colocar-se como uma liderança, representante do sistema educacional ao qual está vinculado. Deve ser capaz de atuar para eliminar possíveis constrangimentos no momento da implementação, de mediar os conflitos, de agir eficazmente nos processos de ensino e aprendizagem das escolas, levando em consideração o contexto sócio político e econômico da comunidade, no qual está inserido. Deve preservar o entusiasmo e ser capaz de superar alguns entraves, sendo um articulador da comunidade escolar, com vistas ao cumprimento da implementação de currículos eficazes que venham contribuir para o cumprimento das metas educacionais e da construção de valores estabelecidos.

Analisou-se que tanto o Gestor da Escola A quanto o Gestor da Escola B, mobilizaram ações para que o currículo fosse discutido e construído com a participação dos professores e coordenadores. A maior dificuldade encontrada pelos dois gestores foi a de unir as disciplinas que fazem parte do núcleo comum com as disciplinas que fazem parte dos cursos técnicos considerando que os profissionais e os coordenadores de cursos possuem habilidades específicas de acordo com sua área de atuação.

Analisando os Planos de Curso das duas escolas a fim de compreender a forma de organização do currículo integrado, a partir das discussões para sua construção, observa-se que, tendo em vista o horário integral – um total de 45 aulas semanais por turma do ensino médio integrado -, as disciplinas estão dispostas na matriz curricular da seguinte maneira: 23 aulas para a Base Nacional Comum, duas aulas para a Parte Diversificada, dez aulas para as disciplinas de Formação Técnica e dez aulas de atividades complementares (quatro aulas de Estudo Orientado, duas de Espanhol, duas de disciplina eletiva, uma de laboratório de física, uma de laboratório de química e uma de laboratório de biologia).

A análise das ementas revelou que enquanto as disciplinas da BNC (Base Nacional Comum) são apresentadas vinculando conteúdos programáticos a competências e habilidades, as da parte técnica trazem elencadas apenas os conteúdos e algumas competências que serão vivenciadas, sem contudo apresentar o desdobramento das habilidades.

Existe um componente curricular externo ao conjunto que compõe a Base Nacional Comum, presente em todas as matrizes curriculares analisadas: o empreendedorismo. Uma proposta educacional empreendedora lança as bases para a construção de novas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional junto aos educandos, marcados

pelas diferenças sociais e econômicas entre as classes. Outra iniciativa interessante observada na composição das matrizes foi a inserção do componente curricular Projeto Integrador – PI, o que demonstra a tentativa de aproximar os componentes curriculares, avançando da recomendação prescritiva para a efetiva prática da integração entre as disciplinas.

2ª Categoria: percepção dos participantes sobre o alinhamento dos documentos norteadores da prática escolar como: Projeto Político Pedagógico, Regimento escolar e os Planos de Curso para atender a realidade da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Analisar uma política pública educacional verificando o olhar de quem está na escola, obriga à investigação dos documentos oficiais norteadores do trabalho em desenvolvimento e disponíveis na própria unidade escolar.

Em Pernambuco, as ETEs são criadas por meio de decreto e, para legalmente passarem a existir, precisam ter aprovados seus Regimentos, PPPs e Planos de Cursos. A Instrução Normativa Estadual nº 03/2013, em seu parágrafo 1º, do artigo 1º, diz sobre o Regimento Escolar:

Define e organiza os aspectos administrativo, didático-pedagógico e de convivência social da escola, devendo ser elaborado com a participação dos representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, observadas as especificidades do seu contexto.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de gestão democrática e participativa que confere identidade à escola e, por isso, deve ser construído a partir do envolvimento dos atores que compõem a comunidade escolar. Este é, assim, mais um desafio para o gestor escolar: realizar um trabalho de conscientização junto aos diversos segmentos da escola a respeito da relevância da participação de todos na definição do tipo de cidadão que se pretende formar, das normas disciplinares que orientarão a conduta de estudantes e educadores e na definição das estratégias e\ ou ações a serem desenvolvidas com o intuito de alcançar os resultados e projetos para a unidade escolar.

Já os Planos de Cursos analisados nas duas ETEs agrupam informações como justificativa para implantação do curso no município, objetivo geral, objetivos específicos, requisitos de acesso, perfil desejado de formação profissional, formas de oferta da Educação Profissional, organização curricular, entre outras questões essenciais para que o curso possa ser implantado e implementado.

Nesse caso, é pertinente saber dos entrevistados se esses documentos da sua escola estão alinhados e atualizados para atender a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional:

Para o G1 da escola A: “o alinhamento dos documentos norteadores da prática escolar ocorre anualmente, por entender que a importância da organização curricular estar pautada na demanda de mercado, em atendimento ao Arranjo Produtivo Local (APL), embora atualmente, encontre-se em praticamente todos os cursos, uma necessidade de atualização”. O G2 da Escola B, tem a seguinte percepção: “através do contato com as empresas, feito pelo Coordenador Empresa X Escola, e, também, observando os empreendimentos que estão sendo implementados na região, os documentos são alinhados para que o currículo a ser implementado, esteja adequado para atender as necessidades do mercado de trabalho. É realizado discussões, no âmbito escolar, sobre os pontos que podem ser atualizados nos currículos da base técnica”.

Os coordenadores entrevistados apresentaram os seguintes relatos: para o C1: “a atualização do Regimento, do PPP e dos Planos de Curso, ocorre anualmente. Já o C2, diz: “esses documentos são alinhados de acordo com a necessidade levantada, através de uma pesquisa, dos empreendimentos da região. À escola elabora e implementa suas ações respaldada na realidade local e nos documentos oficiais de modo que venha atender as necessidades do mercado”. Ainda sobre essa questão, o C3 tem a seguinte concepção: “temos dificuldade de implementar o proposto nesses documentos sem as condições adequadas de manutenção da infraestrutura, entendida não apenas como conservação da estrutura física do prédio, mas, principalmente, pela necessidade de reposição dos equipamentos e materiais que garantam o funcionamento dos laboratórios dos cursos técnicos”. O C17 tem uma concepção semelhante ao C3: “os documentos estão alinhados com algumas propostas possibilitadas pela infraestrutura escolar. Contudo, algumas escolas já se encontram em processo de “sucateamento dos ativos” fazendo com que os cursos do eixo de tecnologia sejam prejudicados na realização das atividades práticas do curso técnico”. Já o C10 respondeu: “apesar da importância do alinhamento desses documentos, a escola encontra dificuldade para conciliar os horários das reuniões com a disponibilidade dos profissionais para que, efetivamente, a discussão e elaboração dos documentos tenham a participação de todos”. O C5 respondeu: “quando cheguei na escola os documentos já tinham sido elaborados. Porém, sinto a necessidade de formações específicas para compreensão desses documentos. Como profissional liberal e na função de Coordenador Empresa X Escola, o conhecimento específico é necessário para ajudar na

elaboração e implementação do Plano de Curso”. O C8 tem o seguinte: “só participei do alinhamento do Plano de Curso o qual se refere ao curso que coordeno. Não participei da elaboração dos demais documentos”. O C9 ponderou: “quanto ao Plano de Curso, participei algumas vezes da reformulação de seu conteúdo. Achei muito positivo a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco dar espaço para esse tipo de atividade junto aos coordenadores de curso”. O C25 declarou: “Como Coordenador de curso, tive a oportunidade de participar das discussões para alinhamento dos documentos norteadores que respaldam o nosso trabalho. Trabalhar alinhado com as demandas do mercado, nos traz o desafio de preparar e qualificar os nossos alunos para o enfrentamento no mundo do trabalho” .

Os participantes: C4, C7, C12, C15, C16 e C18 responderam que os referidos documentos estão alinhados para atender ao ensino médio integrado à educação profissional. “Os documentos estão alinhados, porém acho que deve haver debates mais aprofundados com a participação de todos os segmentos da escola” (C6). Já para o C7: “todos os documentos norteadores das práticas pedagógicas são elaborados e alinhados, quando necessário, com a participação da gestão, coordenadores pedagógicos, coordenadores de curso e professores”. O C13 ponderou: sinto falta, em alguns encontros, dos Coordenadores Empresa X Escola o que dificulta o planejamento dos Cursos Técnicos e a articulação com os professores”. As respostas dos Coordenadores: C14, C19 e C20 foram divergentes: “como coordenador de curso técnico, tomei conhecimento desses documentos no momento da elaboração dos Planos de Cursos porque tínhamos que colocar nos planos, os conteúdos que fazem parte das disciplinas técnicas”. Já o C21, declarou: “Como minha formação não é a de professor e sim Administração de Empresa, fico um pouco perdido no que diz respeito a participação na elaboração do PPP e do Regimento. Fico preso ao que compete, apenas, a minha área de atuação na escola que é a de fazer a articulação das empresas com a escola para implementação do currículo do curso técnico ao qual coordeno”. “acho importante esse alinhamento. Porém, não tenho disponibilidade para participar com toda a equipe dos encontros para discussão e elaboração desses documentos”, (C22). O Coordenador Empresa X Escola da Escola A, respondeu: “sinto falta de uma abordagem mais consistente no regimento e no PPP sobre a Educação Profissional”.

Resumo da 2ª Categoria: percepção dos entrevistados sobre o alinhamento dos documentos norteadores da prática escolar como: Projeto Político Pedagógico,

Regimento escolar e os Planos de Curso para atender a realidade da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional:

O gestor é uma das figuras mais importantes no trabalho educacional. Como tal, deve trabalhar em sinergia com todo o segmento escolar e estar sempre aberto ao novo. O diálogo e o compartilhamento de decisões são de fundamental importância e resultam em uma co-liderança através da qual serão compartilhadas as ações e decisões tomadas na escola com toda a comunidade intra e extraescolar. A sua prática está sob o jugo de normas e regulamentos atribuídas ao servidor quando no exercício de determinada função pública.

Em se tratando da necessidade do alinhamento dos documentos norteadores da prática escolar, os dois gestores das escolas em análise responderam que os referidos documentos estão alinhados para atender a realidade da oferta do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Entretanto, o Gestor da escola A: “percebo a necessidade de uma nova atualização desses documentos para atender ao Arranjo Produtivo Local”. O Gestor da escola B também tem a mesma concepção do gestor da escola A e acrescenta que: “as discussões para o alinhamento dos documentos acontecem no ambiente escolar de modo que esse alinhamento atenda às necessidades do mercado de trabalho”.

Os coordenadores percebem que existe o alinhamento dos documentos citados. Dois coordenadores relataram que têm dificuldades de implementar a proposta, devido a falta de manutenção e reposição dos equipamentos para o funcionamento dos laboratórios dos cursos técnicos. Outro fator relatado por um dos coordenadores, foi o da dificuldade de conciliar os horários das reuniões para realização do alinhamento dos documentos juntamente com a gestão, professores e demais coordenadores, devido a sua carga horária (disciplinas técnicas) ser diferente da carga horária dos professores das disciplinas do núcleo comum.

Portanto, a análise geral dessa categoria é positiva. Mas, de acordo com o relato dos gestores e coordenadores, necessita de alguns ajustes que serão apresentados nas sugestões dessa pesquisa, de modo que os documentos sejam ajustados, em sua totalidade, para atender ao Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

3ª categoria: Percepção dos gestores e coordenadores em relação aos impedimentos que dificultam o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

Em Pernambuco, existe a contratação de profissionais liberais para atuarem como Coordenadores dos Cursos Técnicos e para ministrarem aulas das disciplinas técnicas. Isso

ocorre de acordo com a formação superior desses profissionais relacionada à sua área de atuação no mercado de trabalho.

Diante dessa dicotomia, os entrevistados relataram o seguinte: O G1 da Escola A, relatou: “a dificuldade está no condicionamento dos profissionais, uma vez que a dedicação dos professores da base comum são, em sua maioria, de dedicação exclusiva e a dos professores da base técnica não ocorre nesse formato, o que finda por dificultar o diálogo entre os grupos em questão”. O G2 da Escola B enfatizou:” existe uma dificuldade da gestão e coordenadores em relação ao diálogo para integração entre os profissionais, devido a divergência de carga horária para o planejamento do currículo”. Já o Coordenador Pedagógico, identificado como C1, ponderou: “às vezes, encontro alguma resistência por parte de alguns professores em trabalhar sua disciplina promovendo o diálogo entre os dois segmentos. Mas, estamos promovendo reflexões e metodologias diversificadas para minimizar esta dificuldade”. O Coordenador Pedagógico, C2, da Escola B, respondeu: “não há impedimentos que venham dificultar ou comprometer esse diálogo”. O Coordenador Empresa X Escola da Escola A, identificado como C3, tem a seguinte opinião: “Como Coordenador, não tenho essa vivência no meu cotidiano, mas vejo que existe uma grande resistência por parte de alguns professores em trabalhar sua disciplina promovendo o diálogo entre os dois segmentos”. “as disciplinas técnicas ainda não são prioridade, são colocadas em segundo plano” (C4). “As disciplinas do curso subsequente não tem relação direta com as disciplinas da base comum” (C5).

Dentre os 25 Coordenadores que participaram dessa investigação, 20 relataram que não há impedimentos que dificultam o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

Resumo da 3ª Categoria: Percepção dos gestores e coordenadores em relação aos impedimentos que dificultam o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

Para que de fato ocorra a integração curricular, é necessário que as disciplinas propedêuticas dialoguem com as disciplinas de formação profissional. Foi percebido no decorrer dessa investigação, que, para a maioria dos entrevistados, não há impedimentos que dificultem o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional. Entretanto, os gestores encontram dificuldades em reunir os grupos para dialogar sobre as disciplinas, uma vez que há divergência de carga horária dos profissionais das disciplinas

propedêuticas e as disciplinas da formação profissional. Os professores efetivos estão em horário integral, mas os contratados assumem cargas horárias mensais que variam entre 50h e 200h. Apesar dessas dificuldades, os coordenadores pedagógicos das duas escolas, vêm trabalhando para reunir os grupos em prol da realização de um planejamento conjunto entre os profissionais.

4ª Categoria: Percepção dos participantes sobre as práticas pedagógicas e/ou procedimentos adotados, como rotina, com vistas a comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

A implementação de um currículo integrado é um exercício desafiador que carece de uma atenção especial para a multiplicidade de fatores que, direta ou indiretamente, se ligarão ao sucesso ou ao insucesso nessa empreitada. Com o intuito de garimpar as práticas de gestão que influenciam na implementação da proposta curricular do ensino médio integrado, gestores e coordenadores foram questionados acerca da existência de ações pedagógicas e/ou procedimentos adotados como rotina, com vistas à comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

De acordo com o depoimento do gestor da Escola A: “existem reuniões periódicas que alinham todos os pontos entre as disciplinas da base técnica e as disciplinas da base comum”. O gestor da Escola B relatou: “realizamos reuniões com os coordenadores de curso e professores para discutirmos a implementação dos projetos integradores”. O coordenador pedagógico da escola A, respondeu: “Acho os Projetos Integradores desenvolvidos pelos professores e estudantes de todos os cursos, como uma das práticas mais importantes que acontece na escola. Na culminância, pode-se perceber o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional”. O coordenador pedagógico da escola B relatou: “como trabalhamos com turmas do ensino médio integrado à educação profissional, temos o cuidado de reunir os segmentos para, juntamente com a gestão, os coordenadores de curso e os professores, planejarmos as ações com vistas a integração curricular, tais como: Feira de Empreendedorismo; Saraus; Semana da Matemática com construção de jogos e aplicativos; Seminários; Palestras; Exposições; Semana do Meio Ambiente; Aulas Práticas utilizando os laboratórios; visitas guiadas aos pontos históricos e culturais; Aulões preparatórias para o exame Nacional do Ensino Médio, (ENEM); Simulados referentes as avaliações externas, etc.” O coordenador empresa x escola da escola A, destacou: “acho muito importante a implementação dessas

ações de forma integrada. Percebo o interesse e o envolvimento dos estudantes nos Projetos Integradores o que facilita o desenvolvimento do ensino - aprendizagem”. Prosseguindo com o questionamento, o coordenador empresa X escola da escola B endossou o relato do coordenador da escola A: “As práticas que considero mais importantes são os Projetos Integradores”. Os demais coordenadores de curso (21) têm como ações pedagógicas mais importantes para a comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional – os projetos integradores”.

Resumo da 4ª Categoria: Percepção dos gestores e coordenadores sobre as práticas pedagógicas e/ou procedimentos adotados, como rotina, com vistas a comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional.

A gestão escolar tem um papel importante no direcionamento das ações que devem ser implementadas para que, efetivamente, aconteça a integração curricular. Dentre essas ações, está a elaboração e consolidação dos projetos integradores, evidenciados pelos gestores e coordenadores das duas escolas, como sendo uma das estratégias de diálogo de maior relevância entre as disciplinas do ensino médio propedêutica com as disciplinas de formação profissional.

5ª Categoria: Percepção dos gestores em relação as práticas de gestão que estão relacionadas a implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

O desenho e organização da matriz curricular, condições físico-estruturais das unidades escolares para execução do previsto no currículo, clareza nos objetivos finais a serem atingidos, formato das estruturas organizacionais pedagógicas e administrativas da unidade, concepção dos espaços e do tempo de aprendizagem, perfil das turmas, participação dos educadores familiares, além, obviamente, do perfil dos docentes no tocante à formação inicial e à abertura para a formação em serviço/continuada, são pré-requisitos que devem ser considerados para a implementação do currículo do ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A inserção de conceitos como autonomia, descentralização, gestão democrática, administração, avaliação educacional, monitoramento e responsabilização do universo da gestão educacional redefiniu novos papéis e impôs aos gestores o aprendizado de novos

conhecimentos administrativos e pedagógicos e, conseqüentemente, a adoção de novas práticas. Ser um líder em uma instituição escolar, nesse contexto, exige que eles consigam fazer a articulação entre as ações administrativas e educacionais de forma a colaborar, através de suas práticas, para o resultado final: a educação de qualidade.

Diante dessa concepção, foram ouvidos, nessa categoria, os gestores sobre suas práticas que estão relacionadas a implementação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional, uma vez que essas práticas elencadas têm a liderança dos gestores. Os coordenadores são coparticipantes dessas ações no momento de sua construção e implementação.

O gestor da Escola A, relatou: “implementar o currículo do ensino médio integrado à educação profissional é uma proposta bastante desafiadora e requer do gestor conhecimentos e habilidades para, coletivamente, pensar na efetivação das práticas que venham impactar nos resultados finais. Para tanto, cito algumas que, de acordo com nossa avaliação, são práticas de integração curricular que têm feito a diferença nos resultados finais, tais como: realização do planejamento e do Projeto Político Pedagógico; a organização e o desenvolvimento do currículo; a organização e o desenvolvimento do ensino; as práticas de gestão técnico administrativas e pedagógico curriculares; a avaliação institucional e da aprendizagem. Além do planejamento das atividades complementares, como: Projeto Integrador, Projeto de Vida. Disciplinas Eletivas (escolhidas pelos alunos), Protagonismo, Formação Continuada para os professores em serviço, Monitoramento e adequação dos Planos de Cursos, Análises dos resultados bimestrais”.

Para o Gestor da escola B, as práticas mais significativas para a implementação do currículo integrado, na sua escola, são as seguintes: “realização de reuniões com os segmentos da escola para construção do Projeto Político Pedagógico, dos Planos de Cursos e do Regimento Escolar; realização de encontros com as famílias e estudantes com foco na questão da empregabilidade juvenil, tais como: palestras, seminários, grupos de debates, mesas redondas, oficinas, vivência do projeto integrador, feira de conhecimento, reuniões semestrais para apresentação do desempenho dos estudantes aos seus familiares/responsáveis com o objetivo de pontuar as melhorias necessárias e mobilizar o apoio familiar para acompanhamento dos resultados; realização de formações continuadas para o Coordenador Integração Escola X Empresa. Todas as áreas articulam-se entre si, formando um conjunto que tem como elemento aglutinador: o Projeto Político Pedagógico”.

Resumo da 5ª Categoria: Percepção dos gestores em relação as práticas de gestão que estão relacionadas a implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Nessa categoria, foi possível detectar que as práticas lideradas pelos gestores com vistas a implantação do currículo integrado, são eficientes e similares nas duas escolas. De fato, os dois gestores, exercem uma liderança pedagógica relacionada ao seu envolvimento em questões curriculares, metodológicas e aprendizagem dos estudantes. Ficou evidente, nessa categoria, que não se pode entender o currículo, enquanto espaço formativo, como apenas o rol de disciplinas que compõem a matriz curricular de cada curso. O trabalho de construção coletiva do PPP foi umas das práticas educativas evidenciadas pelos dois gestores. O PPP constitui um documento norteador do trabalho dos gestores que tem como foco a formação e a aprendizagem dos estudantes.

6ª Categoria: Compreensão dos gestores e coordenadores sobre o alinhamento do currículo e dos cursos técnicos para atender as demandas de trabalho da região.

Quando tratamos do currículo de uma escola de educação profissional deve-se ter claro quais os fundamentos político-econômicos orientam o mundo do trabalho para que se tenha clareza sobre que perfil de formação profissional a escola irá ofertar. O gestor como articulador desse processo, e líder na gestão da escola, deve promover essa discussão de forma a elucidar criticamente o contexto em que se insere a educação profissional.

Essa compreensão irá se refletir no currículo escolar, entendido como uma produção intencional. Definir o porquê de determinados conhecimentos estarem presentes na formação de um curso profissional, em detrimento de outros, não prescinde da reflexão sobre “para quê” e “para quem” essa formação se destina. Essa compreensão dá autonomia e legitimidade para as ações desenvolvidas na escola no que se refere ao alinhamento do currículo para atender as demandas de trabalho da região a qual a escola está inserida.

Para tanto, nessa categoria, foram questionados os gestores e os coordenadores das duas escolas em análise, sobre o alinhamento do currículo para atender a mão de obra ofertada pelo mercado de trabalho.

Nesse sentido, o gestor da Escola A, declarou: “os cursos ofertados pela escola se encontram em consonância com as oportunidades de empregos que surgem, sendo os

educandos direcionados para a ocupação dessas vagas. O currículo é alinhado para atender ao Arranjo Produtivo Local (APL)”.

O gestor da Escola B, relatou: “ o currículo é alinhado de acordo com os investimentos da região. Porém considero que a chegada de novos empreendimentos à cidade gerou a necessidade de que os cursos técnicos fossem repensados. Além disso, acho que a oferta por quatro anos dos mesmos cursos técnicos acaba por saturar o mercado.”

Para o C1 da Escola A: “o currículo foi ajustado acrescentando a parte de informática como uma das eletivas e a parceria com o NEO Jovem.

O C2 da Escola B respondeu: Os profissionais liberais que trabalham nas empresas da região são professores das disciplinas técnicas na escola. Esses profissionais trazem dados bastantes atualizados sobre o mercado de trabalho que são aproveitados e ajustados na sua disciplina de atuação dentro da escola”.

O Coordenador Empresa X Escola identificado como C3, da Escola A, ponderou: “faço uma pesquisa na região sobre os empreendimentos ofertados para saber se os cursos técnicos implementados na escola irão atender as exigências do mercado de trabalho. Feito isto, os planos de Cursos são alterados, com o intuito de atualizar as ementas das disciplinas disponibilizadas, visando atender as novas demandas de trabalho da região”.

Já para os Coordenadores: C4 ao C8 responderam: “o currículo é alinhado em parte, pois as demandas do mercado mudam e a escola permanece ofertando os mesmos cursos”.

O C9 fez a seguinte reflexão: “quando cheguei à escola o currículo já tinha sido alinhado. Como havia uma demanda no mercado de trabalho com tendência para a tecnologia controle de qualidade e certificação, houve a inserção dessas disciplinas nos Planos de Cursos”.

O C10, respondeu: ”Tivemos que fazer um alinhamento nos Planos de Curso acrescentando as disciplinas de Empreendedorismo, Direitos Humanos, além dos Projetos integradores”. “Todos os cursos técnicos implementados na escola, estão alinhados para atender as demandas do mercado de trabalho da região. Enquanto coordenador do curso de enfermagem, sempre procuro reunir os professores das disciplinas técnicas que estão sob a minha coordenação, para fazer os ajustes nos planos de Curso de forma que contemple a formação dos jovens, na sua área específica. Procuro trazer profissionais que atuam na área para ministrar palestras na escola sobre variados temas que estão em ascensão no mercado de trabalho” (C11).

O Coordenador de Curso “Meio Ambiente” codificado como C12, fez uma declaração interessante para justificar o alinhamento do curso com as demandas do

mercado de trabalho: “com uma das maiores biodiversidades do planeta e reservas hídricas que perfazem mais de 13% de toda a água doce disponível no mundo, o Brasil encontra-se no centro dos debates mundiais que buscam conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Nesse contexto, qualificar profissionais não só para auxiliar na fiscalização da lei ambiental, mas, também, para problematizar e discutir a questão ambiental é muito importante. Com isso, a exigência do cumprimento da legislação ambiental é cada dia mais exigida para todas as empresas em todo o Brasil. É aí que deve haver a preocupação da escola com a formação dos estudantes como técnico em meio ambiente, que atua tanto na coleta de dados para a formação de estudos de impacto ambiental quanto na elaboração de projetos de educação ambiental e no cumprimento da legislação ambiental vigente, logo, o currículo do curso de Meio Ambiente encontra-se alinhado as demandas do mercado”.

Os Coordenadores: C22, C23, C24 e C25 responderam: “os cursos técnicos estão alinhados às demandas do mercado de trabalho porque há uma pesquisa prévia na região sobre os empreendimentos que estão sendo implantados para que possamos ajustar o currículo de acordo com a área de atuação de cada curso, considerando o catálogo nacional de cursos técnicos”.

Para o C15; “é realizada uma reunião com os professores, da área técnica dos cursos, para o repasse das práticas que estão em evidência no mercado de trabalho e, assim, são discutidas com os professores das disciplinas técnicas a fim de alinharmos os planos de curso. Esse alinhamento é feito com substituições de conteúdos e programas como na reformulação da ementa”.

Ainda, nessa categoria, 8 (oito) coordenadores participantes relataram que os cursos, os quais coordenam, estão alinhados às demandas do mercado de trabalho da região.

Resumo da 6ª categoria: Compreensão dos gestores e coordenadores sobre o alinhamento do currículo e dos cursos técnicos para atender as demandas de trabalho da região.

Ficou provado, pelo relato dos gestores e dos coordenadores, que os cursos técnicos estão alinhados às demandas do mercado de trabalho da região. Segundo os participantes, antes dos cursos técnicos serem implantados na escola, existe uma pesquisa prévia dos empreendimentos da região para que o currículo seja ajustado de modo que venha atender

a mão de obra qualificada de acordo com as demandas do mercado de trabalho. Porém, houve uma discordância, em parte, de 4 (quatro) coordenadores da Escola A, pois consideram que, a chegada de novos empreendimentos no município, gerou a necessidade de que alguns cursos técnicos fossem repensados. Além disso, segundo eles, a oferta por quatro anos dos mesmos cursos técnicos acaba por saturar o mercado.

Nessa categoria, ficou evidente, pela fala da maioria dos participantes, que o currículo e os planos de cursos são alinhados considerando as oportunidades de emprego que surgem na região, em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

7ª Categoria: Como a Unidade Escolar tem trabalhado com as turmas do Ensino Médio Integrado o viés da Formação para o mundo do trabalho.

O gestor escolar é o centro de poder na instituição cabendo a ele todas as decisões e responsabilidades sobre o seu funcionamento. Assim sendo, nessa categoria, priorizamos a escuta dos gestores das duas Escolas Técnicas, em análise.

Na percepção do G1, da Escola A: “são realizadas várias ações para trabalhar com as turmas do Ensino Médio Integrado o viés da formação para o mundo do trabalho, dentre as quais destacamos: a composição do projeto integrador que resulta na realização da Mostra Técnica, com a socialização de projetos voltados a qualificação profissional na área de atuação futura de estudante. Ainda outras ações ocorrem, tais como: oficinas, visitas técnicas, estágios e monitoria, palestras, com destaque especial a promoção de Programa NEO Jovem, que busca fomentar a cultura da trabalhabilidade entre os estudantes.

Para o Gestor da Escola B, apresentou o seguinte: “a escola estabelece parcerias com as universidades; Sistema “S”; visitas técnicas às empresas; a participação em palestras e eventos externos ligados a temática do empreendedorismo, do desenvolvimento profissional e da carreira; realização de eventos internos, tais como Feiras de Empreendedorismo, feiras de Ciência e Tecnologia etc.

Resumindo as falas dos entrevistados, em relação a essa categoria, ficou evidente que essas ações, lideradas pelos gestores, convergem para o enfrentamento dos inúmeros desafios do trabalho com a modalidade de Educação Profissional, particularmente a forma de oferta do ensino médio integrado.

8ª Categoria: Percepção dos gestores e coordenadores acerca da relevância da proposta de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco e os seus avanços;

Para o Gestor da Escola A, respondeu o seguinte (G1); “sem dúvida, o condicionamento de contextualizar e associar a prática pedagógica em disciplinas da base comum e técnica, contribui efetivamente para a qualificação profissional do estudante. Outro ponto forte, é a existência de atividades práticas assim como a construção dos projetos integradores. Como gestor, percebo que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional tem avançado em Pernambuco. Os resultados vem sendo bastante otimistas. Porém, sinto falta de um maior investimento para construirmos uma rede mais robusta e sólida frente as demais instituições que ofertam a educação profissional nesse tipo de oferta no país”.

O Gestor da escola B, declarou: “acho muito significativa a proposta de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, de vez que oportuniza ao estudante a possibilidade de preparação para o mundo do trabalho e também acadêmico. Outro fator relevante da proposta integradora é a de que o aluno, ao concluir o Ensino Médio, recebe a certificação do ensino médio e também de um curso técnico, de acordo com sua escolha. O ensino profissional integrado, tem avançado em Pernambuco, não só pelo número de escolas construídas em todo o estado, contemplando todos os municípios, bem como, a diversificação de cursos ofertados por cada ETE. O estudante tem a opção de escolha do curso que melhor se identifica com a sua profissão.

O C1 respondeu o seguinte: “Acho muito relevante essa proposta de integração do ensino médio com a educação profissional. Vejo que Pernambuco tem dado muita ênfase a essa modalidade de ensino com a implementação de várias escolas técnicas espalhadas na maioria dos municípios Pernambucanos. Considero como um dos avanços dessa proposta de integração, a liberdade que os estudantes têm de escolher o curso que melhor se identifica com a sua possível profissão”.

Os coordenadores: C2 ao C18 tiveram o mesmo entendimento: “o que acho de mais relevante nessa proposta é a integração das disciplinas técnicas com as disciplinas da base comum”.

Para o C19: “considero como relevante nessa proposta, o tempo que o aluno permanece na escola (tempo integral). Outro ponto relevante nessa proposta, é a

implantação dos cursos técnicos de acordo com o arranjo produtivo da região na qual a escola está inserida”.

De acordo com o C20: “vejo como relevante nessa proposta, a profissionalização e o amadurecimento dos adolescentes, preparando-os, de maneira mais eficaz, para o mercado competitivo do trabalho”.

Dando continuidade à entrevista com os coordenadores, o C21 respondeu: “o que acho de mais relevante nessa proposta é a formação integral dos adolescentes, ofertando a eles uma visão antecipada sobre o mercado de trabalho e sua formação na área profissional. O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, oportuniza aos estudantes a fazer suas escolhas para seguir no mercado de trabalho ou no mundo acadêmico”.

A relevância principal dessa proposta, para o C22 é: “a oportunidade que os estudantes têm de ingressar na vida acadêmica e, também, adquirir conhecimentos para inserção produtiva no mercado de trabalho”. O C25 teve a mesma compreensão do C22 e acrescentou: “houve um avanço muito grande em relação às Políticas Públicas direcionadas para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Inclusive, o aumento do número de escolas técnicas no estado. Porém, na minha opinião, falta investimentos, por parte dos governantes, em relação a disponibilização de recursos para aquisição e manutenção dos equipamentos necessários ao desenvolvimento e implementação das nossas práticas”.

O C23 ponderou: “acho muito importante essa integração curricular. Mas, a rotatividade dos professores, das disciplinas técnicas, atrapalham as práticas em andamento”.

Por fim, o C24, teve a seguinte percepção: “os arranjos produtivos da região. nos faz refletir sobre nossas práticas no sentido de preparar os estudantes para enfrentar o mercado de trabalho com competência. A proposta do ensino médio integrado à educação profissional. é oportuna porque favorece aos estudantes a escolha de seguir no mercado de trabalho ou no mundo acadêmico”.

Resumo da 8ª Categoria: Percepção dos gestores e coordenadores acerca da relevância da proposta de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco e os seus avanços.

Apesar de, a maioria dos participantes, perceberem a importância da proposta de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Estado de Pernambuco e os seus avanços, um pequeno grupo de entrevistados, acha importante essa proposta de integração curricular porém faz algumas ressalvas que foram elencadas a seguir:

Falta de um maior investimento para construção de uma rede mais robusta e sólida frente as demais instituições que ofertam a educação profissional nesse tipo de oferta no país; falta investimentos, por parte dos governantes, em relação a disponibilização de recursos para aquisição e manutenção dos equipamentos necessários ao desenvolvimento e implementação das práticas; a rotatividade dos professores, das disciplinas técnicas, atrapalham as práticas em andamento.

Os relatos apresentados, ratificam a relevância da Proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional como Política Pública implementada nas escolas técnicas estaduais de Pernambuco.

9ª Categoria: Dificuldades encontradas pelos gestores e coordenadores em relação a implementação do Ensino Médio Integrado na sua escola.

Nessa categoria, gestores e coordenadores foram levados a refletir sobre as principais dificuldades identificadas para implementação do ensino médio integrado na unidade escolar.

Como durante a pesquisa, as dificuldades citadas foram comuns entre os vinte e sete participantes, apenas destacamos, nessa categoria, os pontos mais citados:

“Infraestrutura física; ausência de laboratórios específicos equipados e adequados; insuficiência de recursos financeiros; falta de um sistema de gestão corporativo para cadastramento das empresas e vagas existentes para inserção dos estudantes matriculados e egressos das ETEs no mercado de trabalho do município e da região onde as escolas estão localizadas; a escassez de momentos para planejamento conjunto entre os profissionais que lecionam as disciplinas de formação profissional e os das propedêuticas, tendo em vista que os professores efetivos estão em horário integral, mas os contratados assumem cargas horárias mensais que variam entre 50h e 200h; número excessivo de disciplinas da matriz curricular”.

Um ponto relatado pelos dois gestores que merece uma atenção especial por parte dos que estão à frente da Educação Profissional, foi a falta de formação pedagógica dos

profissionais que coordenam os cursos técnicos e lecionam as disciplinas de formação profissional.

Diante do que foi constatado pela fala dos participantes, chegamos a uma conclusão de que não há como manter uma rede de escolas estaduais ofertantes de cursos técnicos reconhecidamente de qualidade sem que os responsáveis pelo desenho da política pública revisitem questões como manutenção da infraestrutura das unidades escolares, modernização dos laboratórios, formação de professores, aquisição de materiais, quadro de pessoal, disponibilização de recursos financeiros e formas de financiamento.

10ª Categoria: Sugestões dos participantes para melhoria do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na sua escola e no Estado de Pernambuco.

Fechando o ciclo de perguntas com Gestores e Coordenadores, foi realizada uma coleta das sugestões, objetivando o fortalecimento e melhoria da rede estadual de Educação Profissional:

O G1, da Escola A, Propôs o seguinte: "deve existir uma melhor padronização tecnológica das ações e demandas, através de guias e manuais; disponibilização de livros didáticos para os componentes curriculares da base técnica; revitalização dos laboratórios técnicos; melhoria da infraestrutura predial; mais ênfase e frequência nas formações específicas para os professores discutirem e se apropriarem da especificidade do ensino médio integrado".

O G2, da Escola B, sugeriu: A SEEP deve promover, semestralmente, seminários de profissões firmando parcerias com empresas conveniadas ou convidadas; promover parcerias com empresas ou instituições para estágio curricular". Já o C1, C17, C8, C21, C12, C18, C14 e C11, sugeriram: " investir na infraestrutura das escolas". Para o C1 e C2 das Escola A e B responderam: "deve haver maior interação dos Coordenadores de Curso com os Coordenadores Pedagógicos e Professores que lecionam as disciplinas da Base Comum. Vejo que os Coordenadores de Curso não se sentem pertencentes à escola". O C3, sugeriu o seguinte: " A Secretaria de Educação deve investir em formações para os profissionais que atuam nos cursos técnicos para que os mesmos possam adquirir conhecimentos pedagógicos a fim de que haja a compreensão da integração curricular. Essas formações devem acontecer na entrada inicial dos profissionais na Instituição de Ensino. Esses assuntos de cunho pedagógico não são abordados em nossa vida acadêmica".

O C4 e o C6, responderam: Deve haver a inclusão do Curso Técnico em Segurança do Trabalho no Ensino Médio Integrado”.

Os Coordenadores C27, C7, C11, C20 e C10, tiveram as mesmas sugestões: “atualização periódica dos Planos de Cursos deve ser uma prática a ser utilizada pelos gestores das escolas técnicas, junto aos Coordenadores de Cursos. O Currículo deve ser atualizado para que venha atender a rotatividade da demanda do mercado de trabalho da região”.

O C13, sugeriu: ”acho que deve haver a liberação de mais recursos financeiros para que, efetivamente, as escolas técnicas possam investir na implementação dos projetos integradores, qualificando melhor os estudantes para atuarem no mercado de trabalho e na vida acadêmica”.

O C5 e o C9 tiveram a seguinte sugestão: “é de extrema importância que durante a implementação do currículo do ensino médio integrado, as escolas técnicas criem um vínculo direto dos estudantes com as empresas para realização de estágios e, com isso, adquiram conhecimentos para a sua vida profissional”.

O C15 teve a seguinte sugestão: “A Secretaria Executiva de Educação Profissional deveria proporcionar intercâmbio entre as escolas técnicas de Pernambuco que ofertam os cursos técnicos semelhantes para socialização das experiências exitosas”.

Segundo o C19: “sinto falta de reuniões sistemáticas com a participação dos professores da base comum e os professores das disciplinas técnicas, juntamente com os coordenadores, para que haja uma maior integração entre os profissionais que atuam na escola”.

Para o C22: “A escola deve criar mecanismos para execução dos serviços de manutenção dos equipamentos para melhor desempenho das aulas práticas”.

O C23, C25 e C26” Têm sugestões em comum: “ maior investimento na infraestrutura das escolas”.

As sugestões relatadas pelos participantes são relevantes e podem contribuir significativamente para o processo de aperfeiçoamento e consolidação da Política Pública para o Ensino Médio integrado à Educação Profissional no estado de Pernambuco.

CONCLUSÕES

Os capítulos aqui reunidos buscaram, conjuntamente, relatar as conclusões sobre a temática: *O Ensino Médio Integrado à educação Profissional nas Escolas Técnicas do Estado de Pernambuco: as práticas de gestão aliadas à efetivação do currículo.*

Considerando à multiplicidade de possibilidades de abordagem da temática escolhida, as pesquisas foram direcionadas a fim de investigar como as práticas de gestão influenciam a implementação do currículo proposto para o ensino médio integrado em duas Escolas Técnicas Estaduais localizadas no município do Recife, Pernambuco. Nesse percurso, a análise mais abrangente da política pública, a partir da ótica dos implementadores nessas instituições, foi condição primordial para chegar ao debate sobre as experiências do trabalho com as turmas do ensino médio integrado à Educação Profissional.

De acordo com o estudo realizado, constatou-se que a partir do decreto 5.054/2004, a possibilidade, novamente, da articulação entre a última etapa da educação básica à formação para o mundo do trabalho vem impondo às redes de ensino ofertantes da Educação Profissional a superação do desafio de avançar para efetiva prática da integração curricular. Formatar Planos de Ação e Matriz Curricular que, atrelada a mudanças nas práticas pedagógicas dos docentes, consigam caminhar no sentido da superação da dualidade entre ensino médio e Educação Profissional, é um desafio para os sistemas de ensino que aderiram à proposta do ensino médio integrado.

Em Pernambuco, o estudo revelou que a implementação da política pública vem ocorrendo de maneira substancial, com o aumento progressivo das unidades escolares ofertantes do ensino médio integrado em horário integral.

A possibilidade de observação do contexto escolar e o diálogo através da pesquisa com uma pequena amostra dos implementadores da Política Pública de Educação Profissional de Pernambuco – gestores e coordenadores - nas Escolas Técnicas Estaduais, foi de fundamental importância para que se pudesse constatar a influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco. Nesse sentido, foi observado que existe uma complexidade do trabalho com o Ensino Médio Integrado e dos inúmeros desafios enfrentados pelos gestores e coordenadores que perpassam pelas questões estruturais,

administrativas, financeiras e pedagógicas o que dificultam a consolidação do currículo integrado.

Constatou-se que o trabalho do gestor no cotidiano das Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco, revela que, diferentemente de uma unidade escolar que oferece o ensino médio regular, que executa o mesmo currículo em todas as turmas de uma determinada série, a oferta do ensino médio integrado à Educação Profissional exige uma atenção diferenciada para as particularidades do currículo de cada curso técnico oferecido pela instituição e que deve ser observado os arranjos produtivos da região.

Entretanto, as duas escolas analisadas, buscam construir um currículo integrado procurando promover a interdisciplinaridade, respaldada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Outro fator importante observado, no decorrer dessa pesquisa, foi o de que a Política Pública implementada nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco, tem contribuído para formação dos indivíduos no atendimento aos seus projetos de vida, preparando para a vida acadêmica e para atuação no mercado de trabalho. Vale destacar que, com a implantação das escolas técnicas em cada município do estado de Pernambuco, tem facilitado o acesso dos estudantes que almejam uma profissionalização sem ter que se deslocar de suas cidades para a Capital, Recife, em busca dos cursos técnicos que venham atender as suas escolhas.

Por conseguinte, as práticas de gestão aliadas à efetivação do currículo exige uma proposta curricular ancorada nos princípios do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia envolvendo processos educacionais complexos que estão além da prescrição de um conjunto de conteúdos a serem vivenciados e tem impacto direto na forma como, efetivamente, em sala de aula, poderá ocorrer a interligação, indissociável, entre teoria e prática.

Um dos entraves do processo de implementação do currículo do ensino médio integrado, segundo os gestores das ETEs analisadas, diz respeito à falta de formação pedagógica dos profissionais que coordenam os cursos técnicos e lecionam as disciplinas de formação profissional. Assim, referente ao **objetivo 1 que tratou de verificar a formação acadêmica dos gestores e coordenadores atuantes nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco**, através da pesquisa, verificou-se que os gestores e os Coordenadores Pedagógicos possuem Cursos de Licenciaturas e Pós Graduação na área de educação, o que facilita a compreensão do currículo integrado. Já os Coordenadores de Curso e os de integração empresa-escola são profissionais liberais com formações variadas

e, como demonstrado pelos resultados da pesquisa, sem experiência com o trabalho da escola. As particularidades do trabalho com a Educação Profissional, especialmente com o Ensino Médio integrado, exige uma formação mais específica que permanentemente conduza à prática da ação – reflexão – ação.

Concluimos que o processo de implementação do ensino médio integrado à educação profissional é desafiador e requer do gestor o aprendizado de novos conhecimentos administrativos e pedagógicos e, conseqüentemente, a adoção de novas práticas. Respondendo as constatações sobre o **objetivo 2 que foi o de descrever o processo de implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**, destacamos que o currículo implementado nas duas escolas pesquisadas, perpassa pela observação dos arranjos produtivos da região onde a escola está localizada, de modo que a escolha dos cursos técnicos venha atender aos interesses dos estudantes com vistas a construção do conhecimento prático que o futuro trabalhador precisará para atuar no mercado de trabalho. Outro fator observado no processo de implementação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional, foi a inserção do componente curricular: Projeto Integrador (PI) nas matrizes curriculares como forma de aproximar os componentes curriculares, para efetiva prática da integração curricular. Os gestores e suas equipes tiveram o cuidado de se respaldarem em documentos oficiais para implementação do currículo como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível Médio, o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, os PPPs e Planos de Curso. A observação tanto dos PPPs quanto dos Planos de Curso revelam tópicos que tratam da concepção do currículo, da relação teoria e prática, da interdisciplinaridade, da avaliação da aprendizagem, dentre outros.

Entretanto, para efetiva implementação do currículo integrado, necessita de ações pedagógicas e/ou procedimentos adotados como rotina, com vistas à comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional. Já respondendo ao **objetivo 3, que trata de verificar a influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o ensino médio integrado à Educação Profissional**, verificou-se que as práticas de gestão adotadas nas duas escolas técnicas, têm como objetivo integrar os professores das disciplinas propedêuticas com os profissionais atuantes nos cursos técnicos. Porém, ficou evidente, pelas falas dos participantes, principalmente dos gestores, que há uma dificuldade muito grande em efetivar essa integração devido à falta de formação pedagógica dos profissionais que coordenam os cursos técnicos e lecionam as disciplinas de formação profissional. A discrepância de carga horária dos profissionais da

área técnica, que varia de 50h\,a, a 200h\,a é outro fator que dificulta a execução das práticas adotadas na execução do currículo, tendo em vista a indisponibilidade de horário desses profissionais (profissionais liberais) para participarem das reuniões de planejamento das ações, atualização dos Planos de Curso, construção do Projeto Político Pedagógico, etc.

A relevância das práticas de gestão adotadas pelas duas escolas, como exemplo: reuniões para alinhamento dos Planos de Curso; construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP); reuniões para planejamento das ações; planejamento das atividades complementares, como: Projeto Integrador (PI), Projeto de Vida. Disciplinas Eletivas (escolhidas pelos alunos), Protagonismo, Formação Continuada para os professores em serviço, Monitoramento e adequação dos Planos de Cursos, Análises dos resultados bimestrais, entre outras, são práticas de gestão relevantes para execução de um currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, observadas nas escolas analisadas.

Outro ponto importante, observado nesse estudo, foi o crescimento econômico no estado de Pernambuco com a instalação de várias empresas dos segmentos naval, automobilístico, farmacêutico, entre outros, forçando o governo do estado investir na ampliação de escolas técnicas estaduais na perspectiva de preparar os jovens com a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, para atender as exigências do mercado de trabalho, com a formação de mão de obra qualificada de acordo com a vocação econômica da região. Nesse sentido, respondendo ao **objetivo 4 que foi o de identificar os avanços do processo de consolidação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco**, foi identificado, no decorrer da pesquisa, que o ensino profissional integrado, tem avançado em Pernambuco, não só pelo número de escolas técnicas construídas em todo o estado, contemplando todos os municípios, bem como, a diversificação de cursos ofertados por cada ETE, beneficiando mais de trinta mil estudantes. Ao ingressar nas ETEs, o estudante tem a opção de escolha do curso que melhor se identifica com a sua profissão. Foi identificado também, que as práticas de gestão aplicadas no processo de consolidação do currículo, estão baseadas na construção coletiva, promovendo a interdisciplinaridade, integrando os valores e a missão da rede a qual está vinculada, contextualizando e problematizando os conteúdos e desenvolvendo ações que promovem a inclusão física, emocional, social e cognitiva dos sujeitos. Os Projetos Políticos Pedagógicos observados nas duas escolas são semelhantes, divergindo suas matrizes curriculares apenas com relação às disciplinas da formação profissional.

Diante dos resultados apresentados e discutidos nessa investigação, é possível inferir, portanto, que as práticas de gestão implementadas nas escolas técnicas analisadas estão contribuindo para efetivação do currículo do ensino médio integrado à educação profissional.

Contudo, a falta de recursos financeiros, laboratórios precários, estrutura física das escolas, falta de formação continuadas para os coordenadores de cursos, são alguns dos obstáculos encontrados pelos gestores e coordenadores no tocante a efetivação das práticas de gestão para efetivação e consolidação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em Pernambuco.

Esse estudo seguiu as normas necessárias para que as conclusões fossem realizadas baseadas em dados confiáveis e fidedignos. Foram utilizadas técnicas condizentes com o método do estudo em que possibilitou responder aos objetivos dessa investigação. Contudo, esse trabalho de investigação colaborou para que se levantassem outras hipóteses, a partir das hipóteses iniciais. Por isso, é imprescindível que se realize outros estudos relacionados a essa mesma temática, a fim de aprimorar os conhecimentos e alcançar respostas para novas perguntas de pesquisas.

RECOMENDAÇÕES

Após a conclusão dessa pesquisa, propomos algumas sugestões que estão embasadas na opinião dos participantes e, portanto, contribuirão para superação de alguns desafios identificados durante a realização desta pesquisa e, também, fomentar futuros estudos mais aprofundados sobre os temas aqui abordados:

- Celebração de convênios entre Secretaria Estadual de Educação e instituições de ensino superior para o oferecimento de Cursos de Pós-graduação *latu sensu*, à distância, aos profissionais liberais que atuam como Coordenadores de Curso e professores das áreas técnicas nas escolas;
- Prever no edital de seleção dos coordenadores e professores a obrigatoriedade de participação após contratação, nos cursos oferecidos pela Secretaria de Educação de Pernambuco para o entendimento da Política pública adotada nas Escolas Técnicas que ofertam o ensino médio integrado;
- Revisão do formato de contratação e do vínculo empregatício dos profissionais temporários, que só podem ter seus contratos renovados

durante, no máximo, seis anos, sendo obrigados pela lei a se desligarem, passado esse período;

- Criação de uma equipe na Secretaria Executiva de Educação Profissional específica para o trabalho de acompanhamento da implementação do ensino médio integrado, que atue no apoio à gestão para superação dos desafios que surgem nesse processo;
- Cursos de formação exclusivo para a equipe gestora, Coordenadores de Curso, Coordenadores de integração empresa-escola e outros membros da gestão das Escolas Técnicas Estaduais;
- Reestruturação curricular dos cursos técnicos com a participação dos profissionais das áreas específicas;
- Manutenção da infraestrutura física das escolas, bem como reposição dos equipamentos de modo a facilitar às aulas práticas;
- Reestruturação dos laboratórios com a aquisição de novos equipamentos;
- Disponibilização de recursos financeiros por parte da Secretaria de Educação e do Ministério da Educação para aquisição de materiais de custeio e de capital para implementação das ações do currículo integrado;
- Realização de Teleconferências como relevante recurso para a comunicação com as Escolas Técnicas Estaduais;
- Encontro bimestral entre a equipe gestora e os professores efetivos e contratados sobre a temática desta análise;
- Socialização das experiências exitosas entre as Escolas Técnicas Estaduais como forma de fortalecer as práticas de gestão;
- Realização de eventos internos tais como: Feira de Empreendedorismo, Feira de Ciência e Tecnologia como estratégia de aproximar as disciplinas dos cursos técnicos com as disciplinas da base comum.

REFERÊNCIAS

- Almeida, F.J.; Almeida, M.E.BB. (2006). *Liderança, Gestão e Tecnologia: para a melhoria da educação no Brasil*. São Paulo: Parceria PUC-SP Microsoft. Versão online. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>.
- Azevedo, J.M.L. (2004). *A educação como política pública. Polêmicas do nosso tempo*. São Paulo: Autores Associados.
- Bento, C.M. (1971). *As batalhas dos Guararapes. Descrição e análise militar*. Recife: Editora Universitária.
- Brandalise, M.A.T. (2007). *Currículo e práticas pedagógicas*. Ponta Grossa: Editora UEPG.
- Brasil.(2018). *Documento: Por todos pela educação*. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares-/> acesso em: 11 de jun.2018
- Brasil / MEC / SETEC. (1996). *Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (1998). *Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CEB nº 15/98. Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (1988a). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro. Contém as emendas constitucionais posteriores*. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2018.

- Brasil / MEC / SETEC. (1999). *Parecer CNE -CEB nº 16/99- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, item 4 - Educação Profissional na nova LDB*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 maio 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (1999a). *Resolução CNE/CEB nº 04/99, de 5 de outubro. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional do Nível Técnico*. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 agosto 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2000). *Parecer CNE/CEB nº 11/00, de 10 de maio. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2001). *Lei no 10.172, de 9 de janeiro*. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em 05 de outubro de 2019.
- Brasil / MEC / SETEC. (2003). *Parecer CNE/CEB nº 35/03. Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio*. Disponível em: Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2004). *Parecer CNE/CEB Nº 39/04. Aplicação do Decreto nº 5.154/04 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio*. Disponível em: <<http://www.idep.ac.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2004a). *Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de junho. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e*

para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:

<<http://www.idep.ac.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Brasil / MEC / SETEC. (2004b). *Ministério da Educação. Decreto nº 5.154, de 23 de julho. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.* Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>.

Acesso em: 18 set. 2018.

Brasil / MEC / SETEC. (2005). *Congresso Nacional. Decreto nº 5.478 de 24 de junho.*

Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

Brasil / MEC / SETEC. (2005a). *Resolução CES/CNE 4/05, publicada no DOU 19/07/*

Seção 1, p. 26. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf>. Acesso em: out. 2018.

Brasil / MEC / SETEC. (2005b). *Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de fevereiro -Atualiza as*

Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/04. Disponível em: Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf>. Acesso em: out. 2018.

Brasil / MEC / SETEC. (2006). *Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?*. Brasília: MEC. Disponível em: Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf>. Acesso em: out. 2018.

- Brasil / MEC / SETEC. (2006a). *Ministério da Educação e Cultura. Parecer CNE/CEB nº 38, de 7 de julho. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb_038_06.pdf>. Acesso em: nov. 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2006b). *Parecer CNE/CEB nº 04/06-Consulta sobre interpretação correta das alterações promovidas na Lei nº 9.394/96 pelas recentes Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/06*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb_038_06.pdf>. Acesso em: nov. 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2006c). *Congresso Nacional. Decreto nº 5.840. 13 de julho*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb_038_06.pdf>. Acesso em: dez. 2018.
- Brasil / MEC / SETEC. (2007). *Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio. Documento Base*. Brasília/ DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb_038_06.pdf>. Acesso em: dez. 2018.
- Campoy. A. T. J. C. (2005). *Metodología de Investigación Sociolingüística*. Granada: Editorial Comares. Cap.12, p, 04-19.
- Campoy. A. T. J. C. (2016). *Metodología de la Investigación científica: Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Ed. Marben.
- Campoy. A. T. J. C. (2018). *Metodología de la Investigación científica: Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Ed. Marben.

- Canali, H. B. (2013) *A trajetória da Educação Profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à Educação Profissional*. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/simposionete_old2/sites/default/files/CANALI_Heloisa.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- CEPLAN. *Consultoria econômica e de planejamento*. (n.d.). Disponível em: <<http://www.ceplanconsult.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- Ciavatta, M., Frigotto, G., & Ramos, M. N. (2010). *Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições*. 2. Ed. São Paulo: Editora Cortez.
- CONDEPE/FIDEM. (n.d.). *Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. PIB de Pernambuco apresenta crescimento superior ao do Brasil*. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-Fidem/exibir_noticia?grouId=19941&articleId=6123647&templateId=82535>. Acesso em: 28 maio 2018.
- Conselho Nacional de Educação. (2005). *Parecer CNE/CEB n.º 20/05 – Homologado. Aprovado em 15 de setembro de 2005. Dispõe sobre: Inclusão da Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto n.º 5.478/2005, como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 10 de janeiro 2018.
- Conselho Nacional de Educação. (1998). *Parecer CNE/CEB N.º 15/98. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, 1 de junho.
- Conselho Nacional de Educação (1998a). *Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago.*

Costa, A.C.G., & Alfredo, G. (2010) *Programa de Educação Integral*. Belo Horizonte: Módus Faciendi.

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Cunha, L.A. (2000). *Breve histórico da formação profissional no Brasil*. São Paulo: CENAFOR.

Cury, C.R.J. (2017) *A educação básica no Brasil*. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

Dutra, P.F.V.(2014). *Educação Integral no Estado de Pernambuco: uma política pública de ensino médio*. Recife: Editora UFPE.

Fagundes, H.M.(2009). Avaliação de Programas e Políticas Públicas. *Revista Texto & Contexto*. Porto Alegre, v.8, n.1, jan-jun. Disponível em:
https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrJ6y.1yBBeRRsAMArz6Qt.;_ylu=X3oDMTBybGY3bmvbG8DYmYxBHBvcwMyBHZ0aWQDBHNIYwNzcg--/RV=2/RE=1578187061/RO=10/RU=http%3a%2f%2frevistaseletronicas.pucrs.br%2fojs%2findex.php%2ffass%2farticle%2fview%2f5676/RK=2/RS=JBVbugGr7VvkaVaTgNSNM3J1i00-

Feldmann, M.G. (2009) *Formação de professores e escola na contemporaneidade*. São Paulo: SENAC.

Ferraço, C.E. (2006) Possibilidades para entender o currículo escolar. *Pátio Revista Pedagógica*, ano X, n. 37. Porto Alegre, RS: Artmed.

Fonseca, C.S. (1961). *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Massangana.

Fonseca, J. J. S.(2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

Freire, P. (2008). *Educação Como Prática da Liberdade*. 31. ED. São Paulo: Paz e Terra.

- Frigotto, G., & Ciavatta, M.N. R. (2010). *Ensino Médio Integrado: Concepções e Contradições*. 2. Ed. São Paulo: Cortez.
- Garcia, N.M.D., & Lima, F. D.L.(2018). *Politécnica ou Educação Tecnológica: desafios ao ensino médio e à educação profissional*. 27ª Reunião Anual da ANPED. Disponível em: http://www.anped.org.br/reuniões/27diversos/te_domingos_leite.pdf, e acesso em 15 de julho de 2018.
- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São paulo, SP , Brasil: Atlas. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf
- Gil, A.C. (2007) *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A.C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, E. G. M. (2009). *Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais*. Tese de doutorado. Fundação Getúlio Vargas-EAESP. Disponível: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/eppgg/producaoacademica/tese_eduardogranha.pdf. Acesso em 08-04-2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo Demográfico*. Disponível em: www.ibge.gov.br/ acesso em: 12 de abril 2018.
- Kuenzer, A. (org.). (2007). *Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 5ª ed., São Paulo: Cortez.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 7.ed., São Paulo: Atlas.

Libâneo, J.C. (2013). *Organização e Gestão da Escola Teoria e Prática*. São Paulo:

Heccus.

Lima, I. A. (2009). *TEAR – Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: gestão e resultados*. Recife: Livro Rápido.

Lima, J.P.R., Sicsú, A.B., & Padilha, M.F.F.G. (2007). *Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado*.

Revista Econômica do Nordeste, v. 38, pp. 525-541. Disponível em:

www.unicap.br/real/artigos/Texto7ProfAbraham.pdf.

Lucchese, P. D.(2018). *Introdução: Políticas em Saúde*. Disponível em

em:<<http://www.ppge.ufrgs.br> br.> Acesso em: 92 dez. 2018.

Luck, H. (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo.

Disponível em: [http:](http://www.fundacoes.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf)

[//www.fundacoes.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf](http://www.fundacoes.org.br/uploads/estudos/gestao_escolar/dimensoes_livro.pdf). _aces
so em: 20.01.2018.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1992). *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. -
São Paulo: Atlas.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. -
São Paulo: Atlas.

Manfredi, S.M. (2002). *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Moll, J.(2010). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo*. Porto
Alegre: Artmed.

Niskier, A. (1995). *Educação Brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. 2. Ed. Rio de
Janeiro: Consultor.

Nosella, P.A. (1998).

(org.). *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Perez, J. R. R.(2010). *Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?* Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/07.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

Pernambuco. (2003). *Decreto nº 25.389, de 14 de abril. Regulamenta o Programa de Centros Tecnológicos de Educação Profissional, e dá outras providências*.

Disponível em:

<http://200.238.107.83/c/document_library/get_file?uuid=9547f33f-d34f-4f09-a5d4-5b2083ef478c&groupId=51744>. Acesso em: 07 de jan. 2018.

Pernambuco. (2008). *Secretaria de Educação de Pernambuco. Plano de ação da educação profissional 2007/2008. Anuário Estatístico de Pernambuco*. Disponível em:

<<http://www.anuario.pe.gov.br/>>. Acesso em: 12 de set. 2018.

Pernambuco. (2008b). *Lei Complementar nº 125, de 10 de julho. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras Providências*. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTTOATUALIZADO>.

Acesso em: 12 de fev. 2019.

Pernambuco. (2009). *Decreto nº 33.989, de 02 de outubro. Cria-se o cargo de Secretário Executivo de Educação Profissional, e o cargo de Gerente Geral de Educação Profissional*. Diário Oficial de Pernambuco, 03 de outubro.

http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/PauloDutra_GT2_integral.pdf.

- Pernambuco. (2009b). *Lei nº 13.968, de 15 de dezembro. Modifica a denominação e a competência dos órgãos e entidades do Poder Executivo que indica; altera a Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, e as Leis nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007, e nº 13.694, de 18 de dezembro de 2008.* Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/Lei%2013.968%20de%2009;141010;20100609.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2018.
- Pernambuco. (2010). *Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco (SEEP). Coleta In loco.* Recife. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/>.
- Pernambuco. (2010b). *Decreto nº 35.284, de 06 de julho. Altera-se a vinculação da unidade técnica de coordenação do Programa de Educação Integral, no âmbito da Secretaria de Educação. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 07 de julho de 2010.* Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>.
- Pernambuco. (2011). *Programa Pacto Pela Educação.* Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/educar/upload/galeria/689/Site%20PPE%20%20Banco%20Mundial.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2019.
- Pernambuco. (2012). *Secretaria Estadual de Educação. Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: Módulo X – Competências e gestão de pessoas.* Disponível em: <http://www.pe.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 22 de maio de 2019.
- Pernambuco. (2012a). *Decreto Nº 38.103, de 25 de abril. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, PE, 26 de abr.2012. P.4. Regulamenta os critérios e procedimentos para a realização de processo seleção para a função de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.google.com/search?q=Decreto+38.13+de+25+de+abril+de+2012+Pernambuco&oq=Decreto+38.13+de+25> Acesso em 17 de maio de 2019.

Pernambuco. (2013). Decreto n. 39.336, de 25 de abril. Estabelece o Valor Público como objetivo dos Programas de Estado, fixa diretrizes para a Gestão por Resultados, e estabelece a execução dos Pactos de Resultados no âmbito do Poder Executivo Estadual. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 26 de abril*. Ano XC, n.77, p.6. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=6&numero=39336&complemento=0&ano=2013&tipo=>. Acesso em: 12 de fev. 2019.

Pernambuco. (2018). *Secretaria de Educação de Pernambuco - Balanço da Educação 2015/2018*. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portalupload/galeria/15373/BALAN%C3%9687O%2020DA%20EDUCA%C3%83%202015-5202018.pdf>. Acesso em: 15-06-19.

Pernambuco. (2018a). SIEPE/SEE. *Sistemas de Informações da Educação de Pernambuco*. Disponível em: <http://www,siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5912>>. Acesso em: 24 set. 2018.

Pernambuco. (2018b). *Lei 16.520 de 27 de dezembro, Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo*. Disponível: <http://www.secti.pe.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Lei-n%C2%BA-16.520-2018-Disp%C3%B5e-sobre-a-estrutura-e-o-funcionamento-do-poder-executivo-estadual.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

Pernambuco. (2019). *Secretaria de Educação de Pernambuco. Construindo a excelência em Gestão Escolar: curso de aperfeiçoamento Módulo IX – Educação Integral e Profissional*. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br>.

Pestana, M. I. (2011). SAEB x Prova Brasil. *Revista Nova Escola*. Edição 222. Abril.

Disponível em:

<https://www.google.com/search?ei=HEH9XLabBcfD5OUP0aankAY&q=prevista+nova+escola+edição+222+planejamento+e+avaliação+SAEB+prova+brasil>.

Acesso em: 15 de fev. 2019.

Ramos, M. N. (2011). *Políticas e Diretrizes para a educação*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná.

Ramos, M. N. (2011a). *Educação Profissional: história e legislação*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná.

Ramos, M. N. (2011b). *Educação Profissional: História e Legislação*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação à Distância. cap.2, p.31-35. Curitiba: Instituto Federal do Paraná.

Romanelli, O.O.(1998). *História da Educação no Brasil*. 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Rosty, C. S. (2002). *As Invasões Holandesas (Insurreição Pernambucana): A Batalha do Monte das Tabocas, o Início do Fim*. Recife: UFPE.

Rua, M. G. (2005). *Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. O Estudo da Política: Tópicos Selecionados*. Brasília: Martins Fontes.

Sampieri R., Collado, C., Fernández, L., & Baptista P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*.

3. Ed.Trad. Disponível em:

https://www.esup.edu.pe/descargas/dep_investigacion/Metodologia%20de%20la%20investigaci%C3%B3n%205ta%20Edici%C3%B3n.pdf. Acesso em nov. 2018.

Santos, J. A. (2000). A trajetória da educação profissional. In: Lopes, et al (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Santos, K. (2012). *Políticas Públicas Educacionais no Brasil: Tecendo Fios. Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*. São Paulo. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>. Acesso em out. 2018.

Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.

Saviani, D.(2008). *Educação Brasileira: Estrutura e Sistema*. Campinas, SP: Autores Associados.

Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP). (2016). *Material informativo*. Secretaria Estadual de Educação. Recife, (não publicado).

Silva, S. M. O. (2005) *Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos*. São Paulo: Veras Editora.

Wittaczik, L.S. (2008). *Educação Profissional no Brasil: Histórico. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial*. v. 1, n. 1, p. 77-86, Florianópolis: Artmed.

Zibas, X.X. (2005). *Breves anotações sobre a história do ensino médio no Brasil e a reforma dos anos de 1990. Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal*.

Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-esta-entre-as-dez-maiores-economias-3194102#ixzz5IVLfqkiO>. Acesso em 15/05/2018.

ANEXOS



**UAA - UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
MAESTRÍA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

MESTRANDA: VALMIRA MARIA DE AMARIZ COELHO CRUZ

TUTORA: DRA. DANIELA RUIZ DIAZ MORALES

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se a **validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - UAA, cujo tema é: ***O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional nas Escolas Técnicas do Estado de Pernambuco (Brasil): as práticas de gestão aliadas à efetivação do Currículo.*** Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as práticas de gestão adotadas nas Escolas Técnicas Estaduais do Estado de Pernambuco (Brasil) e sua influência na execução do currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no ano de 2018. Os objetivos específicos que norteiam essa pesquisa são:

1. Verificar a formação acadêmica dos gestores e coordenadores atuantes nas Escolas Técnicas Estaduais de Pernambuco;
2. Descrever o processo de implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;
3. Verificar a influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o ensino médio integrado à Educação Profissional em duas Escolas Técnicas Estaduais; e,

4. Identificar os avanços do processo de consolidação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para As colunas com **SIM** e **NÃO** devem ser assinaladas com **(X)** se houver, ou não, coerência entre **perguntas, opções de resposta e objetivos**. No caso da questão ter suscitado dúvida assinale a coluna **(?)** descrevendo, se possível, as dúvidas que a questão gerou no verso da folha. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

**QUADRO 1 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA PARA**

APLICAÇÃO COM GESTORES DE ESCOLAS TÉCNICAS

1. Formação acadêmica dos gestores atuantes nas escolas Técnicas						
Sobre a formação dos gestores	COERÊNCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
<p>1.1 Nível da Formação acadêmica Graduação superior: Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____ Pós Graduação (<i>Lato sensu</i>) - Especialização: Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____: Mestrado (<i>Stricto sensu</i>): Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____ Doutorado: Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____</p>						
<p>1.2 Tempo de atuação na rede estadual de educação? (Respostas em anos e meses):</p>						
<p>1.3 Há quanto tempo você é gestor(a) nessa escola? (Respostas em anos e meses):</p>						
<p>1.4 Processo de acesso ao cargo de gestor (a) para esta Unidade Escolar, especificamente: Concurso: Sim () Não () Indicação: Sim () Não () Seleção interna: Sim () Não ()</p>						
<p>2. Descrever o processo de implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;</p> <p>3. A influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em duas Escolas Técnicas Estaduais;</p> <p>4. Identificar os avanços do processo de consolidação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco.</p>						
Sobre implementação do Currículo/ Práticas de Gestão/Avanços do Ensino Médio Integrado em Pernambuco.	COERÊNCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
<p>5. Em sua trajetória, já havia tido alguma experiência de trabalho com Educação Profissional? () Sim () Não Descreva:</p>						

<p>6. Você participou de formação inicial e continuada para o entendimento da política de educação profissional no Estado de Pernambuco e do modelo de gestão das escolas técnicas estaduais, para a equipe gestora e docentes? <input type="checkbox"/> Sempre <input type="checkbox"/> Às vezes <input type="checkbox"/> Nunca</p> <p>Justifique sua resposta:</p>						
<p>7. Quais documentos e procedimentos deveriam ser ajustados para melhor contemplar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? (Marque, caso queira, mais de uma opção). <input type="checkbox"/> O Projeto Político Pedagógico - PPP <input type="checkbox"/> A Matriz Curricular <input type="checkbox"/> Os Planos de Curso <input type="checkbox"/> Todos os documentos</p> <p>Outros:</p>						
<p>8. Você considera que o modelo de gestão tecnológico aplicado à educação influencia na implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? <input type="checkbox"/> Sim, muito <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> às vezes</p> <p>Justifique:</p>						
<p>9. Qual é a frequência da atualização sistemática dos documentos norteadores da prática escolar como o projeto político pedagógico (PPP), Proposta Pedagógica, Regimento Interno e os Planos de Cursos, na sua escola? <input type="checkbox"/> Anualmente <input type="checkbox"/> Semestralmente <input type="checkbox"/> Bimestralmente <input type="checkbox"/> Não há atualização</p>						
<p>10. Na sua escola, de que forma o currículo do Ensino Médio Integrado é discutido, na prática, na perspectiva de sua implementação?</p> <p>Descreva:</p>						
<p>11. Qual documento norteador foi utilizado pela equipe gestora e corpo docente para a compreensão da proposta para integração do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?</p> <p>Descreva:</p>						

<p>12. Na sua opinião, quais impedimentos dificultam o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional?</p> <p>Por quê?</p>						
<p>13. Quais são as principais dificuldades, em sua opinião, para implementação do Ensino Médio Integrado na unidade escolar na qual você é gestor(a)?</p> <p>Descreva:</p>						
<p>14. Os cursos técnicos oferecidos pela sua escola estão alinhados às demandas do mercado de trabalho do seu município e/ou da sua região? O currículo foi em algum momento alterado para atender a elas?</p> <p>() Sim () Não () Em parte</p> <p>Explique:</p>						
<p>15. Como a Unidade Escolar vem trabalhando com as turmas do Ensino Médio Integrado o viés da formação para o mundo do trabalho?</p> <p>Descreva:</p>						
<p>16. Existe algum documento oficial orientador ao qual você teve acesso e que trate de propostas/ações para integração do currículo do Ensino Médio Integrado?</p> <p>Descreva:</p>						
<p>17. Quais práticas de gestão adotadas na sua escola estão relacionadas à implementação do currículo proposto para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?</p> <p>Descreva:</p>						
<p>18. Como é organizada a matriz curricular do Ensino Médio Integrado na sua escola?</p> <p>Explique:</p>						
<p>19. Na sua opinião, o que poderia ser feito para efetiva execução da proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?</p> <p>Explique:</p>						

<p>20. Quais seriam suas sugestões com vistas ao fortalecimento da rede estadual de Educação Profissional?</p> <p>Explique:</p>						
<p>21. De acordo com sua experiência como gestor(a) de escola técnica, o que você acha de mais relevante na proposta de implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?</p> <p>Descreva:</p>						
<p>22. O que você sugere, enquanto gestor (a) de Escola Técnica, para melhoria do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na sua escola e no Estado de Pernambuco?</p> <p>Explique:</p>						

**QUADRO 2- ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA
APLICAÇÃO COM COORDENADORES DE CURSOS**

1. Formação acadêmica dos Coordenadores de Cursos, atuantes nas escolas técnicas.						
Sobre tipo de Coordenação e a formação Acadêmica dos Coordenadores de Cursos	COERÊNCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?
1.1 Tipo de coordenação: Coordenação Pedagógica: Sim () Não () Coordenador Empresa-Escola: Sim() Não () Curso que coordena: _____						
1.2 Formação Acadêmica Magistério: Sim () Não () Graduação : Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____ Pós-graduação (<i>Lato sensu</i> – Especialização): Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____ Mestrado (<i>Stricto sensu</i>): Sim () Não () Se sim, em qual Curso? _____ Outro tipo de formação: _____						
1.3. Qual foi o seu processo de acesso para esta Unidade Escolar especificamente? Concurso () Sim () Não Contratação () Sim () Não Seleção interna () Sim () Não						
1.4 Há quanto tempo atua como Coordenador de Curso na rede pública de PE? (Respostas em anos e meses):						
1.5 Há quanto tempo é Coordenador de Curso nessa escola? (Resposta em anos e meses):						
2. Descrever o processo de implementação do currículo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;						
3. A influência das práticas de gestão adotadas na execução do currículo proposto para o ensino médio integrado à Educação Profissional em duas Escolas Técnicas Estaduais.						
4. Identificar os avanços do processo de consolidação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco.						
Sobre implementação do Currículo/Práticas de gestão/Avanços do Ensino Médio Integrado em Pernambuco.	COERÊNCIA			CLAREZA		
	SIM	NÃO	?	SIM	NÃO	?

<p>5. Você tem experiência como Coordenador de Curso Técnico Profissional ou outro tipo de Coordenação? Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique:</p>					
<p>6. Você participou de formação inicial e continuada para o entendimento da política de Educação Profissional no Estado de Pernambuco e do modelo de gestão das escolas técnicas estaduais, para a equipe gestora e coordenadores de curso? Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique:</p>					
<p>7. Houve capacitação específica para o Coordenador Pedagógico e para Coordenador de Educação Profissional de Escola Técnica? Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique:</p>					
<p>8. Você tem clareza do perfil do coordenador? Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique:</p>					
<p>9. Em sua trajetória, já havia tido alguma experiência de trabalho com educação profissional? Sim () Não ()</p>					
<p>10. Qual a frequência da atualização sistemática dos documentos norteadores da prática escolar como o Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar e os Planos de Curso? Anualmente () Semestralmente () Bimestralmente () Não há atualização () Qual sua participação enquanto Coordenador(a) na atualização desses documentos?</p> <p>Justifique:</p>					
<p>11. O Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Escolar, os Planos de Curso, entre outros documentos, estão alinhados à realidade de uma unidade escolar que oferece o ensino médio Integrado à Educação Profissional?</p>					

<p>Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique:</p>					
<p>12. Na sua opinião, há impedimentos que dificultam o diálogo entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional?</p> <p>Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique sua resposta:</p>					
<p>13. No cotidiano escolar existem ações pedagógicas e/ou procedimentos adotados, como rotina, com vistas à comunicação entre as disciplinas propedêuticas e as de formação profissional?</p> <p>Sim () Não () Em parte ()</p> <p>Justifique sua resposta:</p>					
<p>14. Os cursos técnicos oferecidos pela sua escola estão alinhados às demandas do mercado de trabalho do seu município e/ou da sua região?</p> <p>() Sim () Não () Em parte Por quê?</p>					
<p>15. O currículo, em algum momento, foi alterado para atender as demandas do mercado de trabalho em sua cidade e/ou região?</p> <p>Sim () Não () Em parte () Justifique sua resposta:</p>					
<p>16. Que instrumentos/estratégias você identifica como fundamentais para que ocorra, na prática, a integração do currículo proposto para o ensino médio integrado?</p> <p>Descreva:</p>					
<p>17. Baseado (a) em sua experiência profissional quais são os fatores que têm contribuído e/ou dificultado o processo da consolidação do ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Pernambuco?</p> <p>Descreva:</p>					

<p>18. Você, enquanto coordenador(a), como compreende a integração curricular? Explique:</p>					
<p>19. De acordo com sua experiência como Coordenador (a) de Curso Técnico Profissional o que você acha de mais relevante na proposta de implementação do ensino médio integrado à educação profissional? Descreva:</p>					
<p>20. Quais são as principais dificuldades para implementação do Ensino Médio Integrado na Unidade escolar em que você é coordenador(a)? Descreva:</p>					
<p>21. Na sua opinião o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional têm avançado em Pernambuco? Sim () Não () Em parte () Justifique sua resposta:</p>					
<p>22. O que você sugere, enquanto coordenador(a) de curso, para melhoria do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na sua escola e no Estado de Pernambuco? Justifique sua resposta:</p>					

DADOS DO AVALIADOR

Nome completo:

Formação:

Instituição de Ensino:

Assinatura do Avaliador:



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ASUNCIÓN

Asunción, 17 de enero de 2019

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido del interesado, se comunica que, **Valmisa Maria de Amariz Coelho Cruz**, es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y de la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien en el presente año 2019 iniciará la elaboración de su tesis titulada "O Ensino Médio Integrado a Educação Profissional nas Escolas Técnicas do Estado de Pernambuco, Brasil"

A fin de recolectar los datos como parte de la elaboración de la Tesis en el local de la Escola Técnica Estadual Almirante Soares Dutra y la Escola Técnica Estadual Miguel Batista, solicitamos a las autoridades se le conceda a la alumna **Valmisa Maria de Amariz Coelho Cruz**, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

Prof. Mirian Contrera González
Dirección de Metodología
Universidad Autónoma de Asunción